

**I CONFERÊNCIA  
NACIONAL DE  
POLÍTICAS  
PARA AS  
MULHERES**

**Brasília, julho de 2004**

# I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

- Perfil das Delegadas e  
Perspectivas de Atuação –

Brasília  
Março de 2005



Secretaria Especial de  
Políticas para as Mulheres



## Comissão Organizadora da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

Nilcéa Freire – Presidenta

Marlise Maria Fernandes – Coordenadora Executiva

Angela Maria Mesquita Fontes, Eline Jonas, Maria Laura Sales Pinheiro, Nalu Faria, Nilza Iraci Silva, Maria Aparecida Schuma Schumacher e Suely de Oliveira.

## Comissão de Mobilização

Dirce Margarete Grosz, Maria Elisabete Pereira, Liège Santos Rocha e Teresa Cristina Nascimento Sousa.

## Comissão Especial Temática e de Relatoria

### Integrantes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Suely de Oliveira – Coordenação, Angela Maria Mesquita Fontes, Sônia Malheiros Miguel, Liège Rocha e Cleide Silva.

### Integrantes da Sociedade Civil indicadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Clara Araújo, Iáris Ramalho Cortes, Lúcia Xavier, Márcia Camargo, Maria Lúcia da Silveira e Sílvia Camurça.

## Equipe de Produção

Patrícia Silva – Produção Executiva

Caíque Santiago, Eclesina Oliveira, Luísa Sena, Raphael Homem e Renata Correia – Assistentes de Produção.

## Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Presidência da República

Nilcéa Freire – Secretária Especial de Políticas para as Mulheres

Maria Laura Sales Pinheiro – Secretária Adjunta

Elisabete Matar Freire de Carvalho – Chefe de Gabinete

Teresa Cristina Nascimento Sousa – Assessora Especial

Angela Maria Mesquita Fontes – Subsecretária de Planejamento de Políticas para as Mulheres

Marlise Maria Fernandes – Subsecretária de Articulação Institucional

Suely de Oliveira – Subsecretária de Monitoramento de Programas e Ações Temáticas

## Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

### Representantes do Governo

I – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres  
Presidenta do Conselho: Nilcéa Freire  
Assessora Técnica: Maria Laura Sales Pinheiro

II – Ministro de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão: Guido Mantega  
Assessora Técnica: Mariana Meirelles Nemrod Guimarães

III – Ministro de Estado da Saúde: Humberto Sergio Costa Lima

Assessora Técnica: Maria José de Oliveira Araújo

IV – Ministro de Estado da Educação: Tarso Genro  
Assessor Técnico: Lúcia Helena Lodi

V – Ministro de Estado do Trabalho e Emprego:  
Ricardo Berzoini  
Assessora Técnica: Rita de Cássia Munk

VI – Ministro de Estado da Justiça: Márcio Thomaz Bastos  
Assessora Técnica: Myriam Brea Honorato de Souza

VII – Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário: Miguel Soldatelli Rosseto  
Assessora Técnica: Andréa Lorena Butto Zarzar

VIII – Ministro de Estado da Cultura: Gilberto Passos Gil Moreira  
Assessora Técnica: Flávia Gomes de Galiza

IX – Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Patrus Ananias  
Assessora Técnica: Hildézia Alves Medeiros

X – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: Matilde Ribeiro  
Assessora Técnica: Denise Antonia de Paulo Pacheco

XI – Secretário Especial dos Direitos Humanos: Nilmário Miranda  
Assessora Técnica: Isabel Maria Madeiro Loureiro Maior

### Representantes de Entidades da Sociedade Civil

01. Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB  
Titular: Schuma Schumacher (Maria Aparecida Schumacher)  
Suplente: Analba Brazão Teixeira

02. Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR  
Titular: Justina Inês Cima  
Suplente: Lúcia de Fátima Félix da Silva

03. ARTICULAÇÃO DE ONGS DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS  
Titular: Nilza Iraci Silva  
SUPLENTE: GIVANIA MARIA DA SILVA

04. Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica - ABMCJ  
Titular: Gisela Zilsch  
Suplente: Maria Dirce Mendonça Fonseca

05. Central Única dos Trabalhadores – CUT  
Titular: Maria Ednalva Bezerra de Lima  
SUPLENTE: CARMEN HELENA FERREIRA FORO

06. Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT  
Titular: Maria Lúcia Alves Dias  
SUPLENTE: ELIANA FERNANDES DA CRUZ Malfarage

07. CONFEDERAÇÃO DAS MULHERES DO BRASIL – CMB  
Titular: Márcia de Campos Pereira  
SUPLENTE: EDNA MARIA COSTA

08. CONSELHO NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS – CONAMI  
Titular: Dirce Cavalheiro Veron  
SUPLENTE: MARIA DO SOCORRO PINHEIRO DE CARVALHO

09. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO – CNTE  
Titular: Raquel Felau Guisoni  
SUPLENTE: LUZIA APARECIDA DE OLIVEIRA

10. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – CONTAG  
Titular: Raimunda Celestina de Mascena  
SUPLENTE: SIMONE BATTESTIN

11. FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MULHERES DE NEGÓCIOS E PROFISSIONAIS DO BRASIL – BPW/BRASIL  
Titular: ANA LUISA FERNANDES GONÇALVES  
SUPLENTE: IRIA MARTINS

12. Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENÁTRAD  
Titular: CREUZA MARIA OLIVEIRA  
SUPLENTE: MARIA NOELI DOS SANTOS

13. Fórum de Mulheres do Mercosul  
Titular: MARIA ELVIRA SALLES FERREIRA  
Suplente: Dalva Maria Thomaz Rocha

**14. Movimento Articulado de Mulheres do Amazonas – MAMA**  
Titular: Maria da Conceição Maia de Oliveira  
SUPLENTE: MARIA DAS GRAÇAS LOPES DE CASTRO

15. Ordem dos Advogados do Brasil – OAB  
Titular: Marilma Torres Gouveia de Oliveira  
Suplente: Maria Avelina Imbiriba Hesketh

16. Secretaria Nacional da Marcha Mundial das Mulheres  
Titular: NALU FARIA SILVA  
SUPLENTE: ELEUTÉRIA AMORA DA SILVA

17. Secretaria Nacional de Políticas para Mulher da Força Sindical  
Titular: NEUZA BARBOSA LIMA  
SUPLENTE: HELENA RIBEIRO DA SILVA

18. União Brasileira de Mulheres – UBM  
Titular: ELINE JONAS  
Suplente: Mary Garcia Castro

19. Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos  
Titular: ANA MARIA DE SILVA SOARES  
SUPLENTE: LIA ZANOTTA MACHADO

### Mulheres com “notório conhecimento das questões de gênero”

20. Rose Marie Muraro

21. Clara Charf

22. Albertina de Oliveira Costa

### **Supervisão**

Alexandre Santos

*Superintendente de Desenvolvimento Econômico e Social*

### **Coordenação**

Delaine Martins Costa

*Coordenadora Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas*

### **Equipe Técnica**

Clara Makdisse Saito

Luisa Pitanga

*Assistentes de Pesquisa*

Márcia Alkmim dos Reis

*Digitação*

Fanny Elisabete Moore

Marina Alegre de Freitas

Marina Sidrim Teixeira

*Pesquisadores de campo*

Fanny Elisabete Moore

*Supervisora dos questionários*

Antonio Carlos Alkmim dos Reis

*Consultoria para elaboração do Banco de Dados e Metodologia de Pesquisa*

Marina Sidrim Teixeira

*Consultoria para Metodologia de Pesquisa e Análise de Dados*

### **Apoio Administrativo**

Flávia da Silva Lopes

## **Sumário**

### **I – INTRODUÇÃO, 06**

### **II – A PESQUISA: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E FORMAÇÃO DO BANCO DE DADOS, 11**

Universo da pesquisa, cadastro e painel de amostras; Metodologia; Planejamento da pesquisa; Levantamento dos dados; Processamento e análise dos dados

### **III - PERFIL DAS PESSOAS QUE RESPONDERAM À PESQUISA, 21**

### **IV – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E REALIZAÇÃO DA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES, 43**

*Avaliação do processo como um todo; Participação e avaliação das Conferências Municipais ou Regionais; Participação e avaliação das Conferências Estaduais; Avaliação da I Conferência Nacional*

### **V – O PÓS-CONFERÊNCIA: PERSPECTIVAS, POSSIBILIDADES E DESAFIOS, 71**

### **VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS, 76**

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 84**

### **ANEXOS**

#### **I - Questionário, 86**

#### **II - Relatório Parcial: Formação de Cadastro e Sistematização das fichas de pré-credenciamento, 104**

#### **III - Categorização das respostas às perguntas 79 e 80, 154**

#### **IV - Quadro de sugestões para a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, 205**

## I – Introdução

Foram mais de 120 mil mulheres participando diretamente das discussões. Mobilizadas em mais de dois mil municípios dos 26 estados do Brasil e do Distrito Federal, elas chegaram às Conferências Estaduais, superando dificuldades encontradas pelo caminho, para debater idéias, confrontar valores e apresentar propostas para as diretrizes do Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, que será elaborado a partir da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres.<sup>1</sup>

A I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em Brasília no período de 15 a 17 de julho de 2004, representou uma oportunidade única e histórica de diálogo entre o Governo Federal, as demais instâncias governamentais e a sociedade civil na busca pela igualdade numa perspectiva de gênero.

Desde a publicação do Decreto Oficial da União, Edição nº 247, 19 dezembro de 2003, que convocou a I Conferência, diversas articulações foram sendo criadas e legitimadas no país visando cumprir o Regimento Interno e o cronograma de trabalho previsto de modo a consolidar-se os distintos documentos, resultantes do amplo processo de realização de Plenárias e Conferências Municipais e Estaduais.

Segundo informações da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres — SPM<sup>2</sup>, cerca de 2.000 municípios realizaram Plenárias ou Conferências Municipais, perfazendo o total de 120 mil mulheres participantes do processo.

<sup>1</sup> Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Faz a diferença acabar com a diferença. I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres*. Folder, 2004.

<sup>2</sup> Comissão Especial Temática e de Relatoria. *Proposta de Diretrizes para uma Política Nacional para as Mulheres*. I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Documento para os Grupos de Trabalho. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

Quase 100% dos Estados brasileiros e o Distrito Federal realizaram suas Conferências demonstrando, assim, a capacidade de articulação entre os níveis local e estadual e que resultou em 27 Relatórios-síntese das Conferências os quais, por sua vez, deram origem ao documento discutido durante a I Conferência.

Com certeza, o processo como um todo mobilizou uma vasta rede social formada por técnicos(as) governamentais, gestores(as) e mediadores(as) de políticas públicas, militantes dos movimentos de mulheres e feministas, representantes de ONGs, lideranças comunitárias, trabalhadoras urbanas e rurais, entre outras.

A implementação de políticas públicas concebidas sob a ótica de uma gestão democrática e popular, requer o esforço de diálogo e escuta junto aos diversos segmentos governamentais e da sociedade civil que buscam construir uma sociedade pautada por relações de gênero igualitárias. Nesse sentido, a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, resultante dos trabalhos da I Conferência, constitui instrumento de políticas públicas que poderá fornecer subsídios, para as três esferas de governo no que diz respeito ao planejamento, à implementação e ao monitoramento de programas, projetos e ações voltados para a redução das desigualdades de gênero no país.

Este Relatório Final descreve as principais atividades desenvolvidas e os resultados da pesquisa intitulada “*I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: perfil das delegadas e perspectivas de atuação*”, objeto de Convênio firmado entre o IBAM e a SPM no dia 1 de julho de 2004.

Considerada a importância de todo o processo social originado desde a publicação do referido Decreto e a multiplicidade de experiências colocadas em prática, a pesquisa visou contribuir para uma melhor compreensão dos arranjos políticos-institucionais instituídos por intermédio da identificação do perfil das delegadas que participaram da I Conferência. Visou, ainda, registrar a sua avaliação do processo de construção e realização da Conferência e das possibilidades de implantação das recomendações que dela advieram.

Por conseguinte, o conteúdo da pesquisa centrou-se em quatro dimensões:

- Perfil sócio-econômico das participantes;
- Atuação política e tipo de representação na Conferência;
- Avaliação do processo que antecedeu à Conferência e da realização propriamente dita do evento;
- Expectativas quanto à efetividade<sup>3</sup> das recomendações geradas na Conferência.

As respostas ao questionário foram sistematizadas e o painel de amostras final foi composto de 900 delegadas — o que significa 50% do total das(os) delegadas(os) que efetivamente compareceram ao evento. O número atingido foi considerado mais que suficiente para o estudo quantitativo pretendido e as informações apresentam a qualidade necessária, fruto complementar do trabalho de supervisão dos questionários, evitando-se assim a perda de informações para a construção do Banco de Dados.

O relatório estrutura-se em quatro capítulos cuja leitura pode ser realizada de forma não linear. A primeiro trata dos principais procedimentos metodológicos desenvolvidos ao longo da pesquisa, com vistas ao adequado dimensionamento da leitura de seus resultados e à explicitação da metodologia visando sua utilização em momentos posteriores. Visa, também, a compartilhar os principais caminhos percorridos e fornecer subsídios para estudos similares ou desdobramentos futuros.

O segundo capítulo, intitulado “Perfil das Pessoas Entrevistadas”, caracteriza as pessoas que participaram da Conferência na condição de delegada(o) quanto ao sexo; à idade; à nacionalidade; à cor; à religião; ao nível de escolaridade; ao estado conjugal; à posição na família; ao número de filhos; ao tipo de inserção no mercado de trabalho; à posição na ocupação, ao setor de atividade onde exercem o seu trabalho; à remuneração mensal no mês de junho de 2004;

.....

<sup>3</sup> O conceito de Efetividade examina em que medida os resultados do projeto, em termos de benefícios ou mudanças gerados, estão incorporados de modo permanente à realidade da população atingida. Por exemplo, se um grupo mantém no tempo novos comportamentos e atitudes ou se a assessoria a um grupo permitiu que ele se mantenha por iniciativa e motivação própria. Cf. VALARELLI, Leandro Lamas. *Indicadores de resultados de projetos sociais*. In: Apoio à gestão. Seção tema do mês. Disponível em [http://www.rits.apc.org/gestao\\_teste/ge\\_testes/ge\\_tmes\\_jul99.cfm](http://www.rits.apc.org/gestao_teste/ge_testes/ge_tmes_jul99.cfm) Acesso em 20 de março de 2003.

aos Municípios e às Unidades da Federação de procedência; ao tipo de atuação política e de movimento onde atuam; ao tipo de representação e de delegação que as trouxe à Conferência; e aos Grupos de Trabalho nos quais se inseriram durante a Conferência.

O terceiro capítulo é dedicado integralmente ao processo de construção e realização da I Conferência, tomando como base as informações sistematizadas no Banco de Dados.

A seção denominada “Avaliação do processo como um todo” fornece as seguintes informações: a forma de ciência da existência da Conferência, a avaliação justificada do caráter democrático do processo, e a nota atribuída a esse mesmo processo.

A seguir, na seção intitulada “Participação e avaliação nas Conferências Municipais ou Regionais”, trata-se de levantar alguns elementos sobre o nível de participação nesta primeira instância do processo da Conferência Nacional, e da avaliação de diversos itens que dão conta de aspectos relevantes do trabalho realizado nos grupos desta instância e do processo eleitoral para representação nas conferências estaduais. A seção seguinte apresenta e analisa o mesmo tipo de informação com relação às conferências estaduais.

Por último, na seção denominada “avaliação da Conferência Nacional”, são apresentados os resultados da apreciação feita pelas(os) delegadas(os) participantes de itens relativos às condições de credenciamento e inscrição na Conferência; de transporte, hospedagem, alimentação e instalações físicas dos locais destinados aos trabalhos; aos temas selecionados para os GTs; às metodologias adotadas nos grupos e nas plenárias; à distribuição do tempo entre as diversas atividades programadas; à qualidade e suficiência do material de trabalho pré distribuído e das recomendações aprovadas na plenária final. A seção apresenta ainda as sugestões feitas para uma segunda Conferência.

O Capítulo IV apresenta um panorama das possibilidades vislumbradas pelas pessoas que responderam ao questionário no que tange à implantação das

políticas que resultarão das recomendações geradas na Conferência: temas priorizados, infra-estrutura, local disponível para o trabalho, e grau de dificuldade a ser enfrentado nos diversos níveis de apoio local indispensáveis para o êxito da empreitada.

As Considerações Finais reúnem as principais questões suscitadas pela pesquisa, sintetizando, assim, os aspectos mais importantes identificados.

Os Anexos referem-se a informações mais técnicas e/ou desagregadas, registrando os procedimentos metodológicos a partir dos quais se fazem as afirmações no Relatório, ou aos dados qualitativos.

É indispensável que se registre um agradecimento as pessoas que participaram de pesquisa, que com sua dedicação generosa e disponível, respondendo ao questionário em meio ao andamento dos trabalhos da Conferência, permitiram que a atividade fosse levada a bom termo. Ao registrar este agradecimento, gostaríamos de estendê-lo aos responsáveis pelas diversas atividades da pesquisa.

Por fim, deseja-se que as informações coletadas e sistematizadas com o apoio da SPM contribuam para a formulação e implantação do Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, e que este resulte em ações que promovam uma maior equidade de gênero no país.

A presente pesquisa reforça a importância e a necessidade das atividades de monitoramento e avaliação de políticas, programas e planos sociais, visando à sua constante e permanente retro-alimentação e aprimoramento.

## II – A pesquisa: procedimentos metodológicos e formação do banco de dados

### ▪ Universo da pesquisa, cadastro e painel de amostras

O universo da pesquisa constitui-se nas(os) 1993 delegadas(os) cujo comparecimento à I Conferência era previsto<sup>1</sup>.

Pretendia-se usar como base o cadastro elaborado a partir das fichas de inscrição enviadas previamente pela equipe da SPM para as delegadas de todo o país, e que deveriam, portanto, ser devolvidas preenchidas à Secretaria com antecedência. Contudo, somente 48% das delegadas encaminharam a ficha dentro do prazo previsto<sup>2</sup>. Por este motivo, a equipe da pesquisa optou por tomar como referência o número de delegadas previsto no Regimento Interno. Tinha-se como meta atingir um painel de amostras mínimo de 30% do total de participantes previstos, respeitando a sua distribuição por Unidade da Federação — UF. O monitoramento dos questionários preenchidos só deixou de ser feito após o cumprimento dessa meta, que, como foi dito, foi ultrapassada com folga.

### ▪ Metodologia

Quando se realiza este tipo de pesquisa em eventos, duas podem ser as opções de contato com as informantes: entrevista direta com pessoas sorteadas a partir

. . . . .

<sup>1</sup> De acordo com o Regimento Interno da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

<sup>2</sup> As fichas previamente respondidas foram as das delegações dos seguintes Estados: Amazonas, Amapá, Tocantins, Paraíba, Sergipe, Piauí, Alagoas, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Distrito federal, Mato Grosso do Sul e a delegação do Governo Federal. Para a análise e sistematização das fichas de pré-inscrição preenchidas ver *Relatório Parcial: Formação de Cadastro e Sistematização das fichas de pré-credenciamento*, elaborado pelo IBAM, no âmbito do presente projeto, e encaminhado em julho para a SPM. (ver Anexo II)

do cadastro ou distribuição censitária do questionário da pesquisa para preenchimento pessoal.

A equipe do projeto elegeu desde o início a técnica quantitativa, com o uso de questionário distribuído nas pastas das(os) delegadas(os) para serem preenchidos. Essa opção acarreta algumas das vantagens e das desvantagens identificadas por Rea e Parker<sup>3</sup> próprias deste tipo de abordagem, principalmente o possível viés de contar apenas com as respostas das pessoas mais disponíveis e interessadas (auto-seleção), além de um índice de retorno inferior ao de outros métodos, e a falta de envolvimento com um(a) entrevistador(a). Como destacado pelos autores:

*o fato de não haver um entrevistador presente significa que perguntas obscuras não podem ser explicadas, não há certeza de que as perguntas serão respondidas na ordem em que foram escritas – o que pode ser importante – e que reações e informações espontâneas provavelmente não serão registradas pelo entrevistado nem poderão ser exploradas por um entrevistador, como seria o caso em outros métodos.*

Para fazer frente a essas dificuldades, montou-se uma equipe de campo que esteve em plantão permanente durante todo o período de realização da Conferência, cumprindo diversas funções: receber os questionários preenchidos; realizar uma primeira e rápida supervisão ainda na presença da entrevistada, com vistas a corrigir possíveis erros de preenchimento; realizar a entrevista direta com pessoas que assim o demandassem (pessoas com baixo nível de instrução, ou com deficiências visuais, por exemplo); incentivar o preenchimento do questionário e sua devolução, através de divulgação permanente junto ao público-alvo nas filas de almoço e junto a moderadoras dos grupos de trabalho, solicitando que lembrassem a importância da pesquisa durante os trabalhos; monitorar a procedência regional das pessoas que entregavam questionários preenchidos, de forma a dirigir a insistência junto às delegações que estavam com cotas deficitárias no painel de amostra da pesquisa.

<sup>3</sup> Rea, Louis M; PARKER, Richard, A. *Metodologia de Pesquisa – do Planejamento à Execução*. São Paulo: Pioneira, 2002. p. 18–19.

Além disso, antecipadamente já haviam sido implantados alguns dos procedimentos sugeridos por Rea e Parker para tornar relativas as desvantagens e potencializar as vantagens, principalmente ampliando o percentual de retorno:

- Adequação do questionário em termos de formato, linguagem, presença de instruções claras de preenchimento; estímulo e agradecimento à participação do informante, além da já mencionada colocadas à disposição da equipe em local visível do recinto da Conferência;
- Garantia do caráter confidencial das informações, bem como do anonimato na divulgação dos resultados;
- Numeração dos questionários para facilitar o monitoramento da coleta;
- Explicação de data limite para o retorno do questionário preenchido, e esquema posterior de lembretes. No caso da presente pesquisa a data do preenchimento era importante, uma vez que pelo menos cinco itens de avaliação dependiam do andamento da própria Conferência. O estímulo ao preenchimento chamava a atenção para este fato, embora não pudesse arriscar o pedido de que todos respondessem à pesquisa somente no último dia.

O índice de retorno final foi de 50%, percentual que os autores acham lícito esperar quando se trata de um público específico e quando se cumprem todos os procedimentos deste tipo de metodologia. Assim, o tamanho do painel de amostras mínimo foi excedido e sua distribuição espacial foi satisfeita; o nível de qualidade dos resultados foi avaliado como bom, pertinente e mais que suficiente para o estudo pretendido, bem como compatível com os dados do cadastro (mesmo considerando o seu caráter parcial) nas variáveis em que a comparação é possível, não sendo muito significativos os vieses da auto-seleção, como vai ser observado mais adiante.

### ▪ **Planejamento da pesquisa**

A numeração dos questionários foi vinculada à UF de procedência da(o) delegada(o), ordenadas as UFs por ordem alfabética. Somente um pequeno número de questionários, que foram remetidos ao IBAM nos dias subsequentes ao final da Conferência, recebeu numeração diferenciada (seqüencial à do último número imputado pelos critérios da pesquisa).



Foi elaborado especialmente para a pesquisa um questionário que atendesse aos seus objetivos, a partir de proposta inicial da SPM; de troca de informações entre a equipe da pesquisa e da SPM visando ajustes no questionário; de consulta à bibliografia pertinente, da experiência da equipe de planejamento, e de outras pesquisas semelhantes.

Conseguiu-se chegar a um modelo único de questionário usando-se sistema de filtragem para as pessoas que haviam participado somente de uma parte do processo da Conferência. Procurou-se usar, quando era o caso, o mesmo tipo de pergunta formulada na ficha de pré-credenciamento, para que algumas comparações pudessem ser feitas com o cadastro parcial que havia sido previamente elaborado. O questionário (ver Anexo I) tinha uma primeira folha de apresentação, seguida de uma folha de instruções gerais de preenchimento e era composto basicamente de perguntas fechadas, totalizando 114 variáveis divididas em quatro conjuntos temáticos<sup>4</sup> e um espaço, ao final, para registro de quaisquer opiniões e impressões. A saber:

- Perfil sócio-econômico das(os) participantes: constituindo-se das variáveis de praxe (sexo, idade, naturalidade, posição na família, instrução, condição de atividade, religião etc.);
- Atuação política e tipo de representação na Conferência;
- Avaliação do processo que antecedeu à Conferência e da realização propriamente dita do evento;
- Expectativas quanto à efetividade das proposições da Conferência: relativas à elaboração do Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres e às condições concretas de execução das políticas propostas pelo encontro como fruto do processo nacional que o antecedeu.

Vale dizer que a maioria das perguntas fechadas continha uma alternativa “outro/a” em aberto para que fosse dada a oportunidade de registro de situações

.....  
<sup>4</sup> No primeiro dia da Conferência houve demanda por parte da SPM de que fosse indagado às(aos) informantes, o seu grau de conhecimento sobre a Anemia Falciforme. A equipe da pesquisa achou por bem anexar uma página extra ao questionário para que os dados de perfil pudessem ser aproveitados na qualificação das respostas a esta pergunta. Ao final, 435 pessoas (48% da amostra total e 24% das presentes à Conferência) responderam e o resultado está sendo encaminhado à SPM em separado.

não previstas, de forma especificada. Dentre essas respostas, as informações que não puderam ser re-enquadradas (durante o trabalho de supervisão) nas alternativas constantes do questionário foram incorporadas ao relatório como dados qualitativos. O mesmo ocorreu com a única pergunta totalmente aberta do questionário — sobre o porquê da(o) respondente ter considerado (ou não) o processo de construção da Conferência democrático — e com o “registro livre” ao final do questionário. Esses registros ou “falas livres”, também conhecidas em pesquisa como *momento do desabafo*, assim funcionaram nesta pesquisa, com 33% das pessoas usando-as para (ver anexo IV):

- falar da infra-estrutura do evento: qualidade da hospedagem, da alimentação, do transporte, demanda por creche, da adequação do espaço, das dificuldades de acesso, do apoio institucional, dos recursos, das denúncias de roubo e violência;
- tecer considerações sobre a implementação de decisões acordadas na Conferência, dos resultados futuros, das avaliações, das próximas conferências, dos relatórios, vídeos, aprendizado e projetos;
- discutir a metodologia utilizada na Conferência Nacional e nas estaduais e municipais, os critérios para eleição de delegadas, o calendário, o credenciamento, informação, filas, a programação das atividades, a capacitação e organização da comissão gestora do evento, o regimento interno, as regras, a isenção, as questões político partidárias e de representação, as categorias e/ou temas ausentes da Conferência, e as questões ausentes do questionário da própria pesquisa.
- falar de questões relativas à comunicação, à divulgação, à mobilização e à participação.
- para congratulações, elogios e agradecimentos.

Vale destacar que a grande maioria dos assuntos abordados nesse campo foi objeto de perguntas específicas nos diferentes blocos do questionário.

## ▪ Levantamento dos dados

O questionário foi entregue às participantes junto com o material que recebiam quando do credenciamento na Conferência, isto é, encontrava-se nas pastas

que lhes foi entregue por ocasião do credenciamento. O período previsto para a devolução do questionário preenchido era a partir do segundo dia, em qualquer horário, até o momento final da Conferência. A distribuição final dos questionários preenchidos segundo a variável data da entrega mostrou que 2% foram entregues no primeiro dia, 39% no segundo dia e 59% no terceiro dia. Mais adiante estas informações vão aparecer cruzadas com alguns resultados de avaliação.

Uma situação prevista (perda do questionário e demanda por outro exemplar em branco) ocorreu em dimensões significativas. Além dos questionários impressos inicialmente, mais 1.000 foram distribuídos. Muitas pessoas alegavam não terem encontrado o questionário em suas pastas e outras diziam claramente que o haviam esquecido no hotel ou perdido. Nas duas horas finais o *stand* da pesquisa não dispunha mais de questionários sobressalentes mas, a esta altura, a demanda não atendida foi residual.

O quadro que se segue apresenta uma comparação entre o número previsto de delegadas(os), das(os) que responderam à pesquisa, e o painel de amostras mínimo calculado em 30%, por UF. Como o Governo Federal tinha uma cota em separado, assim entrou no nosso painel.

### Quadro I

Distribuição das(os) delegadas(os) previstas(os), das(os) que responderam à pesquisa e do painel de amostras mínimo, por UF

UF	N.º Previsto de delegadas(os)	Painel de amostras mínimo (30%)	N.º de delegadas(os) pesquisadas(os)	% do total previsto
AC	26	8	9	35
AL	41	12	23	56
AM	37	11	14	38
AP	27	8	12	44
BA	101	30	57	56
CE	68	20	33	49
DF	36	11	18	50

UF	N.º Previsto de delegadas(os)	Painel de amostras mínimo (30%)	N.º de delegadas(os) pesquisadas(os)	% do total previsto
ES	42	13	34	81
GO	54	16	36	67
MA	57	17	23	40
MG	129	39	67	52
MS	36	11	19	53
MT	39	12	25	64
PA	49	15	20	41
PB	44	13	21	48
PE	71	21	32	45
PI	41	12	19	46
PR	80	24	42	53
RJ	109	33	78	72
RN	40	12	17	43
RO	29	9	17	59
RR	25	8	5	20
RS	84	25	30	36
SC	56	17	28	50
SE	35	11	18	51
SP	243	73	127	52
TO	31	9	10	32
GF	363	109	64	18
Sem Informação	-	-	2	-
TOTAL	1.993	599	900	45

Fonte: Regimento Interno da I CNPM. Diário Oficial da União, edição número 247 de 19 de dezembro de 2004.

À exceção da Governo Federal e de Roraima<sup>5</sup>, todas as outras UFs excederam os 30% mínimos calculados com base no número inicialmente previsto de

. . . . .

<sup>5</sup> O caso de Roraima, por exemplo, sobre o qual buscamos informações pelo fato de não conseguirmos a representação pretendida na amostra, indica que os cinco questionários obtidos correspondiam ao total da delegação que de fato compareceu ao evento ao invés das 25 previstas pelo Regimento Interno .

delegadas(os). Contudo, temos razões para acreditar que a amostra é ainda mais ampla do que se demonstra aqui, uma vez que o número de delegadas(os) que efetivamente compareceu é distinto do previsto, aqui tomado como base. O número total de pessoas que estiveram na I Conferência foi de 1785 e não de 1993, segundo informações posteriormente fornecidas pela SPM.

Os dados apresentados no Quadro II permitem corroborar o ótimo nível de representatividade obtido pela pesquisa, como também observar o sentido assumido pela auto-seleção. No entanto, há que levar em consideração que o parâmetro de comparação está sendo o número e a distribuição previstos no Regimento Interno e não a lista das pessoas que de fato compareceram à Conferência, para as quais somente o número total é conhecido: 1785. Assim, pode ter havido variações entre o número de representantes previsto por UF/região e o número que de fato esteve presente à conferência.

As magnitudes encontradas dão conta da similaridade entre os dois conjuntos. Já uma comparação das diferenças dos valores percentuais assumidos no universo e na amostra revela o viés introduzido pela auto-seleção e/ou pela diferença entre os tamanhos de delegações previstas e realizadas: os diferenciais positivos são referentes às delegações das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Inversamente, a delegação da região Norte está ligeiramente sub-representada na pesquisa, e a da região Sul tem igual participação na previsão e na pesquisa, ficando o grande diferencial negativo na delegação do Governo federal. Tomando-se como exemplo o caso de Roraima — onde a delegação que compareceu foi muito menor do que a prevista — e a inclusão na lista prevista do Governo Federal de grande parte dos ministros e integrantes do alto escalão do governo que certamente não estiveram presentes à Conferência em tempo integral —, pode-se admitir encontrarem-se em tais fatores a explicação destes diferenciais negativos.

## Quadro II

Distribuição percentual das delegações previstas para a Conferência e das que responderam à pesquisa, segundo região geográfica e/ou administrativa da representação

Região	Delegações previstas	Delegações na amostra	Diferencial
Norte	11	10	-1
Nordeste	25	27	+2
Sudeste	27	34	+7
Sul	11	11	0
Centro-Oeste	8	11	+3
Governo Federal	18	7	-11
Total	100	100	-

Fonte: Regimento Interno da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Diário Oficial da União. Edição número 247 de 19 de dezembro de 2004. I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Perfil das Delegadas e Perspectivas de Ação. IBAM/SPM, 2004.

### ▪ *Processamento e análise dos dados*

Todos os questionários preenchidos foram supervisionados um a um e foi feita a crítica de consistência do seu preenchimento segundo um plano de supervisão previamente estabelecido, revelando muito boa qualidade neste processo. Algumas poucas dúvidas e inconsistências remanescentes das inicialmente dirimidas em contato direto com a informante no ato da entrega do questionário foram solucionadas e padronizadas durante a supervisão.

Todos os dados dos questionários aplicados foram então digitados e processados em *Statistical Package for Social Science* (SPSS). O banco de dados resultante foi criticado e será disponibilizado aos(às) interessados(as) na obtenção rápida de listagens de freqüências, cruzamentos entre variáveis e elaboração de figuras. A partir das conclusões contidas neste relatório — que de forma alguma pretende esgotar as possibilidades de análise dos dados, mas antes expor o seu potencial —, novos planos de análise sobre alguns aspectos específicos ou que envolvam

comparações com outras pesquisas também podem ser desenvolvidos com relativa facilidade, utilizando o banco de dados.

No presente relatório os resultados foram apresentados de forma sistemática e consistente para o conjunto das pessoas entrevistadas. Os cruzamentos julgados interessantes e pertinentes foram feitos e apresentados uma vez que não havia restrições estatísticas em função da amostra ser bastante expressiva.

Procurou-se ainda, sempre que possível, enriquecer o texto com o material qualitativo colhido no questionário:

- As razões da resposta afirmativa ou negativa quanto à característica democrática do processo da Conferência, apresentadas na íntegra sob classificação construída a partir de seus elementos constitutivos no Anexo III
- As “outras” sugestões para uma próxima Conferência Nacional;
- Tipos de cursos superiores concluídos pelas(os) entrevistadas(os);
- Tipos de ocupações exercidas;
- O conteúdo do registro das impressões ou “falas livres” finais;
- As especificações de “outros” que aparecem como alternativa de inúmeras perguntas fechadas do questionário.

### III - Perfil das pessoas que responderam à pesquisa

Este capítulo caracteriza as pessoas que participaram da Conferência na condição de delegada(o) quanto a: sexo; idade; nacionalidade; cor; religião; nível de escolaridade; estado conjugal; posição na família; número de filhos; tipo de inserção no mercado de trabalho; posição na ocupação, setor de atividade onde exercem o seu trabalho; remuneração mensal no mês de junho de 2004; Regiões, Municípios e Unidades da Federação de procedência; tipo de atuação política e de movimento onde atuam; tipo de representação e de delegação que as trouxe à Conferência; e Grupos de Trabalho nos quais se inseriram durante a Conferência.

No que se refere à distribuição por sexo, o que se poderia esperar pelas características do evento confirmou-se: 99% das pessoas que responderam à pesquisa são mulheres (ver Figura 1). Apenas sete homens responderam à pesquisa, provavelmente em número proporcional à sua presença na Conferência na condição de delegados<sup>1</sup>: um na delegação do Governo Federal, dois nas delegações dos Governos Estaduais, um nas delegações dos Governos Municipais, e três nas delegações da Sociedade Civil. Tal participação minoritária inviabiliza cruzamentos por sexo, mas as características e opiniões desses delegados fazem parte do conjunto que será analisado ao longo do relatório, não lhes tendo sido negado, portanto, a voz na pesquisa.

A idade média das pessoas entrevistadas foi de 42,77 anos, praticamente igual à da mediana (43 anos). Tais valores são condizentes com a significativa concentração na faixa de 41 a 50 anos (38%) que se constitui na classe modal

. . . . .  
<sup>1</sup> Havia homens participando também na condição de observadores, de convidados e de pessoal de apoio.

da distribuição etária (aquela que sozinha congrega a maior parte da distribuição) (ver Figura 1).<sup>2</sup>

Quanto à cor ou raça (ver Figura 1), a distribuição concentra-se nas pessoas que se declararam brancas (45%), seguindo-se as pardas (30%) e praticamente encerrando-se com as negras (que correspondiam a 20% das pessoas entrevistadas). Contudo, se considerarmos a soma das pessoas negras e pardas, observa-se que ocorre um leve predomínio dessas sobre a população branca.

O restante da distribuição corresponde às pessoas que se declararam amarelas, indígenas e às que não responderam ao quesito cor (2% de cada). Vale lembrar que a investigação da cor na pesquisa foi feita segundo o critério clássico de auto-declaração, adotado pelos Censos Demográficos brasileiros e também que, como já foi insistentemente repetido na avaliação destes Censos, a existência de preconceito social promove um *branqueamento* da população. Contudo, considerando-se constituírem as(os) entrevistadas(os) um grupo politizado e, em grande parte, com escolaridade e renda média elevadas (como será visto a seguir), e havendo alta correlação entre cor branca e melhores condições socioeconômicas, não há que questionar a alta proporção de brancos no grupo, ao lado de significativa parcela que se declarou não branca: mais da metade.

Quanto à religião, há forte predominância das pessoas que se declararam católicas: 62%. Dignas de nota, ainda, são as declarações de pessoas que professam as religiões protestante e espírita (11% e 9%, respectivamente) e daquelas que disseram não ter religião (11%) (ver Figura 1). Estas últimas

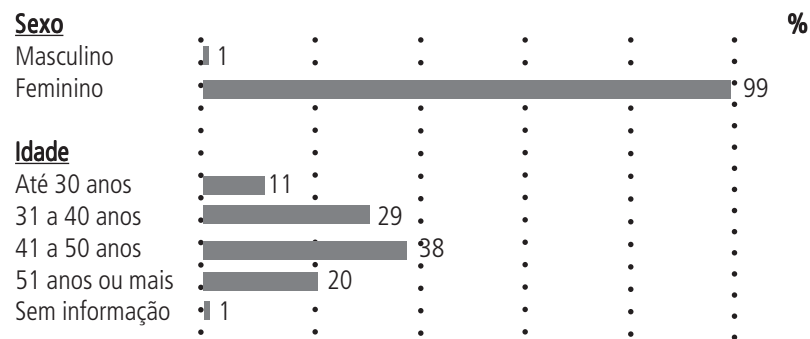
<sup>2</sup> Caberia contrapor, sempre que possível, os dados apresentados aos das Plenárias/Conferências Municipais e Estaduais, visando assim identificar similaridades e diferenças entre os perfis das participantes de todo o processo. Apenas a título de exemplo, vale destacar que na Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro a maior concentração de mulheres que foram selecionadas e confirmadas para participar concentrou-se na faixa etária de 41 a 50 anos (32%). Igualmente, esta faixa etária concentrou o maior percentual de mulheres que participaram da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, realizada em Brasília, no período de 6 e 7 de junho de 2002. Para maiores informações sobre os perfis ver, respectivamente: *Relatório da I Conferência Municipal das Mulheres da Cidade do Rio de Janeiro*. IBAM/Prefeitura do Rio/Rio Mulher, maio de 2004. Mimeo. *Plataforma Política Feminista*. Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras: Brasília, 2002.

bastante atípicas se considerada a população feminina brasileira em geral onde somente 6% admitem não professar qualquer religião<sup>3</sup>.

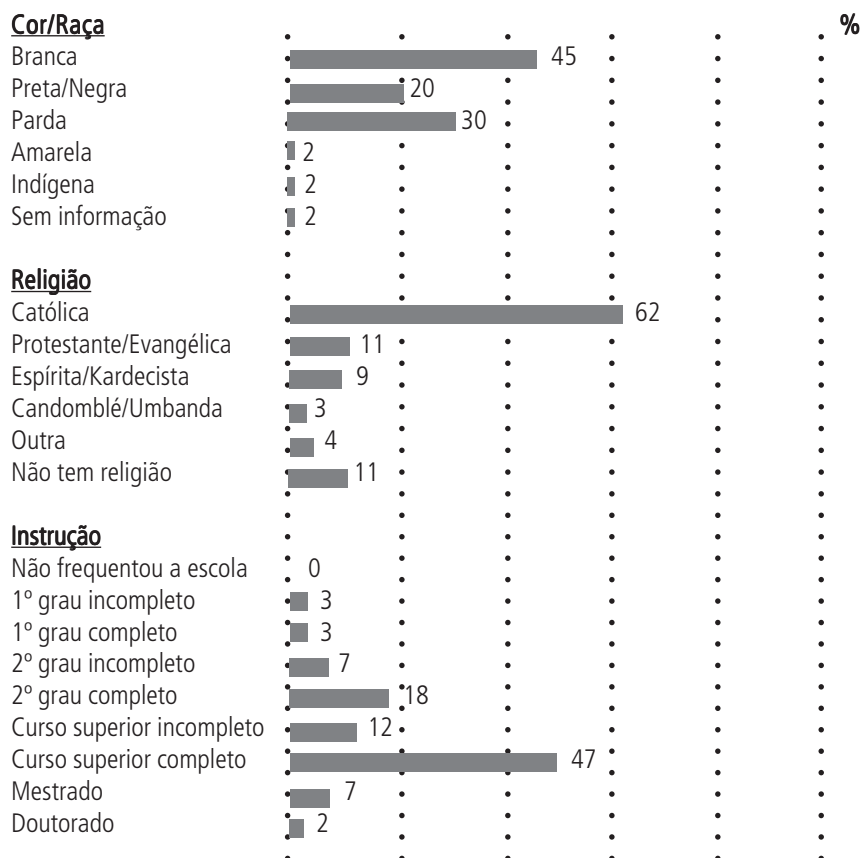
As pessoas que participaram da Conferência e responderam ao questionário têm escolaridade bastante elevada, sendo o curso superior completo a classe modal, com 47%. A proporção que disse ter mestrado e doutorado supera à das que tinham segundo grau completo (9% e 7%, respectivamente). O quadro abaixo mostra os principais tipos de cursos superiores concluídos pelas pessoas entrevistadas, e permite dizer que a grande maioria (43%) está concentrada em apenas três tipos de formação universitária: Serviço Social, Pedagogia e Direito.

Cabe notar que esse perfil de escolarização difere do padrão da população brasileira, inclusive a feminina. De acordo com dados do último Censo Demográfico, 29% das mulheres de 20 anos e mais que estudam estão no curso superior e 26% das mulheres de 20 anos e mais têm 11 anos de estudo e mais. Nesse sentido, as políticas voltadas para a redução das assimetrias de gênero merecem uma maior divulgação de modo a permear as diversas instâncias da sociedade brasileira e sobretudo as camadas populares visando assim dar conhecimento dos direitos já assegurados e incorporar essa parcela nas discussões a cerca da implementação de políticas públicas.

**Figura 1.** Distribuição das pessoas que responderam ao questionário por características sócio demográficas



<sup>3</sup> Censo demográfico 2000, do IBGE



Fonte: I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Perfil das Delegadas e Perspectivas de Ação. IBAM/SPM, 2004.

### Quadro III

Distribuição das(os) delegadas(os) que responderam à pesquisa, segundo o tipo do curso superior que concluíram

Cursos	Número	%
Serviço/Assistência social	61	15
Pedagogia	56	14
Direito	55	14
Letras	34	9
Ciências Sociais	28	7
Psicologia	27	7

Cursos (cont.)	Número	%
História	17	4
Comunicação Social	15	4
Administração de Empresas	12	3
Enfermagem	12	3
Educação Física	11	3
Biologia	11	3

Fonte: I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Perfil das Delegadas e Perspectivas de Ação. IBAM/SPM, 2004.

As informações relativas ao estado conjugal, à posição na família e ao número de filhos permitem uma compreensão da composição familiar das pessoas entrevistadas: predominam aquelas com uma união estável (legal – 36% ou consensual – 13%); seguem-se as solteiras (27%), as separadas, desquitadas ou divorciadas (19%), e as viúvas (4%) (ver Figura 2). Vale notar que o conceito de estado conjugal diz respeito à situação de fato das pessoas e não de direito e, assim sendo, as informações acima citadas revelam que metade da população entrevistada, quase que exclusivamente feminina, vive sem um(a) parceiro(a) estável. Na população feminina brasileira como um todo, esta proporção é de 52% do total das mulheres de 10 anos e mais e seria muito menor se restringisse a base de cálculo às mulheres de 19 anos e mais como é o caso da nossa amostra.<sup>4</sup>

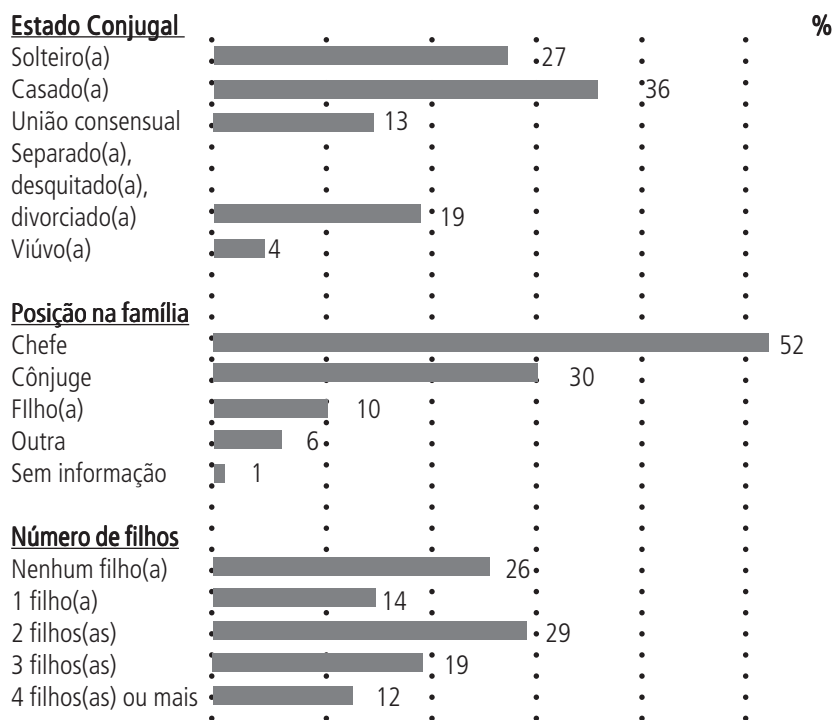
É significativa a proporção de pessoas entrevistadas que não têm filhos, considerando a faixa etária predominante entre as(os) delegadas(os), sendo que a classe modal entre as(os) que têm pelo menos 1 filho é a de 2 filhos (média de 1,92 e mediana de 2,00 filhos). É possível inferir que as mulheres presentes à Conferência apresentam um padrão distinto da população brasileira cuja média é de 3,4 (filhos vivos em 2000 das mulheres de 20 anos e mais)

As informações relativas à posição na família dão margem a algumas reflexões sobre mudanças nos papéis tradicionais de gênero, não apenas pelo grande percentual que se declarou chefe ou pessoa de referência em seu núcleo familiar

<sup>3</sup> Censo demográfico 2000, do IBGE

(52%), como também pelas repostas dadas na alternativa “outro”, entre as quais predomina a afirmação de que na sua família há divisão total de responsabilidades entre os parceiros. A análise fica ainda mais rica quando, cruzando-se as informações de estado conjugal com as de posição na família, tem-se que 31% das pessoas que se declararam chefes vivem em união estável legalizada ou consensual.

**Figura 2.** Distribuição das pessoas que responderam ao questionário por características da sua situação familiar.



**Fonte:** I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Perfil das Delegadas e Perspectivas de Ação. IBAM/SPM, 2004.

Invertendo o cálculo da distribuição observa-se que do total das pessoas que vivem em união consensual, 53% declararam-se chefes<sup>5</sup> e 38% cônjuges,

<sup>5</sup> Segundo o Censo Demográfico 2000 do IBGE, 27% das famílias brasileiras eram chefiadas por mulheres.

enquanto das que disseram viver em união estável legal, as proporções são de 25% e 68%, respectivamente para chefes e cônjuges. Tais dados permitem dizer que as mulheres já se declaram chefiando o núcleo familiar mesmo quando vivem com seus parceiros, e que tal declaração é mais comum precisamente entre as pessoas que se insurgiram contra a legalização da união, outro traço mais tradicional das relações de gênero. Aprofundar estas indicações em outros tipos de pesquisas com métodos qualitativos e/ou em perguntas abertas pode ser uma proposta interessante.

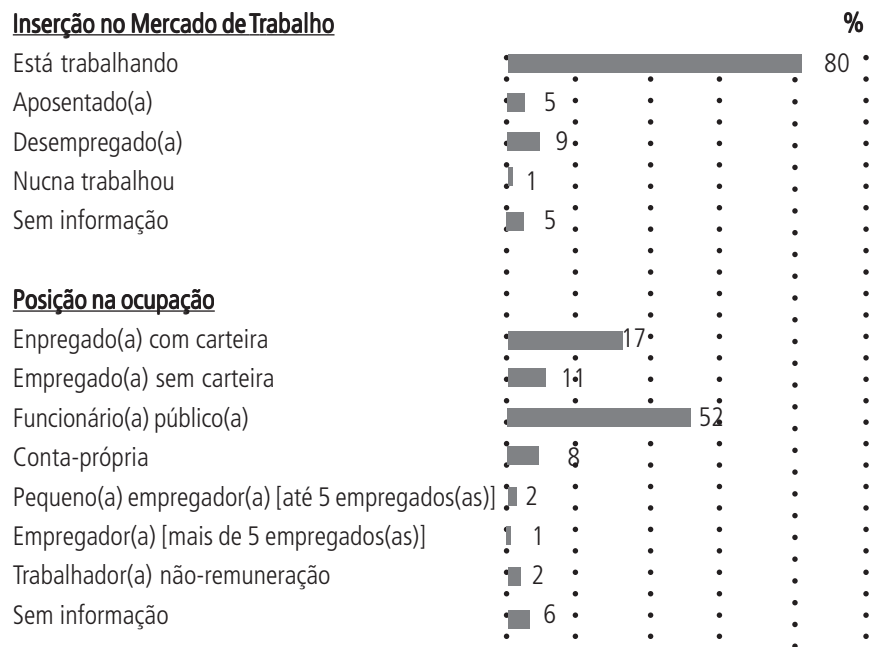
A Figura 3 mostra as informações relativas à inserção no mercado de trabalho das pessoas entrevistadas: a maioria absoluta (80%) estava trabalhando na data da Conferência, sendo de 9% a proporção que se declarou aposentada. No que se refere à posição na ocupação, há predominância de funcionárias públicas (52%), seguindo-se as pessoas empregadas com e sem carteira assinada (17% e 11%, respectivamente). Os três setores de atividades mais representados eram a Administração Pública — Defesa e Seguridade social (39%), a Educação (17%), e os Serviços de Saúde e Sociais (9%). Seguiram-se em importância a Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal, e os Outros Serviços Coletivos e Pessoais (5% de cada). Vale a pena chamar a atenção para o fato de que esta distribuição por setor de atividade é bem diferente da existente na população feminina brasileira de 10 anos e mais que trabalha, na qual predominam as que exercem suas ocupações nos seguintes setores de atividade, segundo a ordem de importância: Serviços Domésticos; Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos; Educação; Indústria de Transformação e Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal<sup>6</sup>.

Analisando as respostas dadas à pergunta aberta sobre a ocupação que tinham, constata-se que as pessoas entrevistadas mostraram não ter clareza da distinção entre ocupação e cargo, principalmente no setor majoritário da administração pública. Tal confusão é frequentemente verificada em pesquisas deste tipo e tem gerado um sem-número de classificações ocupacionais para resolvê-la, sendo a da OIT (Organização Internacional do Trabalho) a mais conhecida.

<sup>6</sup> IBGE, Censo Demográfico 2000.

A pesquisa levantou o rendimento das pessoas entrevistadas no mês de junho de 2004, de qualquer fonte. Algumas respondentes chamaram a atenção para o fato de que o mês de junho é atípico para aposentadas do serviço público, pois corresponde ao mês em que é paga a metade do 13º salário. Isto poderia estar sobre-estimando os rendimentos registrados; mas face ao baixo percentual de aposentadas na pesquisa, tal fato não chega a preocupar. Os resultados mostram que a distribuição por classes de salário mínimo é bastante equilibrada, com reduzida participação dos rendimentos muito baixos (menores que 1 Salário Mínimo), e com significativa participação dos rendimentos mais altos (acima de 10 SMs). O valor médio fica em R\$ 1819,83, o mediano em R\$ 1250,00, o valor mínimo é zero (19 pessoas) e o máximo de R\$ 38.268,00 (valor conferido e confirmado pela única respondente que declarou este valor, uma pequena empregadora do setor serviços).

**Figura 3.** Distribuição das pessoas que responderam ao questionário por características da sua situação no mercado de trabalho



**Fonte:** I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Perfil das Delegadas e Perspectivas de Ação. IBAM/SPM, 2004.



**Fonte:** I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Perfil das Delegadas e Perspectivas de Ação. IBAM/SPM, 2004.

Tais informações gerais permitem dizer que era bom o nível de rendimento das delegadas que compareceram à I Conferência Nacional, principalmente se levarmos em conta que o rendimento médio mensal das mulheres brasileiras como um todo segundo o Censo Demográfico 2000 era de R\$ 488,34, e o mediano é de R\$ 230,00. Portanto, as mulheres que responderam ao questionário apresentam um rendimento mediano quase cinco vezes superior à mediana nacional, confirmando, assim, a percepção de que são as mulheres mais maduras, com maior escolarização, com maiores rendimentos e com menor número de filhos as que mais se mobilizaram ou que contam com as condições de acesso



para integrar a rede social que foi estabelecida a partir dos processos municipais e estaduais que conferiram visibilidade à I Conferência Nacional.

Sob esse aspecto, vale chamar a atenção para o fato de que, ao cruzarmos os dados de rendimento e de instrução por raça, mais uma vez é possível constatar o efeito da interseccionalidade<sup>7</sup> de gênero e raça já que se está tratando de uma população basicamente feminina e que, mesmo mantendo a sua posição favorável em relação à população feminina brasileira, os indicadores de instrução e rendimento mostram significativas diferenças entre as mulheres, se considerada a raça. (ver quadro IV).

#### Quadro IV

Distribuição das(os) delegadas(os) que responderam à pesquisa, segundo indicadores de instrução e rendimento

<b>Indicadores Cor ou Raça</b>				
Branca	Negra	Parda	Amarela(*)	Indígena (*)
<b>Níveis de Instrução (%)</b>				
Até 2º grau incompleto				
6	16	23	20	43
2º grau completo				
23	44	34	20	29
Superior completo				
59	37	39	33	21
Pós graduação				
12	3	4	27	7
<b>Rendimento em junho de 2004 (R\$)</b>				
<b>Média</b>				
2.249,62	1.114,22	1.672,60	1.773,08	666,67
<b>Mediana</b>				
1.600,00	925,00	1.100,00	1.500,00	600,00

(\*) Poucos casos na amostra.

Fonte: I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Perfil das Delegadas e Perspectivas de Ação. IBAM/SPM, 2004.

. . . . .

<sup>7</sup> Conceito discutido por Crenshaw, Kimberlé no Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. Revistas de Estudos Feministas ano 10, 2002.

Neste sentido, a pesquisa mostrou que o seu universo era um recorte fiel da população que participou do processo de construção da Conferência. As pessoas que a ela responderam eram todas de nacionalidade brasileira, oriundas principalmente na região Sudeste (35%), seguindo-se as do Nordeste (28%) e as do Centro-Oeste (16%). Todas as Unidades da Federação<sup>8</sup> estiveram representadas, sendo as participações isoladas mais significativas as do Estado de São Paulo (14%), do Rio de Janeiro (9%) e da Bahia, de Minas Gerais e do Distrito Federal (7% de cada) (ver Figura 4). É muito importante registrar, até porque era um dos objetivos da Conferência, a enorme quantidade e diversidade de municípios de origem das entrevistadas, o que atesta o amplo embasamento da discussão que teve como seu produto final as recomendações para o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A Figura 5 mostra a distribuição dos 444 municípios representados na Conferência pelo território nacional, destacando a proporção que representam entre os municípios do País (7%) e de cada Região: 9% dos da Região Norte, 7% dos da Região Nordeste, 8% dos da Região Sudeste, 5% dos da Região Sul e 9% dos da Região Centro Oeste.

Do ponto de vista da atuação política, a Figura 6 mostra com clareza o tipo de participação das entrevistadas, destacando-se os Movimentos Sociais em geral (55%), os partidos políticos (49%), as ONGs (34%), e as Organizações Governamentais (31%), como os principais *locus* de atuação política. Ainda que não tenha sido muito claramente formulado em termos de sua distinção com a pergunta anterior, o levantamento das organizações onde as pessoas entrevistadas atuam destaca, bem à frente das demais, o movimento de mulheres com 58%. Seguem-se (com percentuais entre 21% e 30%) o movimento popular, o movimento feminista e o movimento sindical.

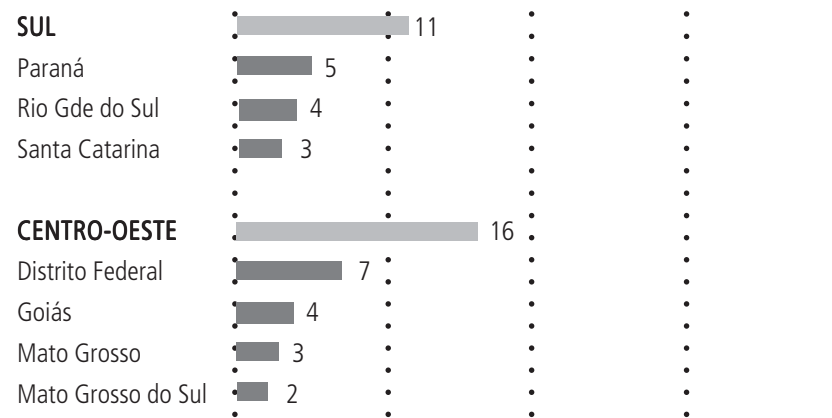
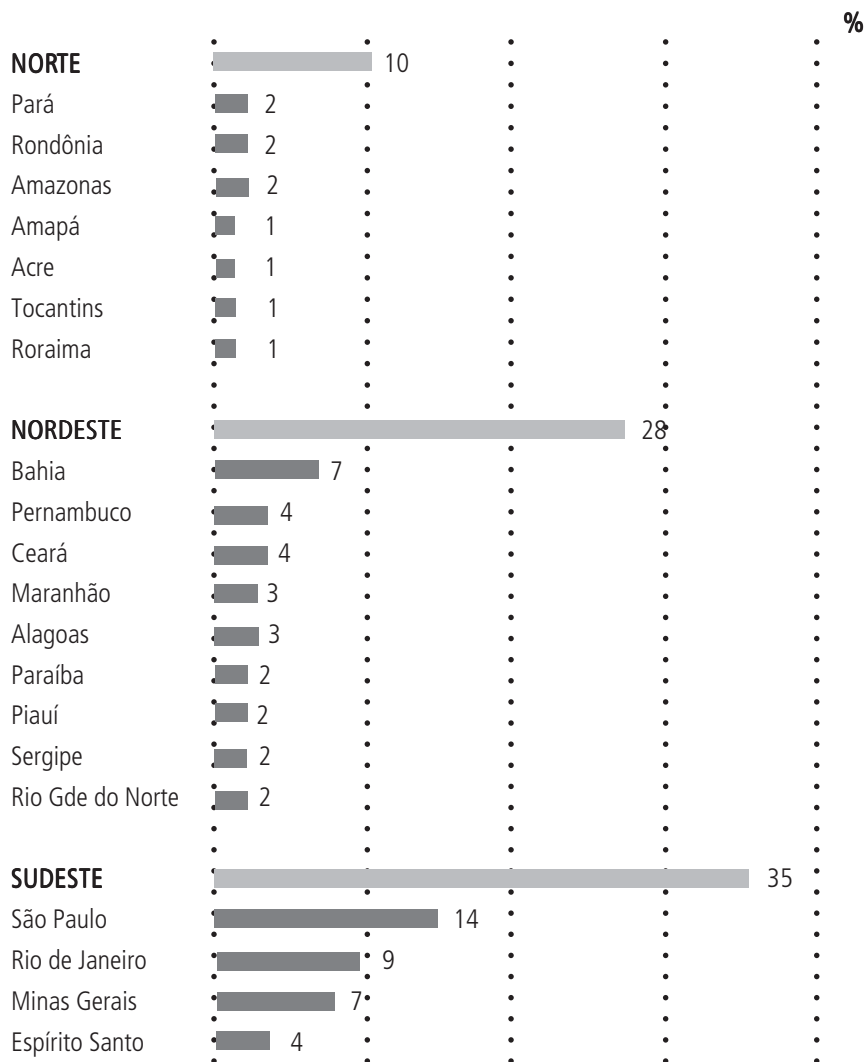
No que se refere ao tipo de delegação que trouxe as pessoas à I Conferência, chama a atenção a grande proporção que veio como delegada(o) da sociedade civil (57%), reproduzindo, portanto, a estimativa inicial prevista no Regimento Interno de que a Conferência seria realizada com 60% de representantes da

. . . . .

<sup>8</sup> Como a SPM costuma produzir material para circulação entre um público muito semelhante ao que respondeu à presente pesquisa, vale o aviso de que a expressão "Unidade da Federação" não é bem compreendida e, portanto, deve ser evitada.

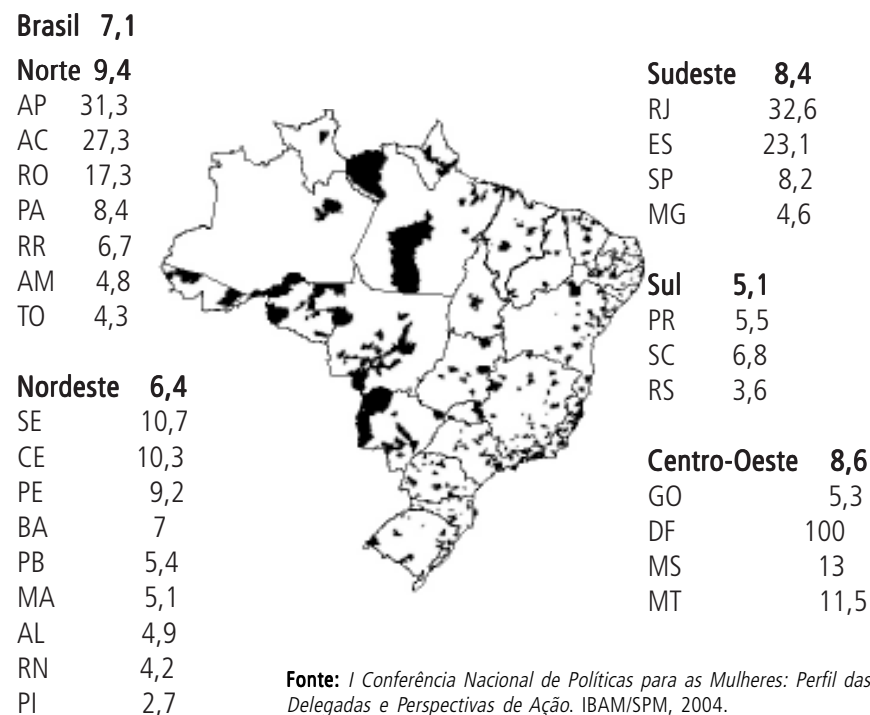
sociedade civil e 40% dos governos. Seguiu-se, em ordem decrescente, as delegações dos governos municipais, estaduais e federal. Tal pirâmide também aponta para a consecução do objetivo de construção da Conferência a partir das bases. Praticamente todas as delegações (90%) conseguiram trazer as pessoas que haviam sido eleitas como titulares (ver Figura 6).

**Figura 4.** Distribuição das pessoas que responderam ao questionário por origem geográfica



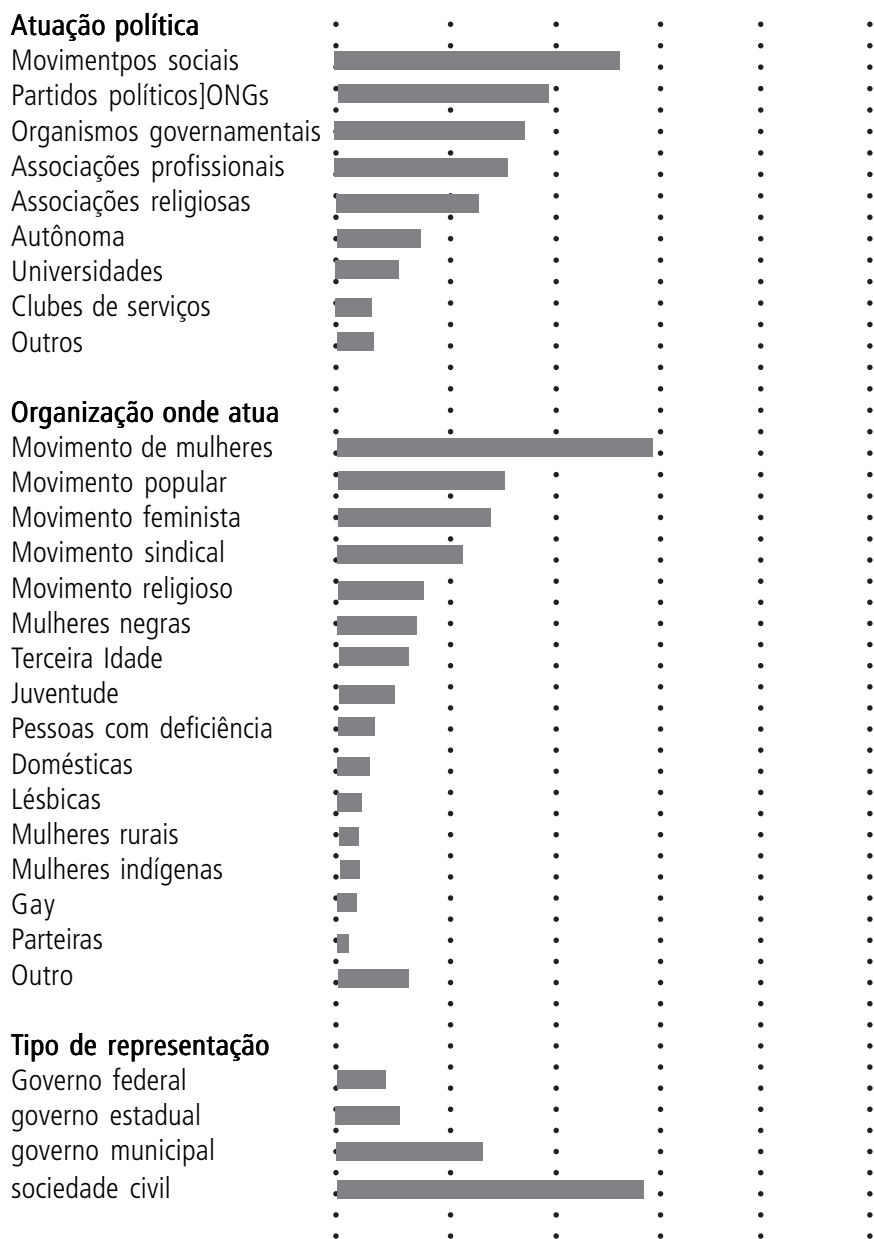
**Fonte:** I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Perfil das Delegadas e Perspectivas de Ação. IBAM/SPM, 2004.

**Figura 5.** Distribuição dos municípios representados na Conferência no total de municípios da região e do país e distribuição das pessoas que responderam ao questionário por município de origem



**Fonte:** I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Perfil das Delegadas e Perspectivas de Ação. IBAM/SPM, 2004.

**Figura 6.** Distribuição das pessoas que responderam ao questionário por características de atuação política e de representação e delegação na I CNPM.



**Fonte:** I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Perfil das Delegadas e Perspectivas de Ação. IBAM/SPM, 2004.

### ▪ Eixos Temáticos de Discussão

A julgar pelas altas proporções de pessoas que conseguiram participar dos grupos de discussão temáticos para os quais se inscreveram, isto não deve ter se constituído em motivo de frustração (ver Figura 7). Os dados mostram um pequeno remanejamento dos grupos mais procurados (1 e 2) para os menos procurados (notadamente para o 3 uma vez que o 4 funcionou com a proporção pretendida). Na verdade, para ser fiel à forma como funcionou a I Conferência, deveríamos falar em *eixos temáticos* e não em grupos, porque cada um dos eixos funcionou com quatro grupos de discussão. Os eixos temáticos foram os seguintes<sup>9</sup>:

- **Eixo temático 1** – Enfrentamento da pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e à terra.
- **Eixo temático 2** – Superação da violência contra a mulher: prevenção, assistência e enfrentamento.
- **Eixo temático 3** – Promoção do bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infra-estrutura, equipamentos sociais e recursos naturais.
- **Eixo temático 4** – Efetivação dos direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos.
- **Eixo temático 5** – Desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção de conhecimento para a igualdade.

<sup>9</sup> Segundo documento da SPM, "Durante a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, o processo de elaboração das diretrizes para uma Política Nacional para as Mulheres se deu a partir da discussão do Documento "Propostas de Diretrizes para uma Política Nacional para as Mulheres", nos 20 grupos de trabalho constituídos durante a Conferência. Todos os 20 grupos discutiram a parte geral deste Documento "Natureza, princípios e diretrizes da Política Nacional para as Mulheres na perspectiva da igualdade de gênero, considerando a diversidade de raça e etnia." Os cinco eixos temáticos que faziam parte do Documento foram discutidos, cada um deles, por 4 grupos. (...) O trabalho de sistematização das discussões dos grupos foi realizado com a participação das coordenadoras e das relatoras de cada grupo, e coordenado pela Comissão Especial Temática e de Relatoria. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Agosto de 2004, mimeo. p. 3.

A exemplo do que foi feito para o documento resultante da elaboração do cadastro parcial da Conferência, segue-se um perfil das pessoas que escolheram cada um dos eixos temáticos. Com base nas classes modais e nas médias, pode-se dizer que é o seguinte o perfil das pessoas que se inscreveram em cada um dos eixos:

✓ **O Eixo 1 – Pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e à terra:** contou com a participação de 22% das pessoas delegadas entrevistadas, predominando as da região Nordeste (36%), delegadas na Conferência pela Sociedade Civil (61%), chefes/pessoas de referência em suas famílias (58%), com 42,7 anos de idade em média, brancas (41%), com nível superior completo de instrução (37%), trabalhando (89%) predominantemente na Administração Pública (39%), e que tiveram rendimento total médio de R\$ 1846,74 em junho de 2004.

✓ **O Eixo 2 – Violência contra a mulher: prevenção, assistência, combate e políticas de Segurança:** contou com a participação de 21% das pessoas delegadas entrevistadas, predominando as da região Sudeste (34%), delegadas na Conferência pela Sociedade Civil (48%), chefes/pessoas de referência em suas famílias (53%), com 42,7 anos de idade em média, brancas (42%), com nível superior completo de instrução (49%), trabalhando (88%) predominantemente na Administração Pública (54%), e que tiveram rendimento total médio de R\$ 1669,91 em junho de 2004.

✓ **O Eixo 3 – Bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infra-estrutura, equipamentos sociais, recursos naturais:** contou com a participação de 15% das pessoas delegadas, predominando as da região Sudeste (45%), delegadas na Conferência pela Sociedade Civil (59%), chefes/pessoas de referência em suas famílias (50%), com 43,1 anos de idade em média, brancas (49%), com nível superior completo de instrução (48%), trabalhando (79%) predominantemente na Administração Pública (50%), e que tiveram rendimento total de R\$ 1821,07 em junho de 2004.

✓ **O Eixo 4 – Direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos:** contou com a participação de 14% das pessoas delegadas entrevistadas, predominando as da região Sudeste (40%), delegadas na Conferência pela Sociedade Civil (62%), chefes/pessoas de referência em

suas famílias (49%), com 41,4 anos de idade em média, brancas (55%), com nível superior completo de instrução (52%), trabalhando (89%) predominantemente na Administração Pública (36%), e que tiveram rendimento total médio de R\$ 2340,21 em junho de 2004.

✓ **O Eixo 5 – Desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção de conhecimento para a igualdade:** contou com a participação de 21% das pessoas delegadas entrevistadas, predominando as das regiões Nordeste e Sudeste (30% de cada), delegadas na Conferência pela Sociedade Civil (59%), chefes/pessoas de referência em suas famílias (54%), com 43,2 anos de idade em média, brancas (46%), com nível superior completo de instrução (54%), trabalhando (85%) predominantemente no setor da Educação (39%), e que tiveram rendimento total médio de R\$ 1635,36 em junho de 2004.

#### Quadro V

Delegadas(os) que participaram dos Eixos Temáticos segundo características selecionadas

Indicadores	Eixo 1 – Pobreza	Eixo 2 – Violência	Eixo 3 – Bem-estar	Eixo 4 – Direitos	Eixo 5 – Educação
Proporção que participou	22%	21%	15%	14%	21%
Média de nota que deu para o processo da Conferência	7,95	7,74	7,90	8,10	7,99
Classe modal de nota que deu para o processo Indicadores	Alta (70%)	Alta (65%)	Alta (67%)	Alta (68%)	Alta (71%)
Classe modal de origem geográfica	Nordeste (32%)	Sudeste (34%)	Sudeste (45%)	Sudeste (40%)	Nordeste e Sudeste (30% cada)
Classe modal de tipo de representação	Sociedade Civil(61%)	Sociedade Civil(48%)	Sociedade Civil(59%)	Sociedade Civil(62%)	Sociedade Civil(59%)
Média de idade	42,7 anos	42,7 anos	43,1 anos	43,2 anos	41,4 anos

Indicadores (cont.)	Eixo 1 – Pobreza	Eixo 2 – Violência	Eixo 3 – Bem-estar	Eixo 4 – Direitos	Eixo 5 – Educação
<b>Classe modal de cor</b>	Branca(41%)	Branca(42%)	Branca(49%)	Branca(55%)	Branca(46%)
<b>Classe modal de instrução</b>	Superior Completo (37%)	Superior Completo (49%)	Superior Completo (48%)	Superior Completo (52%)	Superior Completo (54%)
<b>Posição na família</b>	Chefe (58%)	Chefe (53%)	Chefe (50%)	Chefe (49%)	Chefe (54%)
<b>Classe modal de inserção no MT</b>	Está trabalhando (89%)	Está trabalhando (88%)	Está trabalhando (79%)	Está trabalhando (89%)	Está trabalhando (85%)
<b>Classe modal de setor de atividade</b>	Adm. Publica (39%)	Adm. Publica (54%)	Adm. Publica (50%)	Adm. Publica (36%)	Educação (39%)
<b>Média do rendimento</b>	1.846,74	1.669,91	1.821,07	2.340,21	1.635,36
<b>Classe modal de rendimento</b>	1 a 3 SMs(30%)	5 a 10 SMs (26%)	5 a 10 SMs (30%)	5 a 10 SMs (33%)	5 a 10 SMs (34%)

Fonte: I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Perfil das Delegadas e Perspectivas de Atuação. IBAM/SPM, 2004.

Embora não haja muita diferenciação interna dos perfis segundo o eixo temático de participação é possível destacar que:

- ✓ os eixos que tiveram maior participação foram o Eixo 1 (Pobreza), o Eixo 2 (Violência) e o Eixo 5 (Políticas);
- ✓ embora as pessoas do Sudeste predominem na maioria dos eixos, sua presença é mais expressiva no Eixo 3 (Bem-estar); há predominância de pessoas do Nordeste no Eixo 1 (Pobreza);
- ✓ a idade média em todos os grupos é muito próxima (às vezes até coincidente) da média do conjunto, mas são ligeiramente mais jovens as pessoas que participaram do Eixo 4 (Direitos) e ligeiramente mais velhas as que participaram do Eixo 3 (Bem-estar) e do Eixo 5 (Educação);
- ✓ há predominância em todos os eixos das pessoas que se declararam brancas. Contudo são diferentes as intensidades desta

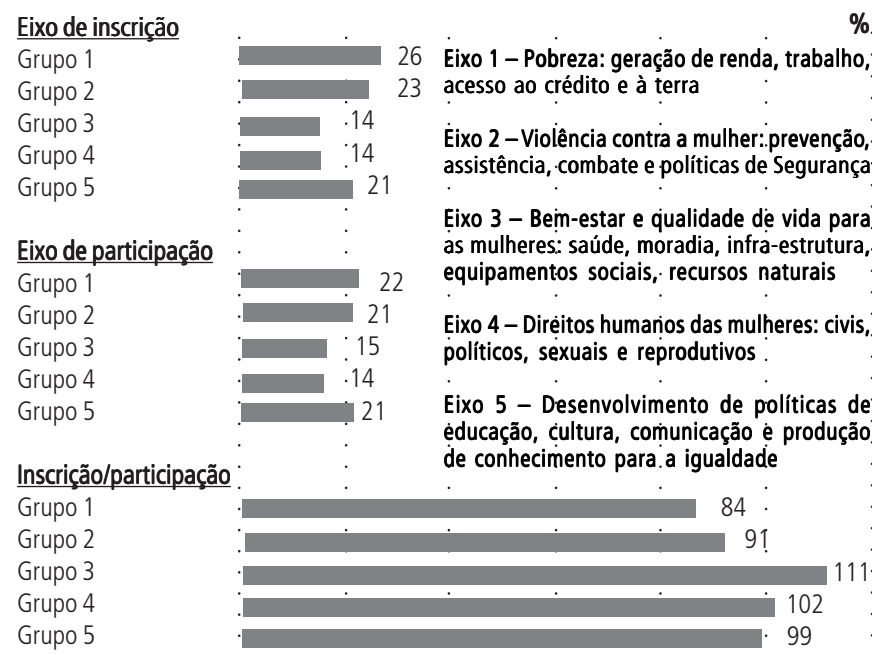
predominância, sendo mais sensível no Eixo 4 (Direitos) e menor no Eixo 1 (Pobreza);

✓ as maiores diferenciações se dão em termos educacionais e de rendimento. No caso da instrução, ainda que a classe modal seja sempre o superior completo, o Eixo 5 (Educação) e o Eixo 4 (Direitos) sobressaem neste quesito, enquanto que o eixo 1 (Pobreza) atraiu as pessoas menos instruídas; no caso do rendimento, as pessoas com maiores rendimentos predominam entre as que participaram do Eixo 4 (Direitos) enquanto as pessoas com menores rendimentos são as que participaram do Eixo 5 (Educação) e do Eixo 2 (Violência);

✓ embora as pessoas que vieram à Conferência representando a Sociedade Civil predominem em todos os eixos, sua presença é mais expressiva no Eixo 4 (Direitos) e no Eixo 1 (Pobreza);

✓ é no Eixo 3 (Bem-estar) que se encontram as menores proporções de pessoas inseridas no mercado de trabalho.

**Figura 7.** Distribuição das pessoas que responderam ao questionário por eixo temático de inscrição e de efetiva participação na I Conferência



Fonte: I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Perfil das Delegadas e Perspectivas de Atuação. IBAM/SPM, 2004.

Com base na classe modal em cada uma das variáveis analisadas neste capítulo e em médias, seria o seguinte o perfil das pessoas entrevistadas: são predominantemente mulheres (99%); têm idade entre 41 e 50 anos (38%) – 42,8 anos em média; são brancas (45%); são católicas (62%); têm instrução superior completa (47%); tiveram remuneração em junho de 2004 de R\$ 1819,83; vivem em união estável – legalizada ou consensual (49%); são chefes de família (52%), com em média 1,9 filhos; estão trabalhando (80%), na administração pública (39%); são do Sudeste (35%); são engajadas em movimentos sociais (55%), principalmente no movimento de mulheres (58%); vieram à I Conferência como delegadas titulares (90%) representando a Sociedade Civil (57%).

### ▪ *O cadastro parcial e o Plano de amostras: exercício comparativo*

Seria muito interessante comparar este perfil com o perfil geral das(os) delegadas(os) que estavam pré-inscritos na I Conferência, para ver até que ponto a amostra da pesquisa aproxima-se do grupo como um todo. Porém, até o momento do fechamento deste relatório, conta-se apenas com o cadastro parcial como já foi mencionado.

Os dados que são apresentados no Quadro V efetuam esta comparação, e permitem corroborar o ótimo nível de representatividade obtido pela pesquisa. Tal comparação, no entanto, não pode deixar de levar em consideração que o cadastro é parcial, e que algumas das diferenças cadastro/amostra podem se dever ao fato de que na amostra todas as UFs estão representadas, e algumas características pessoais podem estar mais presentes em umas Unidades da Federação do que em outras. Há que levar em conta também que a pesquisa perguntou de forma mais precisa algumas informações, eliminando ou reduzindo bastante a proporção de “sem informação” relativamente ao cadastro.

Por outro lado, as magnitudes encontradas também dão conta da similaridade entre os dois conjuntos. Já uma comparação das diferenças dos valores percentuais e médios assumidos no universo e na “amostra” fala (com reservas)

do viés introduzido pela auto-seleção. Mostra que as pessoas que compareceram à Conferência eram ligeiramente mais velhas do que as cadastradas na pré-inscrição, com maior representação das negras e pardas, das que concluíram o curso superior, das que tinham rendimentos acima de 10 SMs e das que não tinham filhos.

### **Quadro VI**

Distribuição das(os) delegadas(os) constantes do cadastro parcial e das(os) que responderam à pesquisa, segundo variáveis selecionadas

Variáveis	No cadastro parcial	Na amostra	Diferencial
<b>SEXO</b>			
Masculino	1%	1%	0
Feminino	94%	99%	+ 5
Sem informação	5%	0%	-5
<b>IDADE</b>			
Média	41,62	42,77	+1,15
Mediana	42,00	43,00	+1,00
<b>COR OU RAÇA</b>			
Branca	45	45	0
Preta/Negra	16	20	+4
Parda	28	30	+2
Amarela	1	2	-1
Indígena	3	2	-1
Sem informação	7	2	-5
<b>INSTRUÇÃO</b>			
Até segundo grau completo	31	44	+13
Superior completo	37	47	+10
Pós graduação	25	9	-16
Sem informação	7	0	-7
<b>INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO</b>			
Está trabalhando	87	80	-7

Variáveis (cont.)	No cadastro parcial	Na amostra	Diferencial
<b>RENDIMENTO</b>			
Menos de 1 SM	5	6	-1
De 1 a 3 SMs	27	22	-5
De 3 a 5 SMs	19	19	0
De 5 a 10 SMs	19	26	+7
Mais de 10 SMs	18	20	+2
Sem informação	12	7	-5
<b>NÚMERO DE FILHOS</b>			
Nenhum	13	26	+13
Número médio	2,07	1,92	-0,15
Número mediano	2,00	2,00	0

## IV – O processo de construção e realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

O presente capítulo é dedicado integralmente ao processo de construção e realização da I Conferência, tomando como base as informações sistematizadas no Banco de Dados. A seção denominada “Avaliação do processo como um todo” trata da forma de conhecimento da existência da Conferência, da avaliação justificada do caráter democrático do processo, e da nota atribuída a este mesmo processo.

A seguir, na seção intitulada “Participação e avaliação nas Conferências Municipais ou Regionais” trata-se de levantar alguns elementos sobre o nível de participação nesta primeira instância do processo da Conferência Nacional, da avaliação de diversos itens que dão conta dos trabalhos realizados nos grupos desta instância, e do processo eleitoral para representação nas conferências estaduais. A seção seguinte apresenta e analisa o mesmo tipo de informação com relação às conferências estaduais.

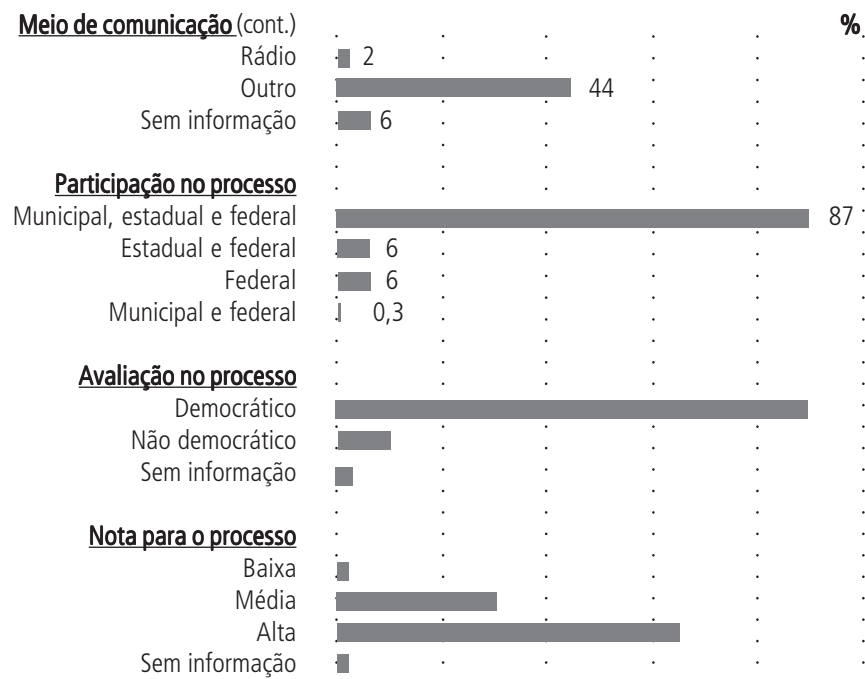
Por último, na seção denominada Avaliação da Conferência Nacional, são apresentados os resultados da apreciação feita pelas pessoas delegadas participantes de itens relativos às condições de credenciamento e inscrição na Conferência; de transporte, hospedagem, alimentação e instalações físicas dos locais destinados aos trabalhos; aos temas selecionados para os GTs, às metodologias adotadas nos grupos e nas plenárias, à distribuição do tempo entre as diversas atividades programadas; à qualidade e suficiência do material de trabalho pré-distribuído; e às recomendações aprovadas na plenária final. A seção apresenta ainda as sugestões feitas para uma segunda Conferência.

## ▪ Avaliação do processo como um todo

As perguntas que tratavam da forma pela qual as pessoas que estavam presentes à Conferência na condição de delegadas ou tinham dela tomado conhecimento pela primeira vez não foram bem compreendidas por todas as que responderam à pesquisa. Tal tipo de dificuldade resultou em um grande número de respostas na alternativa “outras” (44%) no quesito “meio de comunicação”, na maioria dos casos repetindo a resposta que havia sido dada no quesito “forma de conhecimento”.

Apesar deste imprevisto, os dados permitem dizer que a primeira forma de conhecimento foi através do governo municipal (25%), seguindo-se o movimento social (16%), o governo federal (15%), o governo estadual (14%) e as ONGs (10%). As demais alternativas não foram muito assinaladas. Quanto ao meio de comunicação que parece ter sido mais eficaz na divulgação da Conferência, entre as alternativas propostas, destacaram-se a Internet (22%) e os panfletos (18%) (ver Figura 8).

**Figura 8.** Distribuição das pessoas que responderam ao questionário por características da sua participação e da sua avaliação da I Conferência



Fonte: I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Perfil das Delegadas e Perspectivas de Ação. IBAM/SPM, 2004.

Durante a fase de processamento uma variável derivada foi criada: a participação no processo de construção da Conferência como um todo. O resultado mostra que 87% das entrevistadas participaram em todos os níveis: municipal ou regional, estadual e federal, como seria desejável (ver Figura 8).

O questionário indagava ainda sobre a qualidade democrática ou não que as entrevistadas atribuíam ao processo de construção da I Conferência como um todo: também aqui, 87% responderam que avaliaram positivamente esta questão (ver Figura 8).

A Figura 9 apresenta a variação da avaliação de que o processo foi democrático cruzada por diversas características das pessoas entrevistadas, com o objetivo de verificar quem foram as pessoas que ficaram mais satisfeitas com a construção da Conferência no que diz respeito à sua abertura e transparência.



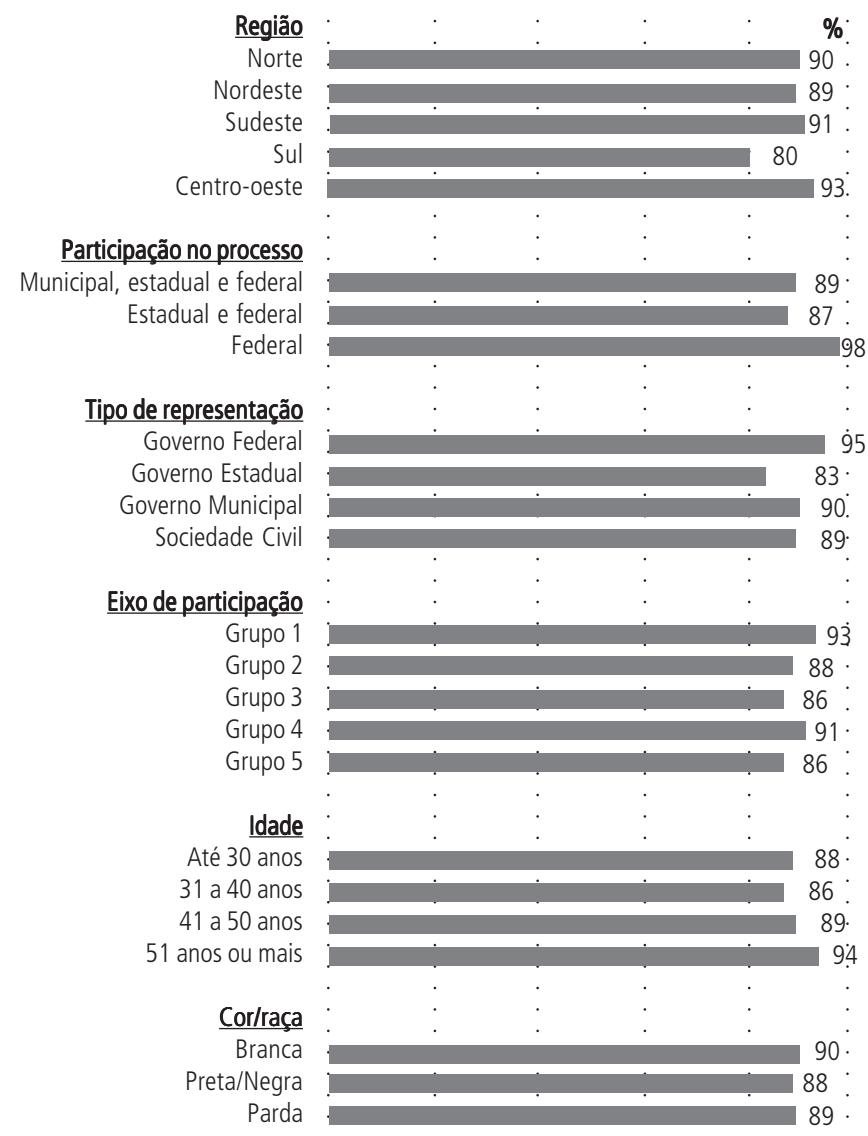
- As pessoas que mais acharam o processo democrático foram: as que vieram da região Norte; as que participaram somente do nível federal do processo de construção da Conferência; as que vieram como delegadas do Governo Federal; as que participaram da discussão no Eixo Temático 1 (Pobreza); as que tinham 51 anos e mais de idade; as que se identificaram como pertencendo à raça branca; as que se declararam como professando o protestantismo; as que tinham instrução até o 2º grau incompleto; as aposentadas; as que exercem sua atividade profissional no setor da Educação; as que tiveram no mês de junho de 2004 um rendimento total de 10 SMs ou mais e as que deram notas altas para o processo de construção da Conferência como um todo.

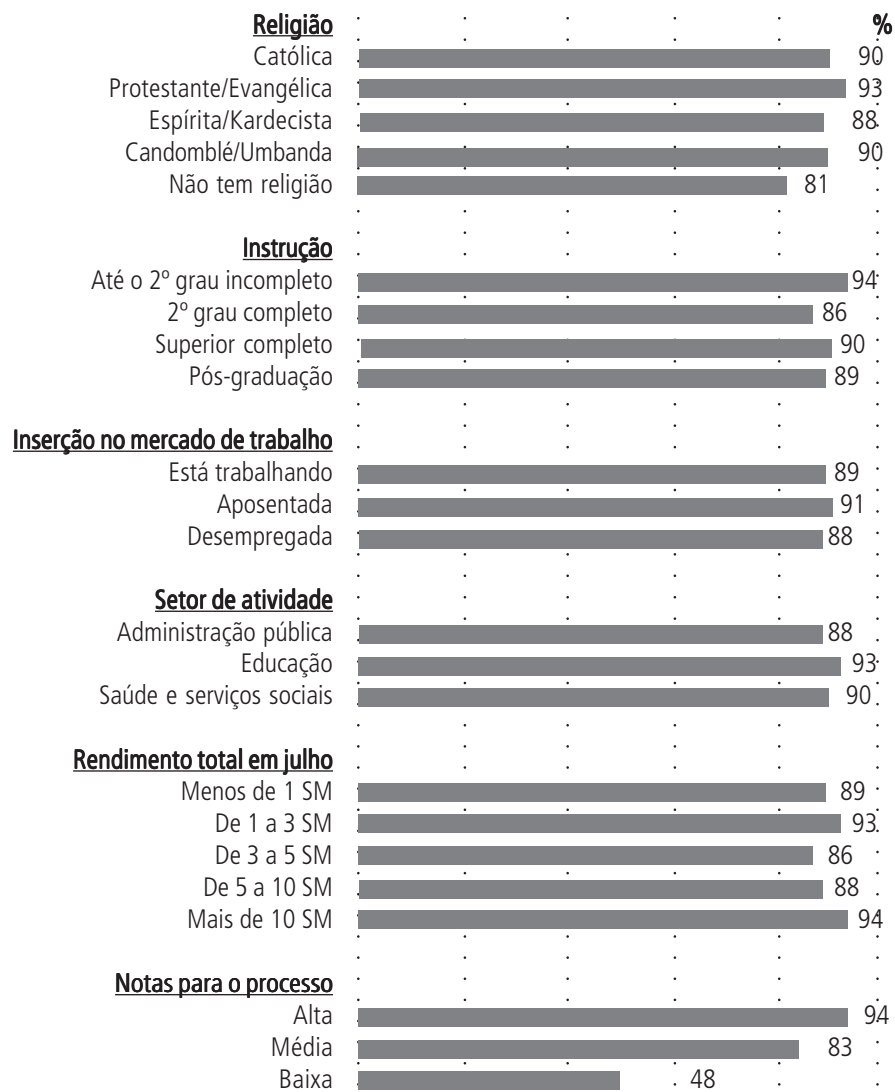
A Figura 10 apresenta a variação da avaliação de que o processo não foi democrático cruzada por diversas características das pessoas entrevistadas com o objetivo de verificar quem foram as pessoas que ficaram menos satisfeitas com a construção da Conferência no que diz respeito à sua abertura e transparência.

- As pessoas que menos acharam o processo democrático foram: as que vieram da região Sul; as que participaram somente do nível estadual e federal do processo de construção da Conferência; as que vieram como delegadas do Governo Estadual; as que participaram da discussão nos eixos temáticos 3 (Bem-estar) e 5 (Educação); as que tinham entre 31 e 40 anos de idade; as que se definiram como pertencendo à raça negra; as que se declararam sem religião; as que tinham instrução de 2º grau completo; as desempregadas; as que exercem sua atividade profissional na Administração Pública; as que tiveram no mês de junho de 2004 um rendimento total entre 3 e 5 SMs e as que deram notas baixas para o processo de construção da Conferência como um todo.

Imediatamente após a averiguação do caráter democrático ou não do processo pedia-se, em resposta livre e aberta, que a entrevistada justificasse a sua avaliação, fosse ela positiva ou negativa.

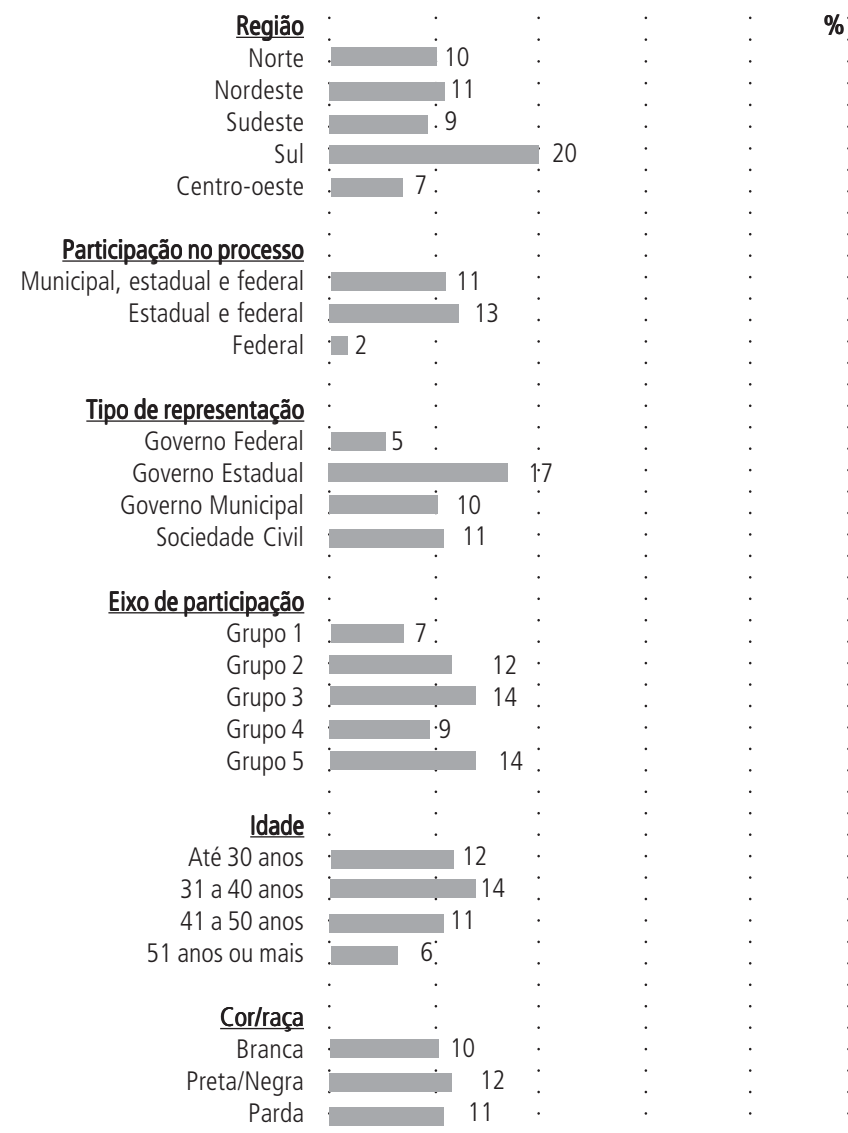
**Figura 9.** Distribuição das pessoas que responderam ao questionário e avaliaram que o processo de construção da I Conferência foi democrático por características socioeconômicas e demográficas

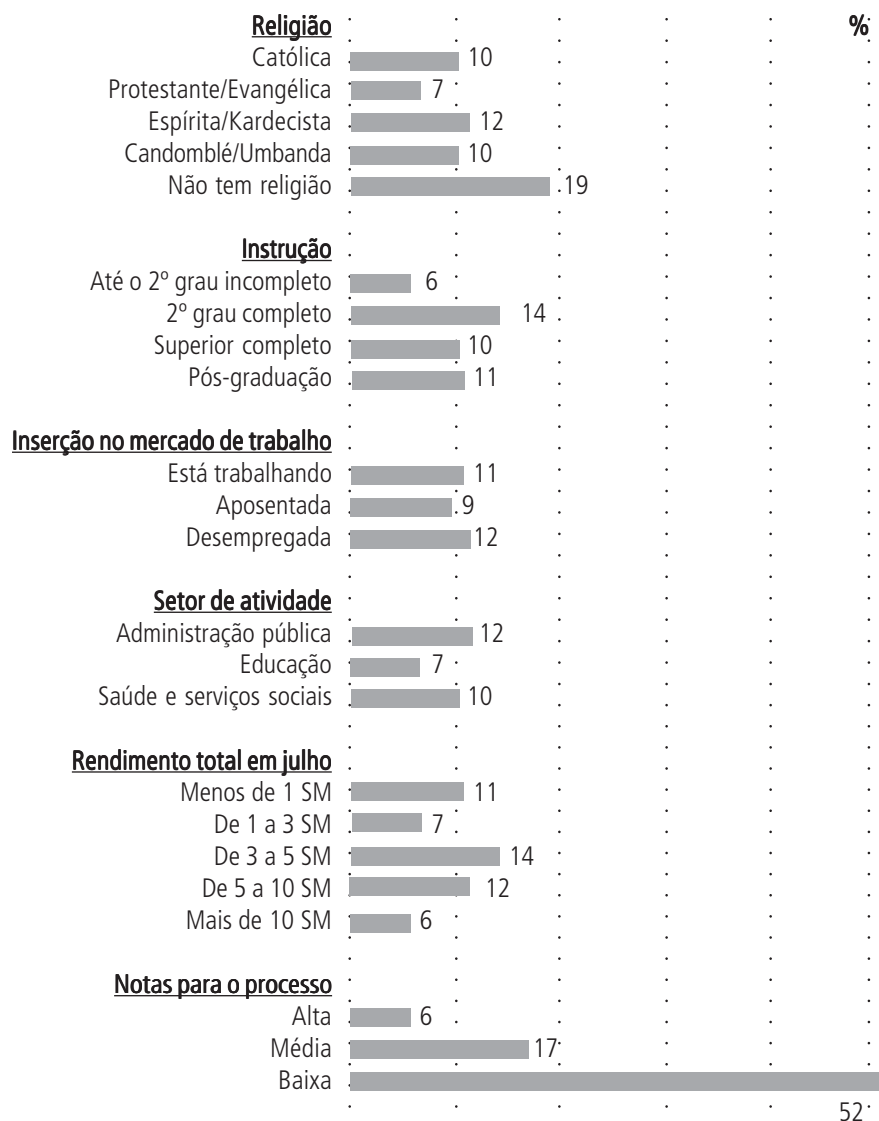




Fonte: I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Perfil das Delegadas e Perspectivas de Ação. IBAM/SPM, 2004.

**Figura 10.** Distribuição das pessoas que responderam ao questionário e avaliaram que o processo de construção da I Conferência não foi democrático por características socioeconômicas e demográficas





Fonte: I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Perfil das Delegadas e Perspectivas de Ação. IBAM/SPM, 2004.

Estas respostas foram trabalhadas qualitativamente visando, por conseguinte, apreender as múltiplas percepções sobre a democracia expressas na justificativa dada na resposta. Não se objetivou aplicar ou adotar um conceito de democracia e investigar em que medida as respostas dele se aproximavam ou

afastavam. Diferentemente, buscou-se apreender em cada uma das respostas os principais significados atribuídos ao termo e as expressões mais recorrentes que manifestam valores, percepções, atributos, crenças, atitudes.

A preocupação, diferentemente dos demais eixos da pesquisa, não foi de quantificar exclusivamente se foi o processo da Conferência foi ou não democrático ainda que isto também tenha sido investigado e analisado (ver Figuras 8, 9 e 10). Contudo, mais do que auferir a percepção (positiva ou negativa) acerca do processo democrático, o importante foi compreender o universo de significados atribuídos à democracia pelas Delegadas da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: por que considera democrático? O que significa democracia? Que aspectos foram mais ou menos valorizados? O que esses significados revelam?

Com efeito, não se trata de esgotar os significados atribuídos pelas delegadas nem tão-pouco circunscrevê-los exclusivamente às categorias de análise adotadas. A democracia nas sociedades contemporâneas ocidentais tem sido objeto de inúmeras disputas revelando, portanto, que o seu universo de significados corresponde a processos e relações sociais que devem ser aprofundados e investigados<sup>10</sup>.

Para a construção das categorias adotadas segundo os termos que depreende das respostas, utilizou-se como referência a pesquisa "Comportamento e conhecimento sobre AIDS entre os delegados sindicais presentes ao VI CONCURT" realizada pelo DIEESE e pela CUT em 1997<sup>11</sup>. Embora com temática distinta, a referida pesquisa também foi realizada durante um evento, foi elaborado um questionário aplicado *in loco*, e embora a ênfase tenha sido sobre aspectos quantitativos, uma pergunta aberta permitiu uma abordagem qualitativa.

<sup>10</sup> Há vasta bibliografia sobre o tema, ver entre outros: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo — PNUD. *La democracia en América Latina: hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos*. PNUD: Buenos Aires, 2004. SORJ, Bernardo. *A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

<sup>11</sup> Na referida pesquisa, o trabalho de análise e classificação dos conceitos foi feito pelo consultor José Inácio Jardim Motta.

Igualmente como na pesquisa citada, aqui também adotou-se para a construção das categorias empíricas<sup>12</sup> os princípios dados por Gomes<sup>13</sup>:

- O conjunto de categorias deve ser estabelecido a partir de um único princípio de classificação;
- Um conjunto de categorias deve ser exaustivo, ou seja, deve permitir a inclusão de qualquer resposta numa das categorias do conjunto;
- As categorias do conjunto devem ser mutuamente exclusivas, ou seja, uma resposta não pode ser incluída em mais de uma categoria.

A partir da leitura das respostas à pergunta, criou-se um sistema classificatório baseado, fundamentalmente, na contraposição entre as respostas que afirmavam o caráter democrático e as que expressavam idéia contrária, estas em quantidade bem menor. A partir da contraposição foram elaboradas categorias relativas a cada conjunto de respostas afirmativas e negativas.

A categorização das respostas que não concordam que o processo da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foi democrático baseou-se nos seguintes grupamentos<sup>14</sup>:

1. Não souberam responder ou não justificaram;
2. Respostas de categorias mistas;
3. Democracia comprometida pela deficiência de comunicação;
4. Democracia comprometida pela disputa política;
5. Democracia comprometida pela falta de apoio para participação;
6. Democracia comprometida pela metodologia adotada;
7. Democracia comprometida pela deficiência de infra-estrutura oferecida às participantes;

<sup>12</sup> Por categorias empíricas entende-se aquelas que possuem a propriedade de conseguir apreender as determinações e as especificidades que se expressam na realidade empírica. Já as categorias de análise referem-se àquelas que retêm historicamente as relações sociais fundamentais e podem ser consideradas balizas para o conhecimento do objeto nos seus aspectos gerais. Maria Cecília de Souza Minayo: *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*, 3 edição, editora Hucitec-Abrasco São Paulo - Rio de Janeiro, 1994.

<sup>13</sup> Gomes, Romeu. A Análise de dados em pesquisa. In: Maria Cecília de Souza Minayo. *Pesquisa Social; teoria, método e criatividade*. Editora vozes, Petrópolis, 1994, p. 67-80.

<sup>14</sup> Para leitura das justificativas das respostas afirmativas e negativas, ver categorização no Anexo III do presente Relatório.

8. Democracia comprometida pela falta de liberdade de expressão;
9. Democracia comprometida pelos critérios adotados.

Já as respostas afirmativas, foram assim categorizadas:

1. Não souberam responder ou não justificaram;
2. Respostas de categorias mistas;
3. Democrático porque participativo;
4. Democracia viabilizada pelo acesso à informação, pela comunicação e pela divulgação;
5. Democracia a ser aperfeiçoada;
6. Democracia, mas com restrições ;
7. Democracia valorizada: parabéns e agradecimentos;
8. Empenho do Governo Federal como agente de viabilidade da democracia;
9. Democracia viabilizada pela metodologia adotada;
10. Democracia viabilizada pelos critérios adotados;
11. Democracia marcada por pioneirismo ;

Em cada um dos grupamentos, foram encontradas justificativas que não esclareciam o porquê de considerar democrático o processo da I Conferência ou, diferentemente, de negar tal proposição: "*Sim. Porque é assim que tem de ser*" ou "*Sim. Por ter sido democrático*" ou "*Não. Acho que foi mais ou menos*". Em ambos casos, o grupamento disse respeito àquelas respostas em que se encontra uma ausência de justificativa ou uma justificativa cujo significado pouco esclarece o conteúdo atribuído ao termo.

A seguir, encontram-se as respostas de categorias mistas, segundo a avaliação em questão. São respostas que não permitem operar com uma idéia central explicativa. Nestas, encontram-se vários significados sobre o porquê de julgar afirmativamente ou negativamente o processo. No intuito de não reduzir a resposta a apenas uma das categorias, supervalorizando, portanto, um dos significados foi criado o item categorias mistas para ambas os casos:

*"Sim. Amplamente divulgado, permitindo a participação de todas pessoas interessadas, inclusive iniciantes na questão através de um diálogo respeitoso frente à diversidade de condições,*

*experiências, idéias e perspectivas das mulheres que construíram as conferências de políticas para as mulheres”*

*“Não. Primeiro pela determinação dos prazos [que] foram escassos para realização das plenárias/conferências municipais e/ou regionais; segundo, pelos temas/temáticas já foram preestabelecidas limitando alguns procedimentos e terceiro, gostaria que a participação das mulheres jovens fosse mais incentivada, há a necessidade de geração de novas lideranças no sentido de renovação/modernidade e até de continuação da luta”.*

Voltando a atenção exclusivamente para o menor conjunto de respostas, isto é, as pessoas que não concordam que o processo foi democrático observa-se que os argumentos apontam para ausência ou falta de algum atributo tido como intrínseco à democracia, como é o caso da comunicação, da participação e da liberdade de expressão. A ausência de tais atributos teria comprometido o processo, gerando assim uma avaliação negativa:

*“Não. Porque faltou publicidade, muitas pessoas nem sabiam o que estava acontecendo, mesmo aqui em Brasília e isto acabou afetando o processo como um todo”.*

*“Não. Os municípios foram mal informados pelo estado deixando de participar muitos municípios de nossa regional”.*

*“Não. A reconstrução nos estados não foi nada democrática, impossibilitando que boa parte das mulheres da sociedade civil pudesse participar. Obs.: os partidos políticos foram muito prejudicados em termos de número”*

*“Não. Os PPDs [pessoa portadoras de deficiência] sequer foram mencionados pela mesa e, apesar de estarem presentes, não tiveram oportunidade de manifestação. Faço este registro, após*

*ouvir um grupo de portadores de deficiência que lamentavam o ocorrido ao final dos trabalhos do dia 16 [de julho].”*

Outra parte das respostas, atribui, distintamente, à metodologia e aos critérios adotados os principais fatores que teriam obstaculizado o processo democrático da I Conferência:

*“Não. A coordenadora de mesa não dava espaço suficiente para nós falarmos e a mesma era muito autoritária”.*

*“Não. Porque os critérios ideológicos difundidos nos documentos distanciaram-se em muito da realidade ocorrida”.*

*“Não. Porque não soube claramente dos critérios de eleição das delegadas, principalmente na Conferência Estadual”.*

O aspecto da disputa política foi enfatizado por várias pessoas que avaliaram o processo como não democrático, atribuindo a este fator o principal limitador:

*“Não. Muitas mulheres de luta ficaram fora do processo por questões políticas”.*

*“Não. Porque nós estamos muito longe de ver a democracia, por existir pessoas com opinião formada que dominam com sua arrogância os demais, não existe consenso. As pessoas estão muito distantes do humanismo”*

Dois outros aspectos mencionados dizem respeito à falta de organização por parte da Comissão Organizadora, indicando uma das respondentes que houve desrespeito com as delegadas.

A grande maioria das pessoas que participou da I Conferência Nacional reconhece que o processo foi democrático, destacando diversos fatores que contribuíram para essa percepção. Com certeza, a participação foi a dimensão mais valorizada e recorrente entre as justificativas apresentadas. Participação torna-se, assim, sinônimo de democracia, segundo o ponto de vista das pessoas que responderam

afirmativamente à pergunta em questão. Sob esse aspecto a participação é valorizada e reconhecida pelo “incentivo à participação nas discussões”; “pela presença da sociedade civil”; “pelas discussões em plenária”; “pela representação de diversos municípios: dos pequenos aos grandes”; “pela chance de dar opinião”; “pela construção de baixo para cima”; “pela capacidade de escuta das reivindicações”; “porque possibilitou a participação de todos os segmentos da sociedade” ou “pelo fato de articular mulheres de todos os estados, movimentos, raça e etnia”.

Cerca de 400 justificativas apresentadas atribuem à possibilidade de expressão e de ser ouvida a principal característica da I Conferência, corroborando assim a participação como a tradução e o apogeu da democracia nas sociedades ocidentais contemporâneas. Por outro lado, se considerarmos que gênero constitui um dos principais valores em torno dos quais os novos atores coletivos elaboram suas identidades<sup>15</sup>, poderemos verificar que a participação faz parte do ideário dos movimentos de mulheres e feministas haja vista sua exclusão da arena política.

Tanto a metodologia adotada quanto os critérios utilizados foram enfatizados como aspecto valorativo que contribuíram para o reconhecimento da dimensão democrática. Nesse sentido, a metodologia foi apontada como facilitadora de múltiplas formas entre as quais podemos destacar: por ter viabilizado as discussões e seu aprofundamento nos municípios e nos Estados; por ter privilegiado as discussões em grupo e garantido a escolha de participação nos grupos de trabalho; pelo aproveitamento das resoluções municipais; pelo acesso às informações e às decisões; pela aprovação das propostas em Plenária.

Entre as justificativas que se relacionam aos critérios utilizados, as respostas apontam principalmente para a importância e qualidade das regras balizadoras da I Conferência, expressas em documentos diversos (Regimento Interno e

. . . . .  
<sup>15</sup> Para discussão sobre as novas identidades coletivas ver Benardo. *A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. Sobre a produção dos discursos de autoridade ver, entre outros: Bourdieu, Pierre. In: Bourdieu, Pierre. *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982. P. 167-205.

Regulamento, por exemplo); pelo cumprimento de tais regras; pelo fato dos critérios de participação terem contemplado a diversidade de segmentos na sociedade.

Inserida nesse universo de significados atribuídos à democracia, a dimensão do acesso à informação, à comunicação e à divulgação também foi destacada. O repasse de informações com antecedência, a distribuição de material de divulgação para os Estados e as orientações fornecidas foram os principais itens mencionados.

A Conferência foi marcada pelo pioneirismo e ineditismo, imprimindo à democracia, no Brasil, um novo momento. Assim, parte das justificativas apresentadas chamou atenção para a realização da primeira Conferência fato de *per se* valorizado. Dada a primeira experiência, não só para o Governo Federal, algumas justificativas foram substituídas por palavras de agradecimento e elogios. Igualmente, foi exclusivamente valorizado em algumas respostas o empenho do Governo Federal fazendo menção ao apoio dado à Conferência.

Se o processo foi amplamente reconhecido como democrático, sendo atribuídos a ele diferentes significados, os dois últimos agrupamentos de respostas apontam, respectivamente, para aspectos a serem aperfeiçoados e para críticas. No primeiro caso, as justificativas recaíram sobre o comportamento dos governantes em níveis municipal e estadual, tendo sido registrada a falta de apoio e de vontade política para a realização das conferências nessas instâncias.

Já o segundo agrupamento de respostas destaca as restrições e constrangimentos identificados no processo sem, no entanto, comprometer a avaliação positiva. No âmbito deste agrupamento de respostas podemos encontrar as principais manifestações de críticas e tensões subsumidas no processo, entre as quais destacam-se: a pouca participação das mulheres indígenas; a necessidade de implementar as ações discutidas; a conduta metodológica adotada em alguns grupos de trabalho; pouco tempo e falta

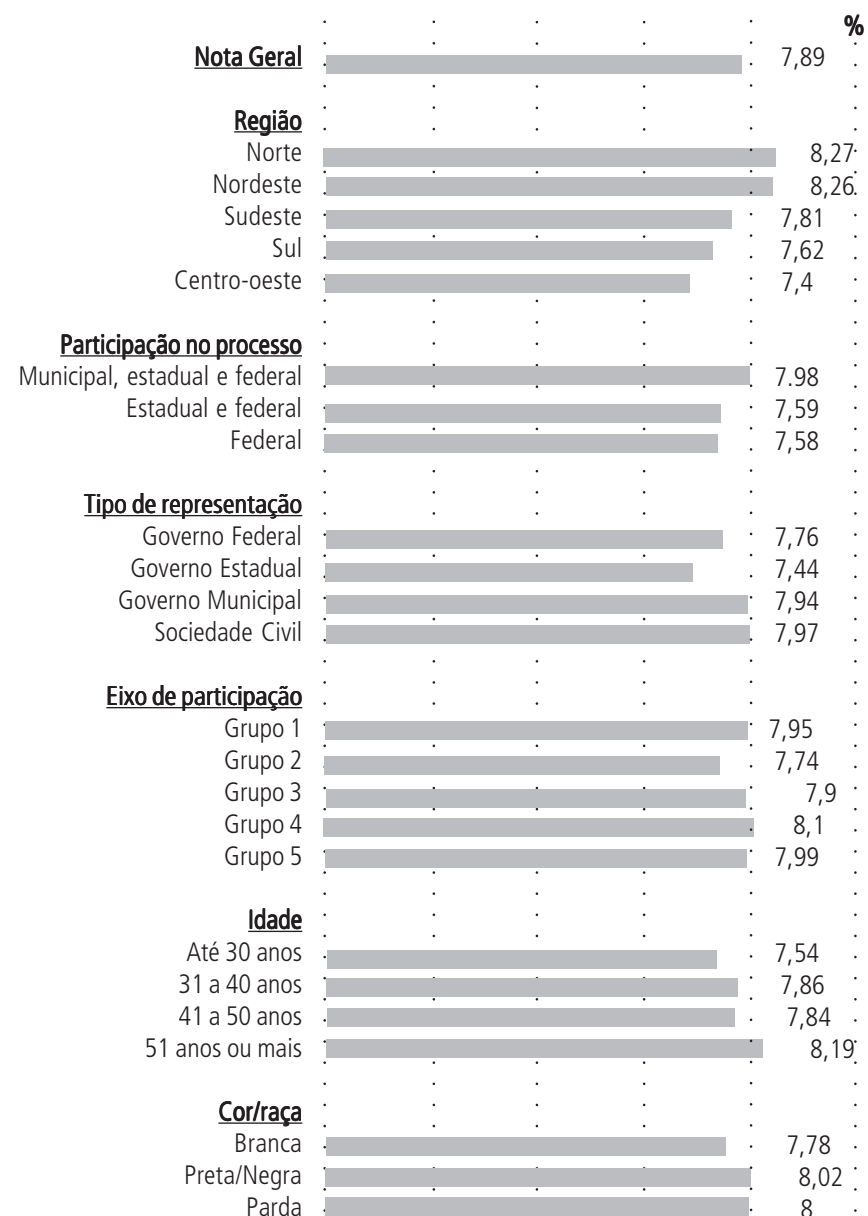
de recursos nos municípios dada a inexistência de orçamento para realização da Conferência; o número insuficiente de delegadas; os critérios para participação e escolha de delegadas; as disputas políticas nas instâncias municipais e estaduais; o retorno das participantes antes do término da Plenária Final.

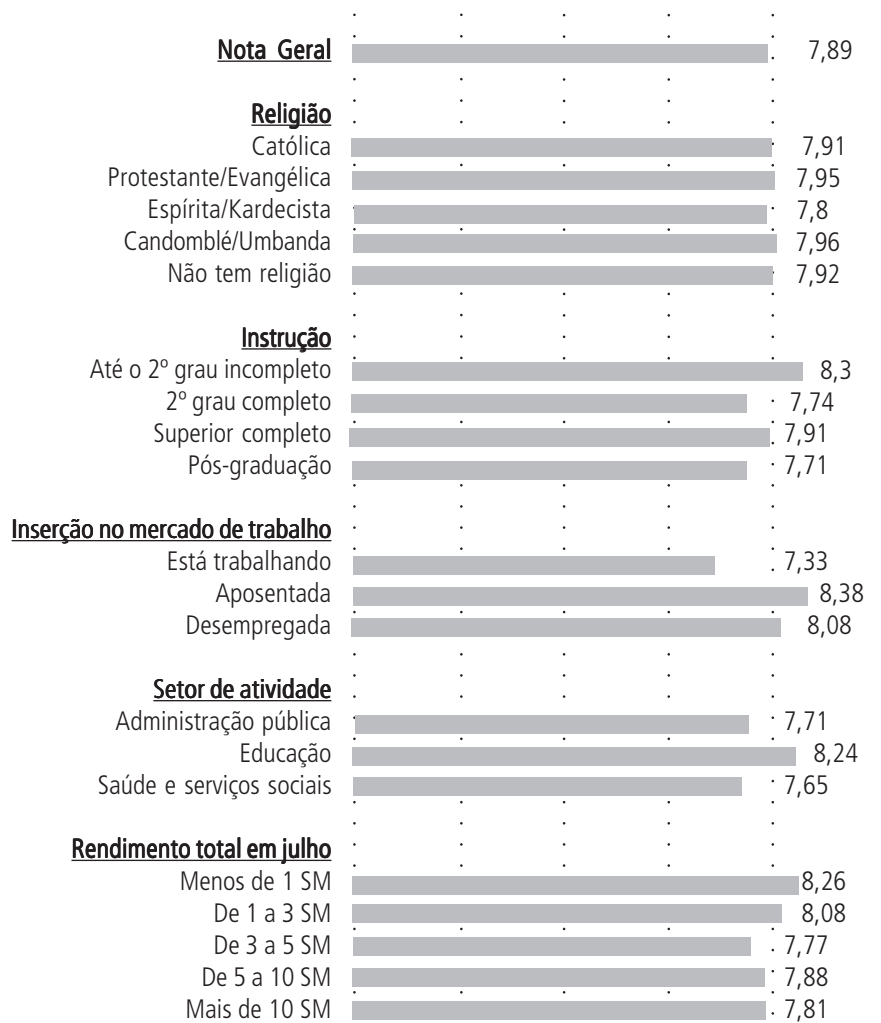
Finalmente, pedia-se que fosse atribuída uma nota de zero a dez para o processo de construção da Conferência como um todo. Durante o processamento dos dados da pesquisa classificou-se como “nota baixa” as notas que iam de zero a quatro; como “nota média” as que iam de cinco a sete e como “nota alta” as que iam de oito a dez: 66% das notas atribuídas enquadram-se na categoria alta, seguindo-se 30% de notas médias e somente 2% de notas baixas. A média das notas foi de 7,89, a mediana foi de 8,00, o valor mínimo foi o zero (atribuído por uma única pessoa) e o máximo foi o 10 (atribuído por 110 pessoas representando 12% das respostas). Portanto, a Conferência foi extremamente bem avaliada.

A Figura 11 apresenta a média da nota cruzada por diversas características das pessoas entrevistadas, com o objetivo de verificar, apesar do intervalo de variação ser pequeno (mínimo de 7,40 e máximo de 8,38), quem foram as pessoas que ficaram mais satisfeitas e as menos satisfeitas. A linha vermelha que corta verticalmente o gráfico permite visualizar rapidamente as avaliações que se encontram acima e abaixo da média geral.

- As melhores avaliações foram feitas por: quem veio da região Norte; quem participou de todo o processo de construção da Conferência; quem veio como delegada da Sociedade Civil; quem participou da discussão no Eixo Temático 4 (Direitos); quem tinha 51 anos e mais; quem se definiu como pertencendo à raça negra; quem se declarou como professando o candomblé e a umbanda; quem tinha instrução até o 2º grau incompleto; as aposentadas; as que exercem sua atividade profissional no setor da Educação; e as que tiveram no mês de junho de 2004 um rendimento total de menos de 1 SM.

**Figura 11.** Média das notas atribuídas ao processo de construção da I Conferência por características socioeconômicas e demográficas das pessoas que responderam ao questionário.





Fonte: I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Perfil das Delegadas e Perspectivas de Ação. IBAM/SPM, 2004.

- As piores avaliações foram feitas por: quem veio da região Centro-Oeste; quem participou apenas do processo no nível Federal; quem veio como delegada do governo estadual; quem participou da discussão no eixo temático 2 (Violência); quem tinha até 30 anos; quem se definiu como pertencendo à raça branca; quem se declarou como professando o

espiritismo; quem tinha instrução em nível de pós-graduação; as que estão trabalhando; as que exercem sua atividade profissional no setor da Saúde e Serviços Sociais e as que tiveram no mês de junho de 2004 um rendimento total entre 3 e 5 SMs.

### Participação e avaliação das Conferências Municipais ou Regionais

Nesta seção são levantados alguns elementos sobre o nível de participação na primeira instância do processo da Conferência Nacional, a avaliação de diversos itens que dão conta dos trabalhos realizados nos grupos desta instância e do processo eleitoral para representação nas conferências estaduais.

O resultado da apuração das respostas às perguntas que buscavam averiguar o nível de participação na primeira instância do processo da Conferência Nacional, e da avaliação de diversos itens que dão conta dos trabalhos realizados nos grupos desta instância e do processo eleitoral para representação nas conferências estaduais está exposto na Figura 12. Nela vê-se claramente que foi muito alta a proporção de pessoas que participou nesta instância das discussões (88%) e que as avaliações positivas de seus diversos aspectos variam de 54% a 75% — no caso dos itens que avaliam o desempenho do grupo de trabalho do qual participou —, e de 50% a 65% — nos itens que avaliam o processo eleitoral das(os) delegadas(os) às Conferências Estaduais. Houve portanto maior aprovação dos trabalhos do que do processo eleitoral.

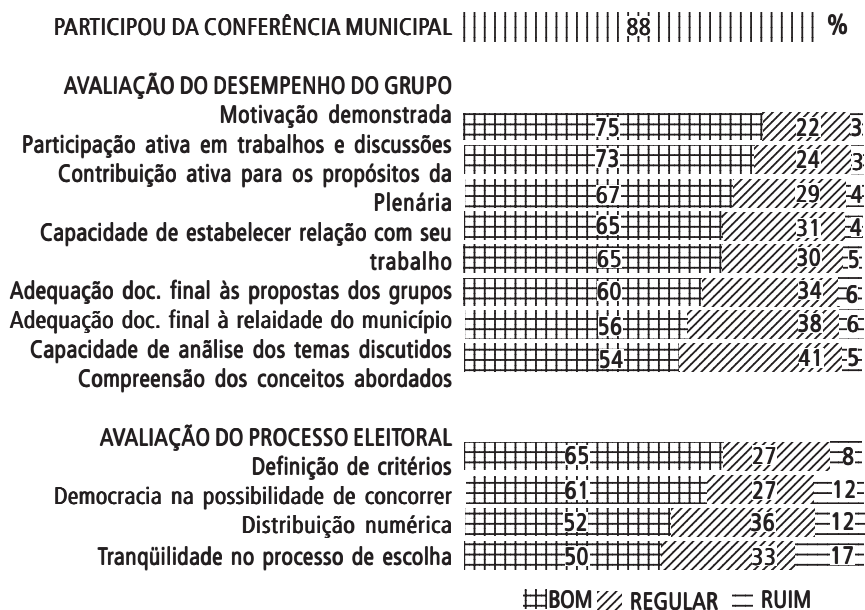
Quando o foco está no desempenho do grupo, a análise dos itens melhor e pior avaliados parece indicar que os elogios estão mais voltados para a participação no processo, e as críticas na consolidação dos resultados. A partir dos dados a seguir sistematizados, é possível afirmar que as participantes das Conferências Municipais ou Regionais estavam intensamente mobilizadas para as discussões locais sendo aquele espaço valorizado como uma instância de discussão e participação. Contudo, se as delegadas avaliaram positivamente a motivação, a participação e a contribuição, o mesmo tipo de avaliação não foi demonstrado no que se refere à exata compreensão dos conceitos abordados e dos resultados



dos trabalhos no que se refere a sua adequação ao contexto municipal, revelando assim uma grande distância entre a capacidade de participação e as possibilidades de execução das demandas identificadas ou, em outras palavras, entre a intenção e a ação. A seguir, encontra-se a síntese dos resultados identificados:

- Os três itens melhor avaliados (maiores proporções de sufrágio na alternativa: bom) foram: a motivação demonstrada (75%), a participação ativa nos trabalhos e discussões (73%) e a contribuição ativa para os propósitos da plenária (67%).
- Inversamente, os três itens pior avaliados (maiores proporções de sufrágio na alternativa: ruim) foram: capacidade de análise dos temas discutidos e adequação do documento final à realidade do município (6% de cada) e adequação do documento final à proposta dos grupos e compreensão dos conceitos abordados (5% de cada).

**Figura 12.** Distribuição das pessoas que responderam ao questionário por participação e avaliação da fase municipal do processo de construção da I Conferência



Fonte: I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Perfil das Delegadas e Perspectivas de Ação. IBAM/SPM, 2004.

Quando o foco está no processo eleitoral das(os) delegadas(os) que participariam da instância seguinte do processo de construção da Conferência, a análise dos itens melhor e pior avaliados parece indicar que os elogios estão mais voltados para as regras estabelecidas para nortear a eleição, e as críticas para as condições do processo eleitoral propriamente dito — levando até mesmo à ambigüidade de um item ser ao mesmo tempo pior e melhor avaliado. Nesse sentido, foi possível identificar que apesar dos critérios terem sido valorizados positivamente e terem viabilizado a possibilidade de pleitear uma vaga como delegada, a disputa foi tensa seja pelo número menor de vagas do que o de candidatas à delegada, seja pela condução do processo a cargo das pessoas responsáveis pelas Plenárias e Conferências Municipais.

- Os dois itens melhor avaliados (maiores proporções de sufrágio na alternativa: bom) foram: a definição dos critérios (65%) e a democracia na possibilidade de concorrer (61%).
- Inversamente, os três itens pior avaliados (maiores proporções de sufrágio na alternativa “ruim”) foram: tranquilidade no processo de escolha (17%), e a distribuição numérica das delegadas e a democracia na possibilidade de concorrer (12% de cada).

Durante o processamento da pesquisa um índice composto de avaliação foi criado e cruzado por diversas características das pessoas entrevistadas (a exemplo do que havia sido feito com a média da nota e a variação do sim e do não democrático), mas não mostrou variação que justificasse a sua utilização.

## Participação e avaliação das Conferências Estaduais

Esta seção apresenta e analisa o mesmo tipo de informações da seção anterior, agora referido às conferências estaduais.

O resultado da apuração das respostas às perguntas que buscavam averiguar o nível de participação na segunda instância do processo da Conferência Nacional. Na Figura 13 estão expostos a avaliação de diversos itens que apontam para os trabalhos realizados nos grupos desta instância e para o

processo eleitoral de representação na Conferência Nacional. Nela vê-se que foi ainda mais alta a proporção de pessoas que participou nesta instância das discussões (94%) e que as avaliações positivas de seus diversos aspectos variam de 58% a 73% — no caso dos itens que avaliam o desempenho do grupo de trabalho do qual participou —, e de 37% a 56% — nos itens que avaliam o processo eleitoral das(os) delegadas(os) às Conferências Estaduais. Houve portanto maior aprovação dos trabalhos do que do processo eleitoral, sendo a diferença de avaliações dos dois conjuntos temáticos maior nas conferências estaduais do que nas municipais, principalmente em função da pior avaliação do processo eleitoral — provavelmente porque a disputa foi mais acirrada pelo necessário afunilamento das possibilidades de acesso à Conferência Nacional.

Quando o foco está no desempenho do grupo, a análise dos itens melhor e pior avaliados parece indicar que os elogios estão mais voltados para a boa vontade na participação no processo, e as críticas para a real capacidade de realizar esta participação de forma conseqüente:

- Os três itens melhor avaliados (maiores proporções de sufrágio na alternativa: bom) foram os mesmos eleitos nas conferências municipais: a motivação demonstrada (73%), a participação ativa nos trabalhos e discussões (68%) e a contribuição ativa para os propósitos da plenária (64%).
- Inversamente, os três itens pior avaliados (maiores proporções de sufrágio na alternativa: ruim) foram: capacidade de análise dos temas discutidos, capacidade de estabelecer relação com o seu próprio trabalho e participação ativa em trabalhos e discussões (6% de cada).

Quando o foco está no processo eleitoral das(os) delegadas(os) que participariam da I Conferência Nacional, a análise dos itens melhor e pior avaliados parece indicar que os elogios estão mais voltados para as regras estabelecidas para nortear a eleição, e as críticas para as condições do processo eleitoral propriamente dito — levando, mais uma vez, à ambigüidade de um item ser ao mesmo tempo pior e melhor avaliado:

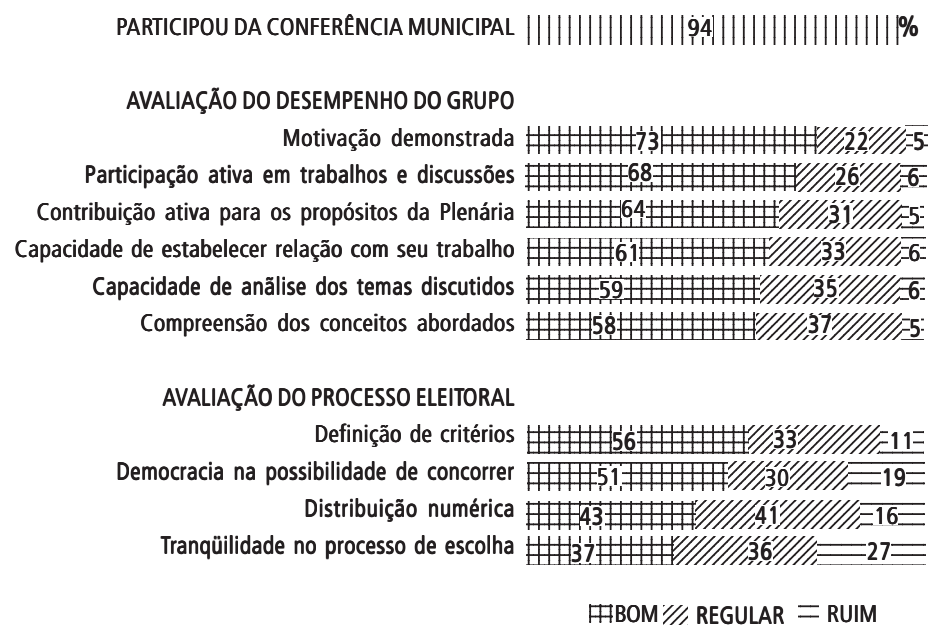
- Os dois itens melhor avaliados (maiores proporções de sufrágio na alternativa: bom) foram: a definição dos critérios (56%) e a democracia na

possibilidade de concorrer (51%). Estes itens foram os mesmos que mereceram destaque na avaliação das conferências municipais, ainda que lá em proporções maiores.

- Os três itens pior avaliados (maiores proporções de sufrágio na alternativa: ruim) foram: tranqüilidade no processo de escolha (27%), a democracia na possibilidade de concorrer (19%) e a distribuição numérica das delegadas (16%).

Durante o processamento da pesquisa um índice composto de avaliação foi criado e cruzado por diversas características das pessoas entrevistadas (a exemplo do que havia sido feito com a média da nota e a variação do sim e do não democrático), mas não mostrou variação que justificasse a sua utilização.

**Figura 13.** Distribuição das pessoas que responderam ao questionário por participação e avaliação da fase estadual do processo de construção da I Conferência



Fonte: I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Perfil das Delegadas e Perspectivas de Ação. IBAM/SPM, 2004.

## ▪ Avaliação da I Conferência Nacional

Nesta seção são apresentados os resultados da apreciação feita pelas(os) delegadas(os) entrevistadas(os) de itens relativos à Conferência Nacional propriamente dita, e as sugestões feitas para uma segunda Conferência.

Ainda que a Figura 14 apresente a avaliação de todos os itens propostos no questionário, é preciso levar em conta algumas diferenças internas não só no que diz respeito aos temas abordados, como também ao fato de que alguns dos itens dependiam do tempo de vivência na Conferência para poderem ser avaliados.

No que diz respeito à organização dos itens avaliados em conjuntos temáticos:

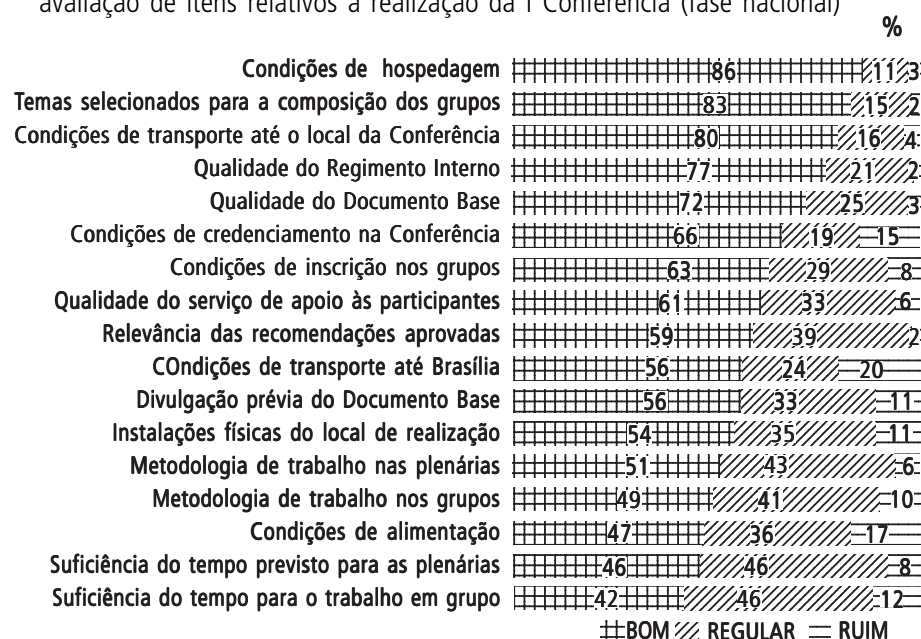
- Itens relativos às condições prévias para a Conferência: qualidade e suficiência do material de trabalho previamente distribuído, condições de credenciamento e inscrição na Conferência (proporção média de avaliação positiva de 67%);
- itens relativos às atividades meio de participação na Conferência: condições de transporte, hospedagem, alimentação, e instalações físicas dos locais destinados aos trabalhos (proporção média de avaliação positiva de 64%);
- itens relativos às atividades-fim da Conferência: eixos temáticos de discussão nos grupos, metodologias para o trabalho nos grupos e nas plenárias, suficiência do tempo reservado para as diversas atividades (proporção média de avaliação positiva de 54%);
- item relativo aos resultados da Conferência: relevância das recomendações aprovadas (59% de avaliação positiva).

Vale chamar a atenção para o fato de que o conjunto pior avaliado foi o relativo às atividades-fim da Conferência.

Os itens melhor avaliados de *per si* (sufrágio do “bom” em proporções acima de 70%) foram: as condições de hospedagem (86%); os eixos temáticos selecionados para a discussão nos grupos (83%); as condições de transporte interno em Brasília até o local da Conferência (80%); a qualidade do regimento interno (77%), e a qualidade do documento base (72%).

Os itens pior avaliados de *per si* (sufrágio de “ruim” em proporções de 10% ou mais) foram: as condições de transporte das Unidades da Federação até Brasília (20%) — certamente em função da grande quantidade de pessoas que só conseguiu recursos para viajar em transportes terrestres, mesmo tendo longas distâncias a percorrer de seu Município até Brasília; as condições de alimentação (17%) — provavelmente em função das longas filas que se formavam diariamente na hora do almoço e da qualidade da refeição servida; as condições de credenciamento na Conferência (15%); o tempo destinado para o trabalho em grupo (12%); a divulgação prévia do documento base e as instalações físicas do local de realização da Conferência (11% de cada), e a metodologia dos grupos de trabalho (10%). Como se verá mais adiante, muitas sugestões para uma futura conferência tentam melhorar estes aspectos apontados como deficitários, o mesmo ocorrendo com o momento de desabafo ao final do questionário como já foi dito.

**Figura 14.** Distribuição das pessoas que responderam ao questionário por avaliação de itens relativos à realização da I Conferência (fase nacional)



Fonte: I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Perfil das Delegadas e Perspectivas de Ação. IBAM/SPM, 2004.

No que diz respeito à necessidade de participação nas atividades para uma avaliação pertinente, o conjunto de itens relativos às atividades-fim da Conferência (o que contou com proporção média mais baixa de avaliação positiva) dependia de que as atividades fossem acontecendo para que pudessem ser avaliadas. Já a relevância das recomendações aprovadas, a rigor, só poderia ser avaliada após o término da última plenária. Como isto inviabilizaria o fechamento da pesquisa, optou-se por aceitar a devolução dos questionários preenchidos sem restrições e cruzar o resultado das avaliações deste item em especial com a data de preenchimento do questionário (ver Figura 15).

A observação mais importante que o gráfico permite que seja feita é a de que as avaliações positivas diminuem com o passar do tempo. Uma hipótese é a de que as poucas pessoas que preencheram o questionário no primeiro dia avaliaram estes itens com base nas suas expectativas, enquanto que as outras foram respondendo a partir de sua real participação, que acaba sempre sendo frustrante se comparada a padrões idealizados de possibilidades.

Os itens que de *per si* que apresentaram maiores quedas de avaliação positiva entre o primeiro e o último dia foram: a metodologia de trabalho nos grupos e a suficiência do tempo nas plenárias e nos grupos. Ou seja, aspectos que tendem a revelar permanente sensação de insuficiência na medida em que o que se pretende discutir e a qualidade da discussão parece demandar sempre mais espaço do que é possível disponibilizar neste tipo de evento. Tais insatisfações, no entanto, não abalaram a consciência da importância da realização da Conferência nem a qualidade da sua realização, pois o índice geral de aprovação da Conferência cresceu ao longo do tempo e o item “relevância das recomendações aprovadas” permaneceu com sua avaliação positiva praticamente inalterada (perdeu 1% do primeiro para o último dia).

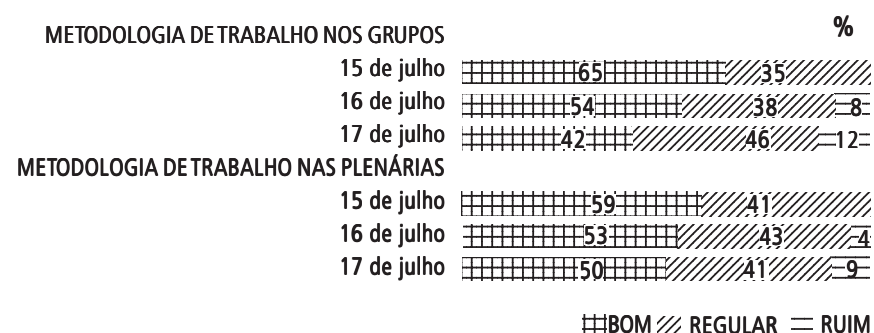
Por outro lado, a média das notas dadas para o processo de construção da I Conferência como um todo caiu apenas 4 décimos durante a realização da Conferência – passando de 8 para os que a imputaram no dia 15 para 7,96 para as que responderam no dia 17 de julho.

Finalmente, o questionário inquiriu sobre as sugestões que as(os) entrevistadas(os) fariam para uma segunda Conferência. Para tanto foram fornecidas 5 alternativas fechadas e uma aberta. Esta última foi escolhida por 15% das pessoas que participaram da pesquisa e referiam-se basicamente a<sup>16</sup>:

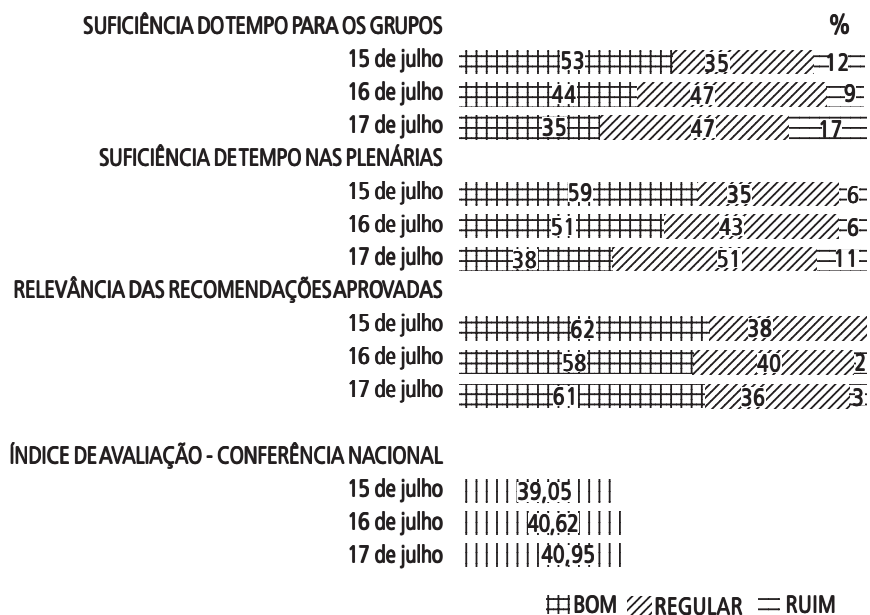
- sugestões de melhora da infra-estrutura (hospedagem, alimentação, transporte, creche, adequação de espaço, acesso ao local de realização, apoio institucional e maiores recursos) (45 pessoas);
- sugestões relativas à metodologia utilizada no evento, aos critérios de participação, à capacitação e à organização da comissão gestora do evento, ao regimento interno, às questões político partidárias e de representação, às categorias profissionais ou temas ausentes do debate proposto (42 pessoas);
- sugestões de categorias mistas (18 pessoas)
- sugestões relativas à implementação de decisões acordadas na Conferência, aos resultados futuros, à avaliação e à realização de próximas conferências (15 pessoas);
- sugestões relativas à comunicação, à divulgação, à mobilização e à participação (5 pessoas).

Entre as alternativas fechadas as mais escolhidas foram: ampliar o número de delegados (22%), e rever os critérios para a eleição dos delegados e rever a metodologia dos grupos de trabalho (21% de cada) (ver Figura 16).

**Figura 15.** Distribuição das pessoas que responderam ao questionário por avaliação de itens relativos à realização da I Conferência (fase nacional), segundo o dia em que preencheram o questionário

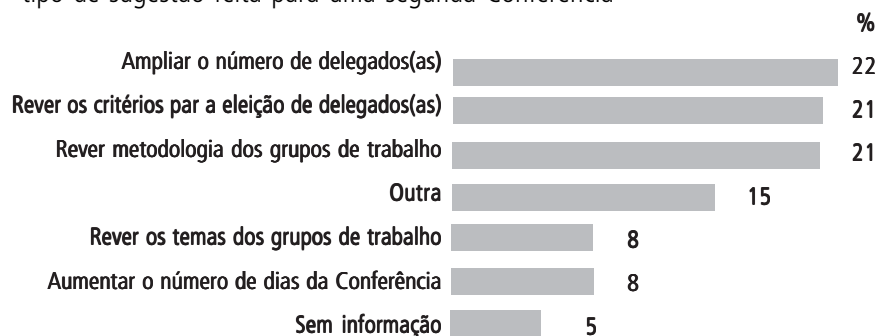


<sup>16</sup> A íntegra das respostas...s categorizadas consta do Anexo IV.



Fonte: I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Perfil das Delegadas e Perspectivas de Ação. IBAM/SPM, 2004.

**Figura 16.** Distribuição das pessoas que responderam ao questionário por tipo de sugestão feita para uma segunda Conferência



Fonte: I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Perfil das Delegadas e Perspectivas de Ação. IBAM/SPM, 2004.

## V – O pós-conferência: perspectivas, possibilidades e desafios

Este capítulo apresenta um panorama das possibilidades vislumbradas pelas pessoas entrevistadas no que tange à implantação das políticas que resultarão das recomendações resultantes da I Conferência: temas priorizados, infraestrutura local disponível para o trabalho, e grau de dificuldade a ser enfrentado nos diversos níveis de apoio local indispensáveis para o êxito da empreitada.

A primeira questão colocada aos entrevistados neste bloco era sobre a priorização da implantação nas suas unidades geográficas de atuação das recomendações aprovadas na Conferência, segundo os eixos temáticos discutidos. A Figura 17 permite visualizar os eixos mais priorizados como um todo e aqueles escolhidos em primeira, segunda e terceira prioridades.

### Quadro VII

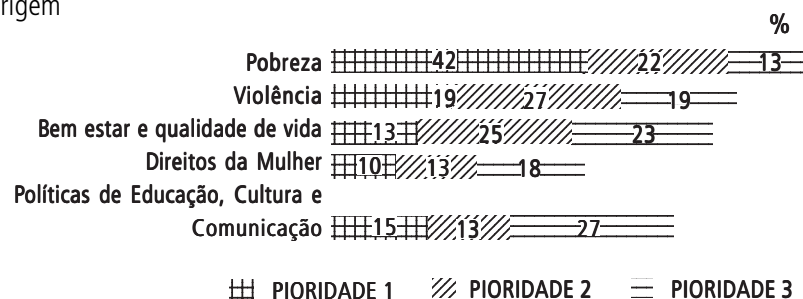
Eixos temáticos priorizados na implantação das políticas públicas para as mulheres

Eixo	Ordem no total	%	Ordem na 1ª prioridade	%
Eixo 1 – Pobreza	1	77	1	42
Eixo 2 – Violência	2	65	2	19
Eixo 3 – Bem-estar	3	61	4	13
Eixo 4 – Direitos	5	41	5	10
Eixo 5 - Educação	4	55	3	15

Tais resultados indicam claramente que o enfrentamento da pobreza destaca-se como principal preocupação, o que já havia sido visto quando da seleção dos eixos temáticos dos quais participar — foi o grupo mais pretendido pelas(os) entrevistadas(os) e o que teve de fato o maior percentual de participações,

mesmo depois do necessário processo de redistribuição. A ordenação das prioridades parece evidenciar que os problemas mais relacionados às necessidades básicas e de atenção às mulheres em situação de violência devem ser privilegiados e tratados de imediato, ficando questões de cidadania e de direitos para depois que aqueles já tenham sido equacionados.

**Figura 17.** Distribuição das pessoas que responderam ao questionário por tema que priorizam para implantação de políticas em sua região geográfica de origem



**Fonte:** Dados sistematizados com base no documento *I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres*. Agosto, 2004. Mimeo.

Uma rápida contagem das recomendações aprovadas na I Conferência<sup>1</sup>, também aponta na direção das prioridades indicadas nos parágrafos anteriores.

### Quadro VIII

Distribuição das recomendações aprovadas na I Conferência segundo os Eixos Temáticos

Eixos e sub-eixos	Quantidade de recomendações (valores absolutos)
<b>Eixo 1 - Pobreza</b>	47
<b>Eixo 2 - Violência</b>	20
<b>Eixo 3 - Bem-estar</b>	60
• Saúde	34
• Moradia e infra-estrutura	7
• Equipamentos	19

<sup>1</sup> *I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres*. Agosto, 2004. P. 16 a 51. Mimeo.

Eixos e sub-eixos	Quantidade de recomendações (valores absolutos)
<b>Eixo 4 - Direitos</b>	18
<b>Eixo 5 - Educação</b>	51
• Educação para a igualdade de gênero	40
• Políticas de igualdade de gênero na comunicação	11
<b>TOTAL DE RECOMENDAÇÕES</b>	<b>196</b>

**Fonte:** Dados sistematizados com base no documento *I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres*. Agosto, 2004. Mimeo.

Após responderem sobre suas prioridades para a implementação das recomendações, as pessoas que responderam à pesquisa eram instadas a se posicionar sobre o grau de dificuldade que anteviam para a efetividade das políticas recomendadas na sua área geográfica de atuação. Cabe aqui comentar que muitas das pessoas entrevistadas, ao comparecerem ao *stand* da pesquisa no recinto da Conferência para entregar o questionário preenchido, comentavam que, ao se depararem com este conjunto de questões, “*caiam na real!*”! De fato, em quase todos os itens pesquisados a classe modal foi a categoria “difícil”, em proporções que vão de 45% a 58%. A exceção é para o apoio da sociedade civil organizada que teve classe modal na categoria “fácil” com respaldo da metade das(os) entrevistadas(os) (**ver Figura 18**).

A condição de implantação julgada mais difícil de ser obtida é o controle e a influência sobre o orçamento público (43% escolheram a alternativa muito difícil e 45% a alternativa difícil). Seguem-se a inclusão de gênero como prioridade na esfera governamental (29% e 51% de sufrágios no muito difícil e no difícil, respectivamente), e o trabalho com a perspectiva de orientação sexual (29% e 51% de escolhas de muito difícil e difícil, respectivamente).

Inversamente, além do apoio da sociedade civil organizada, os dois itens avaliados como de mais fácil obtenção foram a assistência integral à saúde da

mulher (38%) — muitas pessoas que preencheram o questionário no *stand* da pesquisa comentaram que o sistema de saúde é dos mais estruturados — e a defesa dos direitos humanos das mulheres (30%).

No que se refere aos recursos disponíveis para a implementação das recomendações da Conferência e das políticas dela decorrentes em suas áreas de atuação, a classe modal também é a da categoria “insatisfatório”, em proporção muito alta: 86% no caso dos recursos financeiros, 67% no caso da infra-estrutura, e 62% no caso dos recursos humanos.

**Figura 18.** Distribuição das pessoas que responderam ao questionário por avaliação das dificuldades que vislumbram para a implantação das recomendações da I Conferência em sua região geográfica de origem



▣ MUITO DIFÍCIL ▨ DIFÍCIL ≡ FÁCIL ▩ INSATISFATÓRIO || SATISFATÓRIO

Fonte: I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Perfil das Delegadas e Perspectivas de Ação. IBAM/SPM, 2004.

Em síntese, na percepção das delegadas da I Conferência as políticas públicas voltadas para a redução das assimetrias entre homens e mulheres ou as retificadas “políticas de gênero” ou “políticas para as mulheres” permanecem à margem das políticas públicas como um todo o que reafirma a importância de conceber e implementar um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres com efeito, as políticas públicas municipais tendem a dar as principais formas de viabilidade de tais programas, projetos, ações e atividades cabendo, no entanto, concretizá-las por intermédio da alocação e execução de recursos orçamentários os quais, por sua vez, tendem a refletir a prioridade política atribuída a essas políticas públicas. Por outro lado, para além do tema das “políticas de gênero” a incorporação da perspectiva da orientação sexual permanece como um dos principais desafios a ser enfrentado.

É notável que o tema da saúde e dos direitos humanos destaquem-se como *locus* privilegiados para a implementação de tais políticas, seja pela consolidação do tema tanto em termos dos movimentos de mulheres e feministas que se articularam em torno desta temática, trazendo importante e imprescindíveis questionamentos na esfera dos direitos reprodutivos e sexuais, seja pela própria demanda em torno dos serviços de saúde no país, especialmente no que se refere à universalização.

Um dos principais desafios no que diz respeito à futura implementação do Plano reporta-se — independente de sua concretização e conclusão — aos recursos financeiros, escassos em todos os campos das políticas públicas, e à infra-estrutura e recursos humanos, o que neste caso merece atenção haja vista a crescente especialização que acompanha os intitulados estudos de gênero.

## VI – Considerações finais

Retomando os objetivos gerais desta pesquisa (identificar o perfil das delegadas que participaram da I Conferência realizada em Brasília nos dias 15, 16 e 17 de julho último, bem como registrar a sua avaliação do processo de construção e realização da Conferência e das possibilidades de implantação das recomendações que dela advieram), o propósito, nestas considerações finais, é resgatar sinteticamente os pontos mais relevantes destacados ao longo do relatório, quais sejam:

- ✓ No perfil das pessoas que participaram da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres na condição de delegadas **predominam** as mulheres (99%); com idade entre 41 e 50 anos (38%) – 42,8 anos em média; brancas (45%); católicas (62%); com instrução superior completa (47%); com remuneração em junho de 2004 de R\$ 1819,83; que vivem em união estável — legalizada ou consensual (49%); chefes de família (52%), com em média 1,9 filhos; que estão trabalhando (80%), na administração pública (39%); residentes no Sudeste (35%); engajadas em movimentos sociais (55%), principalmente no movimento de mulheres (58%); e que vieram à I Conferência como delegadas titulares (90%) representando a Sociedade Civil (57%).
- ✓ Este perfil expressa um conjunto de mulheres com características socioeconômicas, na média, com condições positivamente diferenciadas das atribuídas ao conjunto da população feminina do país pelos dados do Censo Demográfico de 2000.

- ✓ Houve alto grau de coincidência entre eixo temático escolhido em primeira prioridade na pré-inscrição e de participação o que revela tanto a preocupação da equipe da SPM em atender as expectativas previamente identificadas quanto a satisfação das participantes em engajar-se nas discussões que efetivamente privilegiaram.
- ✓ A participação das pessoas entrevistadas nos Eixos Temáticos definidos para as discussões nos GTs se deu da seguinte maneira: Eixo Temático 1 – Pobreza (22%); Eixo Temático 2 – Violência (21%); Eixo temático 3 – Bem-estar (15%); Eixo Temático 4 – Direitos (14%); Eixo Temático 5 – Políticas de saúde, educação etc. (21%).
- ✓ Ainda que o perfil das pessoas que participaram de cada um dos Eixos Temáticos seja muito semelhante, é possível identificar uma tendência de participação de mulheres mais jovens, mais instruídas, e brancas no Eixo 4 (Direitos). Diferentemente, as pessoas mais velhas, menos instruídas, não brancas priorizaram as discussões do Eixo 1 (Pobreza).
- ✓ O processo de construção e realização da I Conferência foi muito bem avaliado, não apenas na identificação de sua característica democrática (87% de concordância) como também das notas atribuídas (média de 7,89 e 12% de notas máximas).
- ✓ Há co-variação positiva entre considerar o processo democrático e avaliá-lo com notas altas, mas há uma proporção significativa de pessoas que consideraram o processo não democrático e deram notas altas. Quando se detalha quais foram os grupos responsáveis pela atribuição de melhores e piores notas e pelas avaliações de maior ou menor grau de democracia do processo, identificam-se as interseções. Por exemplo, as pessoas que se definiram como negras estão entre as que mais consideraram o processo como não democrático, mas que deram as notas mais altas, como sintetizado a seguir:



<b>Classes de Notas</b>	<b>Processo foi democrático (%)</b>	<b>Processo não foi democrático (%)</b>
<b>Baixa</b>	1	12
<b>Média</b>	28	48
<b>Alta</b>	71	40
<b>Total</b>	100	100

✓ **As pessoas que mais acharam o processo democrático foram:** as que vieram da região Norte; as que participaram somente do nível federal do processo de construção da Conferência; as que vieram como delegadas do Governo Federal; as que participaram da discussão no Eixo Temático 1 (Pobreza); as que tinham 51 anos e mais de idade; as que se autotransformaram como pertencendo à raça branca; as que se declararam como professando o protestantismo; as que tinham instrução até o 2º grau incompleto; as aposentadas; as que exercem sua atividade profissional no setor da Educação; as que tiveram no mês de junho de 2004 um rendimento total de 10 SMs ou mais, e as que deram notas altas para o processo de construção da Conferência como um todo.

✓ **As pessoas que menos acharam o processo democrático foram:** as que vieram da região Sul; as que participaram somente do nível estadual e federal do processo de construção da Conferência; as que vieram como delegadas do Governo Estadual; as que participaram da discussão nos eixos temáticos 3 (Bem-estar) e 5 (Políticas); as que tinham entre 31 e 40 anos de idade; as que se definiram como pertencendo à raça negra; as que se declararam sem religião; as que tinham instrução de 2º grau completo; as desempregadas; as que exercem sua atividade profissional na Administração Pública; as que tiveram no mês de junho de 2004 um rendimento total entre 3 e 5 SMs, e as que deram notas baixas para o processo de construção da Conferência como um todo.

✓ As razões apresentadas para justificar a avaliação de que o processo de construção da Conferência foi democrático revelam, especialmente, o valor atribuído à participação. Em significativo número de respostas a ênfase recaiu sobre esta dimensão expressa de múltiplas formas, isto é, no seu incentivo propriamente dito; na presença da sociedade civil; na representação das diversas instâncias governamentais; nas discussões das propostas encaminhadas. Outros aspectos foram destacados sendo dada ênfase, sobretudo, à metodologia e aos critérios adotados como principais formas de viabilidade do processo democrático.

✓ As razões apresentadas para justificar a avaliação de que o processo de construção da Conferência não foi democrático foram destacados no que se refere aos principais constrangimentos os quais recaíram sobre a deficiência de comunicação, a falta de apoio para participação, assim como os critérios e a metodologia adotados.

✓ Há co-variação positiva entre avaliar o processo com notas altas e considerá-lo democrático, mas há uma proporção de pessoas que deram notas baixas para o processo e consideraram-no democrático. Quando se detalha quais foram os grupos responsáveis pela atribuição de melhores e piores notas e pelas avaliações de maior ou menor grau de democracia do processo, identificam-se as interseções. Por exemplo, as pessoas que se autotransformaram como brancas e as que participaram somente da fase Federal do processo da Conferência estão entre os que consideraram o processo mais democrático e deram notas mais baixas.

<b>Avaliação do processo</b>	<b>Classes de notas</b>		
	<b>Baixa (%)</b>	<b>Média (%)</b>	<b>Alta (%)</b>
<b>Como democrático</b>	48	83	94
<b>Como não democrático</b>	52	17	6
<b>Total</b>	100	100	100

✓ Tomando-se como ponto de partida a média da nota cruzada por diversas características das pessoas entrevistadas, apesar do intervalo de variação ser pequeno (mínimo de 7,40 e máximo de 8,38) tem-se que:

- **As melhores avaliações foram feitas por:** quem veio da região Norte; quem participou de todo o processo de construção da Conferência; quem veio como delegada da Sociedade Civil; quem participou da discussão no Eixo Temático 4 (Direitos); quem tinha 51 anos e mais; quem se definiu como pertencendo à raça negra; quem se declarou como professando o candomblé e a umbanda; quem tinha instrução até o 2º grau incompleto; as aposentadas; as que exercem sua atividade profissional no setor da Educação; e as que tiveram no mês de junho de 2004 um rendimento total de menos de 1 SM.

- **As piores avaliações foram feitas por:** quem veio da região Centro-Oeste; quem participou apenas do processo no nível Federal; quem veio como delegada do governo estadual; quem participou da discussão no eixo temático 2 (Violência); quem tinha até 30 anos; quem se definiu como pertencendo à raça branca; quem se declarou como professando o espiritismo; quem tinha instrução em nível de pós-graduação; as que estão trabalhando; as que exercem sua atividade profissional no setor da Saúde e Serviços Sociais e as que tiveram no mês de junho de 2004 um rendimento total entre 3 e 5 SMs.

✓ De um modo geral, as Conferências Municipais foram melhores avaliadas do que as estaduais e, internamente a cada uma delas, o trabalho nos grupos foi melhor avaliado do que o processo eleitoral para delegadas na instância superior.

Conjuntos avaliados	Índice sintético de avaliação das conferências municipais		Índice sintético de avaliação das conferências estaduais	
	Valor máximo possível (*)	Média obtida	Valor máximo possível (*)	Média obtida
Trabalho nos GTs	24	20,03	18	15,04
Processo eleitoral	12	9,44	12	8,85

(\*) Avaliação boa em todos os itens pesquisados

✓ Com relação à participação e à avaliação de Itens específicos nas conferências municipais e estaduais tem-se que foi maior a proporção de entrevistadas(os) que participaram do processo no nível estadual do que no municipal, e que os dois níveis tiveram o mesmo ponto forte e o mesmo ponto fraco, mais uma vez com desvantagem para as conferências estaduais:

Indicadores	Conferências Municipais	Conferência estaduais
Participação	88%	94%
Item melhor avaliado (% de bom)	Motivação demonstrada no trabalho no GT (75%)	Motivação demonstrada no trabalho no GT (73%)
Item pior avaliado (% de bom)	Tranquilidade no processo eleitoral (50%)	Tranquilidade no processo eleitoral (37%)

✓ Com relação à avaliação da Conferência Nacional por conjuntos temáticos de itens específicos tem-se que, apesar dos altos percentuais de aprovação, as condições prévias foram melhor avaliadas do que as atividades-fim da Conferência:

Conjuntos temáticos de itens avaliados	Avaliação positiva (%)
Condições prévias para a Conferência	67
Atividades-meio de participação na Conferência	64
Atividades-fim da Conferência	54
Resultados da Conferência	59

✓ As principais sugestões apresentadas para uma segunda Conferência são: ampliar o número de delegados, rever os critérios para a eleição de delegados e rever a metodologia dos grupos de trabalho.

✓ Muitas das pessoas que responderam ao questionário optaram por fazer sua sugestão na alternativa aberta. Entre estas respostas, predominaram as que diziam da necessidade de melhorar a infra-estrutura e a condição material do evento. Afirmarções do tipo “melhorar as condições de transporte de delegadas de estados distantes” e “rever a metodologia da distribuição das refeições” são típicas deste conjunto. A segunda categoria de respostas abertas mais freqüente foi a que dispunha sobre sugestões relativas à metodologia utilizada no evento, aos critérios de participação, à capacitação e à organização da comissão gestora do evento, ao regimento interno, às questões político partidárias e de representação, às categorias profissionais ou temas ausentes do debate proposto. Respostas do tipo “mais respeito ao regimento onde a mesa deveria ser composta por pessoas imparciais ao que está sendo votado”; “aumentar o tempo nos grupos de trabalho e reduzir o tempo dos painéis”; “rever critérios para observadores”; “estabelecer com antecedência as ações pertinentes aos observadores nas plenárias” e “que a próxima conferência não coincida com ano eleitoral” são destaques neste conjunto.

✓ As pessoas que responderam à pesquisa priorizam a implantação em suas regiões de atuação das recomendações do Eixo 1- Pobreza, tanto no caso do total de indicações como nas indicações em primeira prioridade.

✓ Existe convergência nas avaliações que dão conta de que a implantação das recomendações em suas regiões será bem difícil, apontando como as principais dificuldades o controle e a influência sobre o orçamento público e a

inclusão do gênero como prioridade na esfera governamental. Inversamente, o que será mais fácil de obter é o apoio da Sociedade Civil organizada. Também são avaliados como insuficientes os recursos financeiros e humanos existentes e a infra-estrutura disponível em suas regiões de atuação para a implementação das políticas que advirão das recomendações finais da Conferência Nacional. As informações coletadas e analisadas chamam a atenção para o fato de que foi grande o empenho de significativo contingente de mulheres de todo o país para a construção do conjunto de recomendações que, fruto de amplo e democrático processo de discussão teve seu ápice na I Conferência, e será o alicerce do Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres. São grandes as expectativas e há consciência das dificuldades a serem enfrentadas no campo das políticas públicas.

Observa-se também a disposição de manter a vasta rede de articulações construída que tem como objetivo último a construção de uma sociedade baseada em relações sociais mais justas e com equidade de gênero. Os processos sociais originados a partir das Plenárias e Conferências Municipais e Estaduais, assim como o diálogo entre o poder público e a sociedade civil muitas vezes revelaram as infinitas condições de possibilidade de atuação da administração pública no que se refere à elaboração e implementação de programas, projetos e atividades e sua respectiva alocação de recursos visando políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades entre homens e mulheres.

## Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982. P. 167-205.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos à Gênero. In: *Revista de Estudos Feministas*. Universidade Federal de Santa Catarina/Centro de Filosofia e e Ciências Humanas/Centro de Comunicação e Expressão: Florianópolis/SC vol. 10, n. 1, 2000. 171-207.
- COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS. *Plataforma Política Feminista*. COCNMB: Brasília, 2002.
- DIEESE/CUT. Comportamento e Conhecimento sobre AIDS entre os Delegados Sindicais Presentes ao VI CONCURT. *Relatório de pesquisa*. São Paulo, novembro de 1997. Mimeo.
- GOMES, Romeu. A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social, Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, p.67-80, 1994.
- IBGE. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde, São Paulo-Rio de Janeiro: Editora Hucitec Abrasco, 1994.
- Prefeitura do Rio. *I Conferência Municipal das Mulheres da Cidade do Rio de Janeiro*. IBAM/Rio Mulher/PCRJ: Rio de Janeiro, 2004. Mimeo.
- REA, Louis M; PARKER, Richard, A. *Metodologia de pesquisa – do planejamento à execução*. São Paulo: Pioneira, 2002.
- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Regimento Interno*. Diário Oficial da União. Edição número 247 de 19 de dezembro de 2003.
- \_\_\_\_\_. *I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres*. Brasília, agosto de 2004. Mimeo
- \_\_\_\_\_. *Contribuição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para as Conferências Estaduais. Documento Base*. I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres. Brasília: SPM, agosto de 2004.
- \_\_\_\_\_. *Documento Final da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres*. Brasília, 2004. Mimeo.
- VALARELLI, Leandro Lamas. *Indicadores de resultados de projetos sociais*. In: Apoio à gestão. Seção tema do mês. Disponível em [http://www.rits.apc.org/gestao\\_teste/ge\\_testes/ge\\_tmes\\_jul99.cfm](http://www.rits.apc.org/gestao_teste/ge_testes/ge_tmes_jul99.cfm) Acesso em 20 de março de 2003.

## ANEXOS

### ANEXO I

#### Questionário Perfil das delegadas

##### Apresentação

A **I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**, promovida pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres — SPM, representa uma oportunidade histórica de diálogo entre o Governo Federal, as demais instâncias governamentais e a sociedade civil na busca pela igualdade numa perspectiva de gênero.

A implementação de políticas públicas, concebidas sob a ótica de uma gestão democrática e popular, requer o esforço de diálogo e escuta junto aos diversos segmentos governamentais e da sociedade civil que buscam construir uma sociedade pautada por relações de gênero igualitárias. Nesse sentido, a elaboração do **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**, resultante dos trabalhos da I Conferência, constitui instrumento de políticas públicas que poderá fornecer subsídios, para as três esferas de governo, no que diz respeito ao planejamento, à implementação e ao monitoramento de programas, projetos e ações voltados para a redução das desigualdades de gênero no país.

No intuito de colher informações sistematizadas sobre o perfil das(os) Delegadas(os), sua inserção e avaliação do processo como um todo, solicitamos o preenchimento do questionário em anexo.

As informações coletadas auxiliarão não só no registro e memória do processo de articulação, mas também num possível mapeamento das redes sociais e conexões estabelecidas visando à continuidade e o aprimoramento do diálogo, à implementação e ao monitoramento de ações concretas.

Atenciosamente,

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres — SPM  
Instituto Brasileiro de Administração Municipal — IBAM

#### Instruções gerais para o preenchimento do Questionário

1. Este questionário foi elaborado de maneira a não oferecer dificuldades especiais de preenchimento. Contudo, é usual que dúvidas surjam. Caso tenha dúvidas procure uma das pessoas presentes no estande do IBAM. Não hesite em entrar em contato.
2. Antes de iniciar o preenchimento, leia atentamente todo o questionário. Preferencialmente, o questionário deve ser respondido no dia 16 ou 17 de julho pois há itens de avaliação que pressupõem um tempo inicial de participação nesta Conferência.
3. Atenção especial deve ser dispensada às instruções contidas no corpo do questionário: elas estão destacadas em **negrito** e *itálico*.
4. Não deixe perguntas sem resposta a não ser as que foram puladas por instrução específica.
5. **Fique atenta (o)** para o fato de que a maioria das perguntas permite que o registro da resposta seja apenas um (e somente um) **X** no local adequado.

6. Leia sempre todas as alternativas de resposta propostas no questionário para cada pergunta antes de assinalar uma delas. Espaços pontilhados são reservados para complementação de informações. **Fique atenta (o)** para não deixar de preenchê-los sempre que for pertinente.

7. Preencha o questionário a caneta e com letra legível, principalmente no caso de perguntas abertas (que não oferecem alternativas para assinalar). Tal cuidado em muito facilitará o trabalho posterior de digitação.

8. Antes de retornar o questionário, por favor, faça uma última leitura para verificar se todas as questões foram respondidas e se as respostas estão registradas adequadamente.

9. O prazo final para devolução do questionário é 17/07/2004. O questionário deve ser entregue diretamente no estande do IBAM, durante o horário da Conferência. Desde já somos muito gratos por sua atenção e disponibilidade para responder à pesquisa. Temos convicção de que sem isso o trabalho não poderia ser realizado.

**1. Data do preenchimento**

- 1  16 de julho de 2004
- 2  17 de julho de 2004

**2. Unidade da Federação da qual é delegada(o): ..... (sigla)**

**3. Município do qual é delegada(o): .....**

**4. Tipo de representação do(a) Delegada(o):**

- 1  Governo Federal
- 2  Governo Estadual
- 3  Governo Municipal
- 4  Sociedade Civil

**5. Tipo de delegação:**

- 1  Titular
- 2  Suplente

• **Registre no quadro abaixo o grupo de trabalho para o qual se inscreveu, preferencialmente, na I Conferência Nacional e do qual efetivamente participou:**

Cod Grupos de Trabalho	Para o qual se inscreveu preferencialmente	Do qual efetivamente participou
6. Pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e à terra.	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
7. Violência contra a mulher: prevenção, assistência, combate e políticas de Segurança.	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>

Cod Grupos de Trabalho	Para o qual se inscreveu preferencialmente	Do qual efetivamente participou
8. Bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infra-estrutura, equipamentos sociais, recursos naturais	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
9. Direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
10. Políticas de educação, cultura, comunicação e produção de conhecimento para a igualdade	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>

#### 11. Local de preenchimento do questionário:

- 1 No próprio recinto da Conferência
- 2 Outro. Qual? .....

#### **Para uso da equipe de pesquisa:**

Avaliação da supervisora

- Pronta para digitação
- Precisa ser revista

#### Perfil socioeconômico demográfico

#### 12. Sexo:

- 1  Masculino
- 2  Feminino

#### 13. Quantos anos você tem?

..... anos completos.

#### 15. Qual a sua cor ou raça?

- 1  Branca
- 2  Preta/Negra
- 3  Parda
- 4  Amarela
- 5  Indígena
- 6  Cigana

#### 14. Você é brasileiro(a)?

- 1  Sim
- 2  Não

#### 16. Qual a sua religião?

- 1  Católica
- 2  Protestante/Evangélica
- 3  Espírita/Kardecista
- 4  Candomblé/Umbanda
- 5  Outra. Qual? .....
- 6  Não tem religião

#### 17. Qual a sua posição na família?

- 1  Chefe (Pessoa de referência na família)
- 2  Cônjuge
- 3  Filho(a)
- 4  Outra .....

#### 18. Qual o seu estado conjugal?

##### **Registre a situação de fato**

- 1  Solteiro
- 2  Casado
- 3  União consensual (vive junto)
- 4  Separado/Desquitado/Divorciado
- 5  Viúvo

**19. Você tem filhos(as)?**

- 1  Sim  
 2  Não (*passa a 21*)

**20. Quantos filhos(as) você tem?**

.....

**21. Qual o seu grau de instrução?**

*Registre somente o nível mais alto*

- 1  Nunca frequentou escola  
 2  1º grau incompleto (inclui o antigo primário completo)  
 3  1º grau completo (inclui os que concluíram os antigos primário e ginásio)  
 4  2º grau incompleto  
 5  2º grau completo (inclui os que concluíram os antigos cursos colegial, técnico, científico, normal e clássico).  
 6  Curso universitário/ Superior incompleto. Qual?.....  
 7  Curso universitário/ Superior completo. Qual?.....  
 8  Mestrado  
 9  Doutorado

**Atuação política**

**Qual(is) as suas formas de atuação política?**

Cod	Tipo de Atuação	Sim	Não
22.	Autônoma	1	0
23.	Movimentos sociais	1	0
24.	Organização não governamental	1	0
25.	Organismos governamentais	1	0

Cod	Tipo de Atuação	Sim	Não
26.	Partidos políticos	1	0
27.	Universidades	1	0
28.	Clube de serviços (Rotary, Lions)	1	0
29.	Associação de classe profissional (sindicato)	1	0
30.	Associação religiosa	1	0
31.	Outra.....	1	0

**De quais dos grupos listados a seguir você participa?**

Cod	Tipo de Organização	Sim	Não
32.	Domésticas	1	0
33.	Juventude	1	0
34.	Lésbicas	1	0
35.	Gay	1	0
36.	Movimento de mulheres	1	0
37.	Movimento feminista	1	0
38.	Movimento popular	1	0
39.	Movimento sindical	1	0
40.	Mulheres negras	1	0
41.	Mulheres indígenas	1	0
42.	Mulheres rurais	1	0
43.	Movimento religioso	1	0
44.	Parteiras	1	0
45.	Pessoas com deficiência	1	0
46.	Terceira idade	1	0
47.	Outra.....	1	0



**48. Qual a sua inserção no mercado de trabalho?**

- 1  Está trabalhando (Siga 49)
- 2  É só aposentada(o) (Siga 49)
- 3  Está desempregada(o) (Siga 49)
- 4  Nunca trabalhou (Passe a 52)

**49. Qual é/era a sua ocupação?**

---

---

**50. Qual é/era sua posição nesta ocupação?**

- 1  Empregada(o) com carteira assinada
- 2  Empregada(o) sem carteira assinada
- 3  Funcionária(o) público
- 4  Conta própria
- 5  Pequeno(a) Empregador(a) (até cinco empregados)
- 6  Outro tipo de empregador(a) (mais de cinco empregados)
- 7  Trabalhador(a) não-remunerado(a)

**51. Em qual setor de atividade exerceu esta ocupação?**

---

---

**Para uso de equipe de pesquisa**

- 1  Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal
- 2  Pesca
- 3  Indústrias Extrativas

- 4  Indústria de Transformação
- 5  Produção e distribuição de eletricidade, gás e água
- 6  Construção
- 7  Comércio – Reparação de veículos automotores – Objetos pessoais e domésticos
- 8  Alojamento e Alimentação
- 9  Transporte, Armazenagem e Comunicações
- 10  Intermediação financeira
- 11  Atividades imobiliárias – Aluguéis e serviços prestados as empresas
- 12  Administração Pública – Defesa e Seguridade social
- 13  Educação
- 14  Saúde e Serviços Sociais
- 15  Organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais
- 16  Outros Serviços Coletivos e Pessoais
- 17  Serviços Domésticos

**52. Qual o valor dos seus rendimentos no mês de junho (todas as fontes):**

R\$ |—|—|—|—|—|,00

**Avaliação de Processo**

**53. Como tomou conhecimento da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres?**

*registre somente uma*

- 1  Através de amigos, parentes e vizinhos
- 2  Pelo governo municipal

- 3  Pelo governo estadual  
 4  Pelo governo federal  
 5  Pela ONG em que atua  
 6  Pelo movimento social  
 7  Pelo partido político  
 8  Pelo sindicato  
 9  Pela universidade  
 10  Outro:.....

**54. Por intermédio de que meios de comunicação tomou conhecimento da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres?**

*registre somente uma*

1.  Pelo rádio  
 2  Pela TV  
 3  Pelo jornal  
 4  Por panfletos  
 5  Pela Internet  
 6  Outro:.....

**PROCESSO MUNICIPAL/REGIONAL**

**55. Você participou da Plenária (ou Conferência) Municipal/Regional?**

- 1  Sim  
 2  Não (*Passe a 68*)

**Como você avalia o desempenho do grupo na Plenária (ou Conferência) Municipal Regional?**

Cod.	Itens a avaliar	Bom	Regular	Ruim
56.	Motivação demonstrada	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
57.	Participação ativa em trabalhos e discussões	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
58.	Capacidade de análise dos temas discutidos	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
59.	Compreensão dos conceitos abordados	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
60.	Contribuição ativa para os propósitos da Plenária (ou Conferência)	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
61.	Capacidade de estabelecer relações com sua prática de trabalho	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
62.	Adequação do documento final com relação às propostas dos grupos	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
63.	Adequação do documento final com relação à realidade do município	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>

**Como você avaliou o processo eleitoral para delegada municipal da Conferência Estadual?**

Cod.	Itens a avaliar	Bom	Regular	Ruim
64.	Em termos da definição dos critérios	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
65.	Em termos da distribuição numérica	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
66.	Em termos de democracia na possibilidade de concorrer	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
67.	Em termos de tranquilidade no processo de escolha	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>

PROCESSO ESTADUAL

68. Você participou da Conferência Estadual?

- 1  Sim  
 2  Não (*Passe a 79*)

Como você avalia o desempenho do grupo da Conferência Estadual?

Cod.	Itens a avaliar	Bom	Regular	Ruim
69.	Motivação demonstrada	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
70.	Participação ativa em trabalhos e discussões em grupo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
71.	Capacidade de análise dos temas discutidos	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
72.	Compreensão dos conceitos abordados	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
73.	Contribuição ativa para os propósitos da Conferência	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
74.	Capacidade de estabelecer relações com sua prática de trabalho	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>

Como você avaliou o processo eleitoral para delegada estadual da Conferência Nacional?

Cod.	Itens a avaliar	Bom	Regular	Ruim
75.	Em termos da definição dos critérios	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
76.	Em termos da distribuição numérica	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
77.	Em termos de democracia na possibilidade de concorrer	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
78.	Em termos de tranquilidade no processo de escolha	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>

CONFERÊNCIA NACIONAL

79. Achou que o processo de construção como um todo da Primeira Conferência Nacional foi democrático?

- 1  Sim  
 2  Não

80. Por quê?

---



---



---

Como você avalia a I Conferência Nacional em termos dos aspectos listados a seguir?

Cod.	Itens a avaliar	Bom	Regular	Ruim
81.	Condições de credenciamento na conferência	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
82.	Condições de inscrição nos grupos	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
83.	Condições de transporte até Brasília	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
84.	Condições de transporte até o local da Conferência	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
85.	Condições de hospedagem	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
86.	Condições de alimentação	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
87.	Instalações físicas do local de realização da Conferência (espaço, som, iluminação, banheiros etc.)	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>

Cod.	Itens a avaliar	Bom	Regular	Ruim
88.	Qualidade do serviço de apoio às participantes	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
89.	Temas selecionados para a composição dos grupos	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
90.	Metodologia de trabalho nos grupos	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
91.	Metodologia de trabalho nas plenárias	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
92.	Suficiência do tempo previsto para o trabalho em grupo	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
93.	Suficiência do tempo previsto para as plenárias	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
94.	Relevância das recomendações aprovadas	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
95.	Divulgação prévia do Documento Base	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
96.	Qualidade do Documento Base	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
97.	Qualidade do Regimento Interno	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>

### Avaliação dos Resultados

98. Quais os TRÊS PRINCIPAIS temas que, na sua opinião deverão ser priorizados na implementação das recomendações aprovadas?

Registre somente 3 alternativas escrevendo 1, 2 e 3 por ordem de preferência

- 1  Pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e à terra.  
 2  Violência contra a mulher: prevenção, assistência, combate e políticas de Segurança

- 3  Bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infraestrutura, equipamentos sociais, recursos naturais  
 4  Direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos  
 5  Políticas de educação, cultura, comunicação e produção de conhecimento para a igualdade

#### Para uso de equipe de pesquisa

|—|—| Primeiro tema

|—|—| Segundo tema

|—|—| Terceiro tema

A partir dos itens abaixo listados, como você avalia o grau de dificuldade para implementação, no seu município ou Estado, das diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres?

Cod.	Itens a avaliar	Grau de dificuldade		
		Muito Difícil	Difícil	Fácil
99.	Tema como prioridade na esfera governamental	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
100.	Apoio da sociedade civil organizada	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
101.	Trabalho com a perspectiva racial/ étnica	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>

Cod.	Itens a avaliar	Grau de dificuldade		
		Muito Dificil	Dificil	Fácil
102.	Trabalho com a perspectiva da orientação sexual	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
103.	Universalização dos direitos das mulheres	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
104.	Ações afirmativas	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
105.	Defesa dos direitos humanos das mulheres	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
106.	Prevenção da violência de gênero	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
107.	Assistência integral à saúde da mulher	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>

**108. Controle e influência sobre o orçamento público**

A partir dos itens abaixo listados, como você avalia a estrutura de sua organização para implementação das diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres?

Cod.	Itens a avaliar	Satisfatório	Insatisfatório
109.	Recursos humanos existentes	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
110.	Recursos financeiros existentes	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
111.	Infra-estrutura (sede, telefone, computador, Internet, equipamentos em geral)	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>

**112. Na sua opinião, qual a PRINCIPAL sugestão para a II Conferência Nacional?**

*registre somente uma*

- 1 – Rever os critérios para eleição de delegadas(os)
- 2 – Ampliar o número de delegadas(os)
- 3 – Aumentar o número de dias da Conferência
- 4 – Rever a metodologia dos Grupos de Trabalho
- 5 – Rever os temas dos Grupos de Trabalho
- 6 – Outra: .....

**113. Registre com um X a nota que você atribui para a I Conferência como um todo:**

NOTA	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

**114. Há algo que não foi perguntado para você e que gostaria de acrescentar?**

---



---



---



---



---

0  Não

*Obrigada pela sua resposta! Por favor, entregue no estande do IBAM.*

## ANEXO II

### Relatório Parcial: Formação de Cadastro e Sistematização das fichas de pré- credenciamento

Rio de Janeiro, julho de 2004

#### Sumário

I - Introdução, 105

II. A abrangência dos dados, 106

III. Processamento e análise dos dados, 107

- Perfil das(os) inscritas(os), Erro! Indicador não definido.
- Grupos de Trabalho Priorizados, 110
- O Perfil das Pessoas que priorizaram cada um dos Grupos de Trabalho, 9

IV – Considerações Finais, 113

#### Anexos

Anexo A – Quadro de distribuição das participantes por Grupo de Trabalho, segundo a prioridade

Anexo B – Gráficos

Anexo C – Listas de delegadas

Anexo D – Ficha de pré-credenciamento e de perfil

## I - INTRODUÇÃO

O presente Relatório Parcial tem por objetivo descrever o processo de elaboração da montagem do banco de dados do cadastro das (os) delegadas (os) e traçar seu perfil com base nos dados disponíveis na ficha de pré-credenciamento para a / Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a ser realizada em Brasília, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Esta atividade integra a pesquisa intitulada "*I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: perfil das delegadas e perspectivas de atuação*", objeto de Convênio firmado entre o IBAM e a SPM no dia 1 de julho de 2004.

Por ocasião da Conferência, será distribuído um questionário para auto preenchimento concebido exclusivamente para traçar o perfil das(os) delegadas(os), considerando-se também sua inserção no processo das conferências municipais e estaduais e avaliação quanto à Conferência Nacional.

## II. A ABRANGÊNCIA DOS DADOS

Os dados que serviram de base para as listas nominais e para os gráficos deste relatório foram elaborados a partir de uma ficha de pré-credenciamento e de perfil desenvolvida pela SPM e enviada para todas as 2.000 delegadas (os), em suas unidades geográficas e / ou administrativas.

Por limitação temporal — as fichas de alguns estados não chegaram em tempo hábil para serem incorporadas ao banco de dados —, as informações constantes deste documento referem-se somente aos estados de Alagoas, Amapá, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, Tocantins e inclui, ainda, os dados do Distrito Federal e da delegação do Governo Federal.

## III. PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Em função das características da construção do instrumento de coleta dos dados que serviram de base para o presente relatório, foi necessário proceder às seguintes etapas:

- a) identificação numérica das fichas,
- b) supervisão das fichas preenchidas e
- c) codificação das fichas.

Só então foi dado início à digitação e ao processamento das informações, que foram consolidadas em um banco de dados em *Statistical Package for Social Science* (SPSS).

A qualidade das informações é boa, embora seja alto o nível de não resposta em alguns quesitos, o que gerou a necessidade de incluir a “não informação” nos gráficos de perfil do conjunto da população. Outra razão que influenciou a quantidade de quesitos “sem informação” foi o recebimento de alguns perfis em separado das fichas de inscrição (em número superior) o que, nestes casos, impossibilitou o cruzamento dos dados cadastrais com os de perfil porque as fichas não possuíam identificação numérica em qualquer das duas partes (pré-credenciamento e perfil).

Os dados cruzados por Grupo de Trabalho, escolhido como primeira prioridade, incluem somente os percentuais válidos, ou seja, excluem a não informação nas duas variáveis cruzadas.

Ainda por uma limitação de tempo, as respostas dadas às perguntas abertas (tipo de necessidade especial de que é portador(a), ocupação e “outros especificados”) não foram trabalhadas. Algumas variáveis cadastrais (UF, nome, grupo de trabalho escolhido em três prioridades e, no caso do Governo Federal, Ministério / Secretaria onde atua e função que exerce) foram organizadas em listas estaduais, como demandado. Para todas as demais variáveis disponíveis foram elaboradas tabelas de frequência simples e cruzamento por escolha prioritária de grupo de trabalho. Os resultados constam dos Gráficos que são apresentados no Anexo A, permitindo assim uma visualização mais fácil dos resultados que se deseja ressaltar.

Em função do tempo disponível e da finalidade apenas instrumental deste relatório, procedeu-se a uma análise inicial dos dados e à sistematização de alguns pontos a serem considerados.

A partir das conclusões contidas neste relatório, novos planos de análise sobre alguns aspectos específicos ou que envolvam comparações com outras pesquisas

(como por exemplo, a da Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras, promovida pela Articulação de Mulheres Brasileiras, realizada em junho de 2002, quando foram coletados dados muito semelhantes) também podem ser desenvolvidos com relativa facilidade.

O presente relatório, ao mesmo tempo em que constitui um todo, está organizado por temas, de forma a permitir a leitura em separado de suas partes. Trata-se de um relatório preliminar, para uso interno da SPM, elaborado com a finalidade de nortear a alocação das pessoas inscritas nos grupos de trabalho por elas escolhidos, por ordem de prioridade de um a três, e de traçar um perfil socioeconômico e demográfico destas pessoas.

A organização dos dados permite reproduzir o conjunto das informações originais. Assim, temos cinco blocos de informações:

- **dados relativos ao conjunto das(os) inscritas(os):** origem geográfica ou administrativa, sexo, idade, cor ou raça, instrução, condição de trabalho, rendimento; estado civil, responsabilidade familiar, número de filhos, se é mãe em fase de amamentação e se é portadora de necessidades especiais; tipo de atuação política, movimento no qual milita e tipo de delegação na I Conferência;
- **dados relativos aos grupos de trabalho priorizados:** proporção de pessoas que selecionou cada grupo segundo a prioridade de participação;
- **dados relativos ao perfil das pessoas que escolheram cada grupo na primeira prioridade:** região, idade, cor ou raça, instrução, rendimento e responsabilidade familiar;
- **listas por estado e para a delegação do Governo Federal** contendo as seguintes informações: identificação numérica da ficha, UF, nome das pessoas inscritas em ordem alfabética, grupo priorizado em primeira, segunda e terceira escolha e, no caso do Governo Federal, Ministério e/ou Secretaria onde atuam e função que exercem.

## Perfil das (os) inscritas (os)

✓ Quanto à **distribuição regional e / ou administrativa** (ver Gráfico 1) chamamos a atenção, mais uma vez, para a composição parcial do banco de dados: tem-se predominância da região Nordeste (23%), seguindo-se o Sul (18%) e a delegação do Governo Federal (11%), pouco menor do que a proporção de pré-credenciadas(os) para as quais não se dispõe desta

informação (15%). Ressalta-se que na região Sudeste, o banco só tem as informações do Rio de Janeiro. A UF que predomina é o Rio Grande do Sul, com 11% das (os) pré-credenciadas(os).

✓ No que se refere à **distribuição por sexo**, o que se poderia esperar pelas características do evento confirmou-se: 94% das pessoas pré-credenciadas são mulheres (ver Gráfico 2).

✓ Quanto à **distribuição etária**, a média de idade é de 41,62 e a mediana é de 42 anos e a classe modal (a que sozinha congrega o maior número de casos) é a de 41 a 50 anos (32%), seguida de perto pela de 31 a 40 anos (29%). É interessante notar que a distribuição cresce até a faixa dos 41 a 50 anos e decresce a seguir, sendo maior a participação das pessoas com 51 anos e mais do que das mais jovens – com até 30 anos (ver Gráfico 2).

✓ Quanto à **distribuição por cor ou raça** (ver Gráfico 2), talvez enviesada pela participação da região Sul, mas não só por isto, predominam as pessoas brancas (45%), seguidas das pardas (28%) e das pretas (16%). Sobre esta última denominação, que constava da ficha, muitas pessoas respondentes se insurgiram, dizendo preferirem a denominação “negra”, incluindo observações a este respeito ao lado do espaço onde deveriam assinalar a alternativa de cor adequada à sua realidade.

✓ É alto o **nível de instrução** das pessoas inscritas na I Conferência: a classe modal é a de superior completo (37%), sendo expressiva a proporção das que possuem pós-graduação: 25% (ver Gráfico 2).

✓ No que tange à **condição de trabalho** (ver Gráfico 2), a grande maioria trabalha (87%). Das pessoas que informaram sobre o seu tipo de inserção no mercado de trabalho, 45% tinham trabalho formal e 11% informal. A maneira pela qual a pergunta foi feita impediu a separação entre as pessoas que não trabalham e as que não responderam ao quesito.

✓ O padrão de **rendimento mensal** mostra um certo equilíbrio (ver Gráfico 2): embora a classe modal seja a de 1 a 3 Salários Mínimos (27%), as outras classes têm percentuais em torno de 19%. A proporção alta de não resposta (12%) deveu-se não apenas a habitual resistência das pessoas a prestar este tipo de informação como também ao fato de a ficha não oferecer a alternativa “sem rendimento”.

✓ A **distribuição das pessoas por estado civil** (ver Gráfico 3) revela uma bipolaridade entre casadas (predominando com 35%) e solteiras (32%), sendo bem menos expressivas as proporções relativas aos outros



estados civis. Considerando-se a predominância absoluta de mulheres entre os informantes, cabe notar que, no que se refere à **responsabilidade familiar**, é significativa a proporção que se declarou chefe de família (33%). A proporção que se declarou co-responsável (43%) praticamente coincide com a proporção que tem um(a) companheiro(a) (35% de casadas mais 7% que “vivem junto”).

✓ O **número médio de filhos** das pessoas inscritas é 2,07 e o mediano é 2,00. Coerentemente, a classe modal é a de 2 filhos, ponto alto da distribuição que cresce até ele e decresce a seguir, terminando com a significativa proporção de 10% que têm 4 filhos ou mais (ver Gráfico 3). A pergunta sobre se estava amamentando ou não foi das menos respondidas da ficha (45% deixaram-na em branco). Apenas 7% responderam afirmativamente.

✓ À questão sobre ser **portadora ou não de necessidade especial** (ver Gráfico 3), apenas 2% responderam afirmativamente, sendo que 20% deixaram em branco o quesito.

✓ A principal **forma de atuação política** das pessoas que responderam à ficha de inscrição é nos movimentos sociais (34%), seguindo-se as que atuam em organismos governamentais (29%), em ONGs (27%) e em partidos políticos (25%). Quando o foco está **no tipo de organização na qual atuam**, destacam-se o movimento feminista (35%) e o movimento popular (25%) (ver Gráfico 4).

✓ A sociedade civil está levando a maior delegação para a I Conferência (44%), seguindo-se os governos municipais (19%) (ver Gráfico 4). Mais uma vez a proporção alta de sem informação (16%) deve-se ao fato de o banco conter mais dados de perfil do que fichas de inscrição.

## Grupos de Trabalho Priorizados

Na ficha era solicitado que as pessoas registrassem a sua primeira prioridade de participação em um dos cinco grupos de trabalho, e também as suas segunda e terceira prioridades. Muitas pessoas responderam somente a primeira prioridade e algumas não responderam a questão.

A prioridade zero inclui o que corresponderia às prioridades 4 e 5 que não foram demandadas e as que não escolheram qualquer grupo. O Gráfico 5 mostra que houve um relativo equilíbrio de interesse pelos grupos de trabalho, sendo o menos

escolhido em primeira prioridade o GR3 (Bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infra-estrutura, equipamentos sociais, recursos naturais), com 12% das preferências. Os grupos preferidos em primeira escolha foram o 1 (Pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e a terra), com 24%, o 2 (Violência contra a mulher: prevenção, assistência, combate e políticas de segurança), com 23%, e o 5 (Políticas de educação, cultura, comunicação e produção do conhecimento para a igualdade), com 22%. Desconsiderando as prioridades, os grupos mais procurados foram os 2 e 5.

## Perfil das Pessoas que priorizaram cada um dos Grupos de Trabalho

Com base nas classes modais e nas médias, pode-se dizer que é o seguinte o perfil das pessoas que se inscreveram em cada um dos grupos:

❖ **No Grupo 1 – Pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e à terra** (ver Gráfico 6): predominam as pessoas da região Nordeste (26%), co-responsáveis por suas famílias (49%), com 42,4 anos em média, brancas (56%), com nível superior de instrução (36%), com rendimento de 1 a 3 salários mínimos (31%). Deixou-se de incluir a variável condição de trabalho porque ela foi de 100%, isto é, todas trabalham. A variável sexo não foi usada neste conjunto de cruzamentos por ser muito homogênea. Contudo, o Grupo 1 foi o mais escolhido pelos poucos homens inscritos que preencheram a ficha.

❖ **No Grupo 2 – Violência contra a mulher: prevenção, assistência, combate e políticas de Segurança** (ver Gráfico 7): predominam as pessoas da região Nordeste (33%), co-responsáveis por suas famílias (49%), com 41,6 anos em média, brancas (53%), com nível médio de instrução (38%), com rendimento de 1 a 3 salários mínimos (30%). Deixou-se de incluir a variável condição de trabalho porque ela foi de 100%.

❖ **No Grupo 3 – Bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infra-estrutura, equipamentos sociais, recursos naturais** (ver Gráfico 8): predominam as pessoas da região Nordeste (29%), co-responsáveis por suas famílias (53%), com 42,4 anos em média, brancas (48%), com nível de pós-graduação de instrução (36%), com rendimento de 1 a 3 salários mínimos (36%). Deixou-se de incluir a variável condição de trabalho porque ela foi de 100%.

❖ **No Grupo 4 – Direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos** (ver Gráfico 9): predominam as pessoas da região Nordeste (23%) (ainda que seguido de perto pelas da região Centro-oeste), co-responsáveis por

suas famílias (42%), com 41,1 anos em média, brancas (57%), com nível superior de instrução (46%), com rendimento de mais de 10 salários mínimos (31%). Deixou-se de incluir a variável condição de trabalho porque ela foi de 100%.

❖ **No Grupo 5 – Direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos** (ver Gráfico 10): predominam as pessoas da região Nordeste (29%), co-responsáveis por suas famílias (42%), com 42,7 anos em média, brancas (54%), com nível superior de instrução (45%), com rendimento de 3 a 5 salários mínimos (29%). Deixou-se de incluir a variável condição de trabalho porque ela foi de 100%.

## IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como breve conclusão pode-se dizer que, com base em classes modais e médias, no conjunto das pessoas pré-credenciadas predominam as da região Nordeste (23%), do sexo feminino (94%), com 41,6 anos em média, brancas (45%), com nível superior de instrução (37%), que trabalham (87%), com rendimento de 1 a 3 salários mínimos (27%), casadas (35%), co-responsáveis por suas famílias (43%), com 2,1 filhos em média, que não estão amamentando e que não são portadoras de necessidades especiais (78%). Atuam principalmente nos movimentos sociais (34%), sendo o movimento feminista o mais representando (35%). Estão comparecendo a I Conferência como delegadas da sociedade civil (44%).

O quadro que se segue sintetiza e permite comparar o perfil das pessoas que escolheram em primeira prioridade cada um dos grupos:

Quadro I

Indicadores	GR1 - Pobreza	GR2 - Violência	GR3 – Bem-estar	GR4 - Direitos	GR5 - Políticas
Proporção que escolheu em primeira prioridade	24%	23%	12%	18%	22%
Classe modal de origem geográfica ou administrativa	Nordeste (26%)	Nordeste (33%)	Nordeste (29%)	Nordeste (23%)	Nordeste (29%)
Média de idade	42,4 anos	41,6 anos	42,4 anos	41,1 anos	42,7 anos
Classe modal de cor	Branca (56%)	Branca (53%)	Branca (48%)	Branca (57%)	Branca (54%)
Classe modal de instrução	Superior (36%)	Média (38%)	Pós-graduação (36%)	Superior (46%)	Superior (45%)
Classe modal de responsabilidade familiar	Co-responsável (49%)	Co-responsável (49%)	Co-responsável (53%)	Co-responsável (42%)	Co-responsável (42%)
Proporção que trabalho formal no total que trabalha	39%	51%	42%	49%	51%
Classe modal de rendimento	1 a 3 SMs (31%)	1 a 3 SMs (30%)	1 a 3 SMs (36%)	Mais de 10 SMs (31%)	3 a 5 SMs (29%)

Embora não haja muita diferenciação interna dos perfis segundo o grupo priorizado é possível destacar que:

- ❖ os grupos mais escolhidos em primeira prioridade foram os GR1 (Pobreza), o GR2 (Violência) e o GR5 (Políticas);
- ❖ embora as pessoas do Nordeste predominem em todos os grupos, sua presença é mais expressiva no GR2 (Violência) e menos expressiva no GR4 (Direitos);
- ❖ a idade média em todos os grupos é muito próxima da média do conjunto, mas são ligeiramente mais jovens as pessoas que priorizaram o GR4 (Direitos) e ligeiramente mais velhas as que priorizaram o GR5 (Políticas);
- ❖ é bastante homogênea a distribuição das pessoas por cor ou raça entre os grupos: a branca predomina em todos eles, em proporções que vão de 53% a 57%;
- ❖ as maiores diferenciações se dão em termos educacionais e de rendimento. No caso da instrução, o GR3 (Bem-estar) atraiu as pessoas mais instruídas e o GR2 (Violência) as menos instruídas; no caso do rendimento, as pessoas com maiores rendimentos predominam entre as que priorizaram o GR4 (Direitos) enquanto as pessoas com menores rendimentos distribuíram-se equilibradamente entre os GR1 (Pobreza), o GR2 (Violência) e o GR3 (Bem-estar);
- ❖ se, como vimos, todas as pessoas que selecionaram um grupo em primeira prioridade trabalham, o tipo de inserção deste trabalho no mercado apresenta variação entre os grupos: os GR2 (Violência) e GR5 (Políticas) atraíram as maiores proporções de pessoas que têm um trabalho formal, o inverso acontecendo com o GR1 (Pobreza).

Para finalizar, é válido ressaltar a importância deste primeiro trabalho não só para as suas finalidades específicas já comentadas como também para servir de base cadastral para a pesquisa que será realizada durante a I Conferência que, certamente, vai se beneficiar dos acertos e erros desta primeira etapa.

## ANEXO A

### Quadro de distribuição das participantes por Grupo de Trabalho, segundo a prioridade

GR1 - Pobreza, Geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e à terra				
UF	1ª prioridade	2ª prioridade	3ª prioridade	Total
Alagoas	10	3	6	41
Amapá	8	1	2	23
Amazonas	9	4	4	36
Distrito Federal	21	4	5	55
Goiás	9	9	5	60
Governo Federal	29	14	17	97
Mato G. do Sul	11	6	2	33
Paraíba	10	6	8	57
Piauí	13	1	1	42
Rio G. do Norte	9	6	1	40
Rio G. do Sul	15	19	6	104
Rio de Janeiro	10	6	11	71
Santa Catarina	24	1	8	63
Sergipe	7	5	-	45
Tocantins	7	2	5	31
<b>Total</b>	<b>192</b>	<b>87</b>	<b>81</b>	<b>798</b>

GR2 – Violência contra a Mulher: prevenção, assistência, combate e políticas de Segurança Crosstabulation				
UF	1ª prioridade	2ª prioridade	3ª prioridade	Total
Alagoas	12	7	4	41
Amapá	5	5	4	23
Amazonas	10	9	3	36
Distrito Federal	9	9	6	55
Goiás	16	12	5	60
Governo Federal	13	13	12	96
Mato G. do Sul	4	5	4	33
Paraíba	12	6	10	57
Piauí	12	8	5	42
Rio G. do Norte	12	4	6	40
Rio G. do Sul	33	19	13	104
Rio de Janeiro	13	10	9	69
Santa Catarina	12	20	3	63
Sergipe	13	5	14	45
Tocantins	8	5	2	31

Total	184	137	100	795
-------	-----	-----	-----	-----

**GR3 – Bem-estar e qualidade de vida para as Mulheres:  
saúde, moradia, infra-estrutura, etc.**

UF	1ª prioridade	2ª prioridade	3ª prioridade	Total
Alagoas	3	4	8	39
Amapá	4	4	6	23
Amazonas	5	4	6	36
Distrito Federal	2	9	11	54
Goiás	7	7	19	59
Governo Federal	15	25	20	99
Mato G. do Sul	5	3	9	33
Paraíba	7	16	7	57
Piauí	4	8	7	42
Rio G. do Norte	6	5	4	40
Rio G. do Sul	10	15	17	103
Rio de Janeiro	10	13	11	71
Santa Catarina	6	14	17	63
Sergipe	9	10	4	44
Tocantins	6	4	5	31
<b>Total</b>	<b>99</b>	<b>41</b>	<b>151</b>	<b>794</b>

**GR4 – Direitos Humanos**

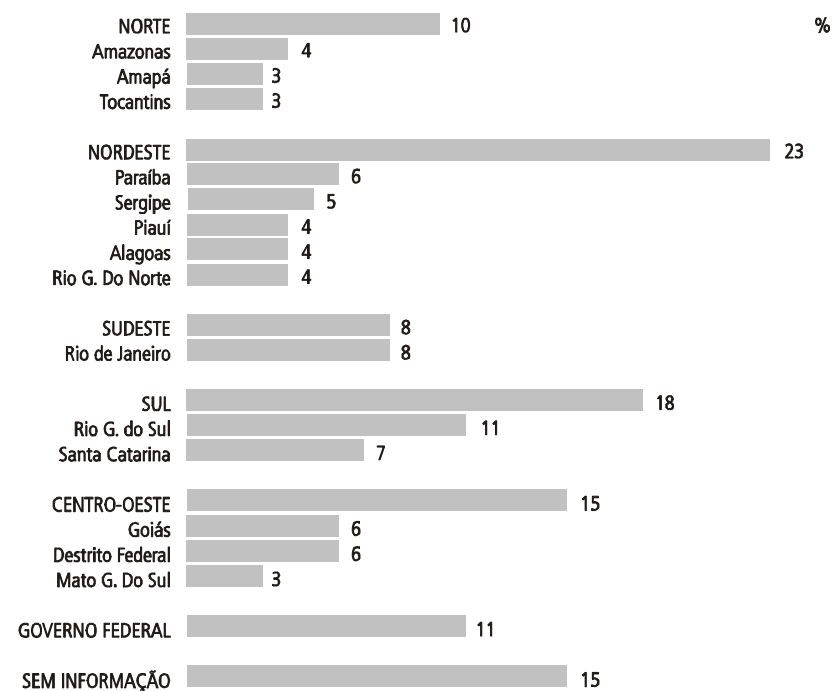
UF	1ª prioridade	2ª prioridade	3ª prioridade	Total
Alagoas	5	11	3	40
Amapá	3	10	4	23
Amazonas	3	6	6	36
Distrito Federal	15	5	4	55
Goiás	7	15	12	60
Governo Federal	21	18	16	97
Mato G. do Sul	8	4	1	33
Paraíba	14	4	9	57
Piauí	7	6	3	42
Rio G. do Norte	3	4	1	39
Rio G. do Sul	15	11	23	104
Rio de Janeiro	25	12	6	71
Santa Catarina	10	11	10	63
Sergipe	5	6	4	44
Tocantins	4	6	-	31
<b>Total</b>	<b>145</b>	<b>129</b>	<b>102</b>	<b>795</b>

**GR5 – Políticas de educação, cultura, comunicação e  
produção de conhecimento para a igualdade**

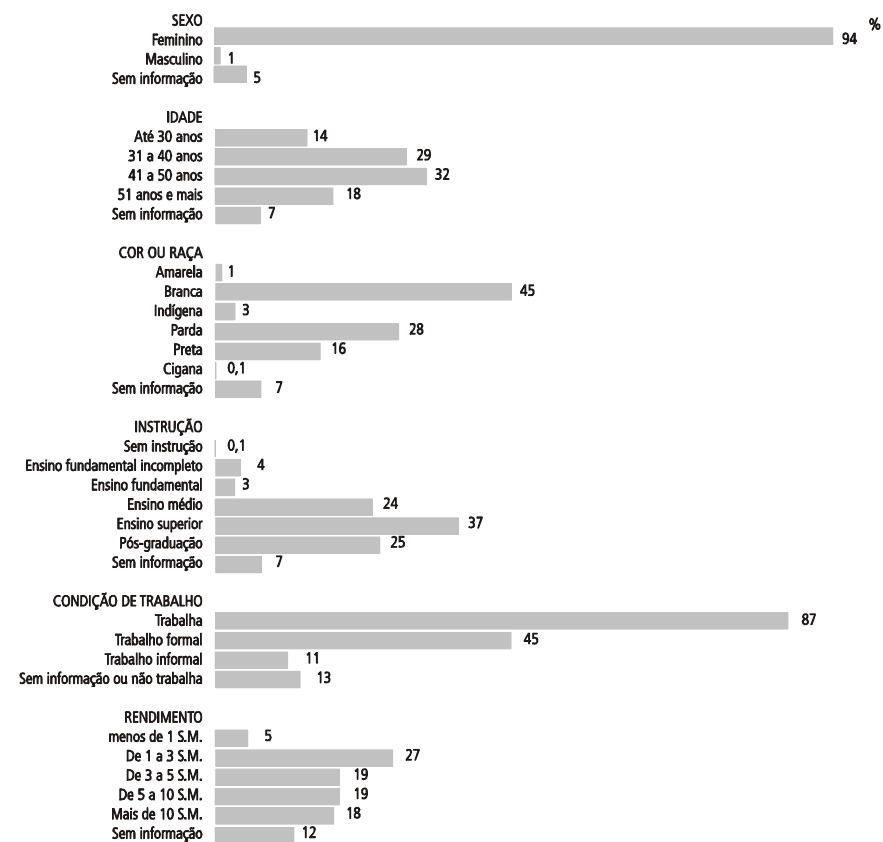
UF	1ª prioridade	2ª prioridade	3ª prioridade	Total
Alagoas	11	4	3	41
Amapá	3	3	7	23
Amazonas	9	1	4	35
Distrito Federal	8	11	8	55
Goiás	21	12	12	59
Governo Federal	18	14	15	94
Mato G. do Sul	5	5	7	33
Paraíba	14	14	9	57
Piauí	6	7	11	42
Rio G. do Norte	9	3	6	40
Rio G. do Sul	30	13	17	104
Rio de Janeiro	13	8	13	69
Santa Catarina	10	5	13	63
Sergipe	10	8	6	44
Tocantins	6	1	6	31
<b>Total</b>	<b>173</b>	<b>109</b>	<b>137</b>	<b>790</b>

## ANEXO B

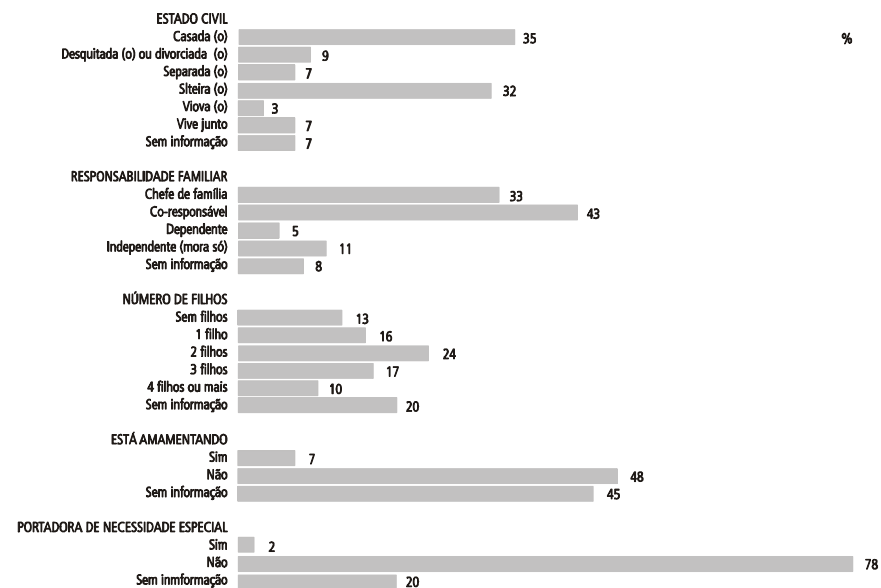
### 1. Distribuição das (os) inscritas (os) na I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, segundo origem geográfica ou administrativa da delegação



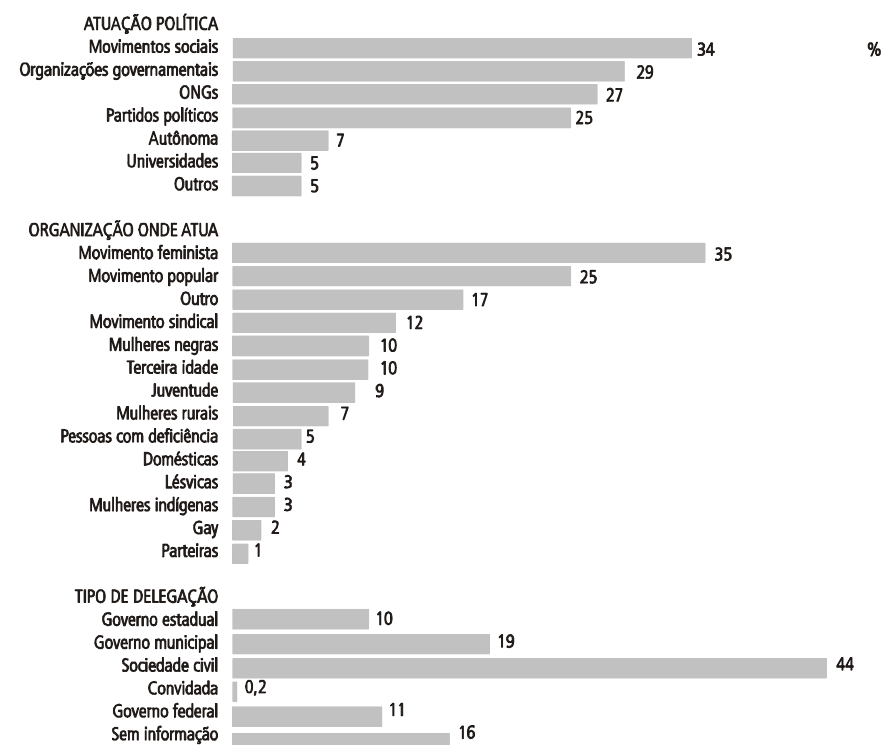
### 2. Distribuição das (os) inscritas (os) na I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, segundo características sociodemográficas.



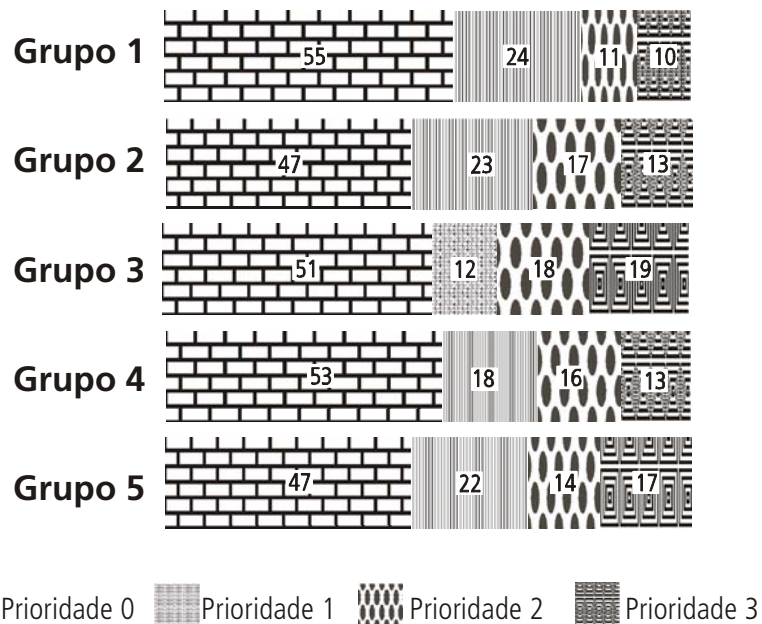
### 3. Distribuição das (os) inscritas (os) na I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, segundo características familiares e sociodemográficas



### 4. Distribuição das (os) inscritas (os) na I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, segundo características da atuação política e tipo de delegação na Conferência



5. Distribuição das (os) inscritas (os) na I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, segundo a prioridade de participação nos grupos de trabalho



**Grupo 1.** Pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e a terra.

**Grupo 2.** Violência contra a mulher: prevenção, assistência, combate e políticas de Segurança.

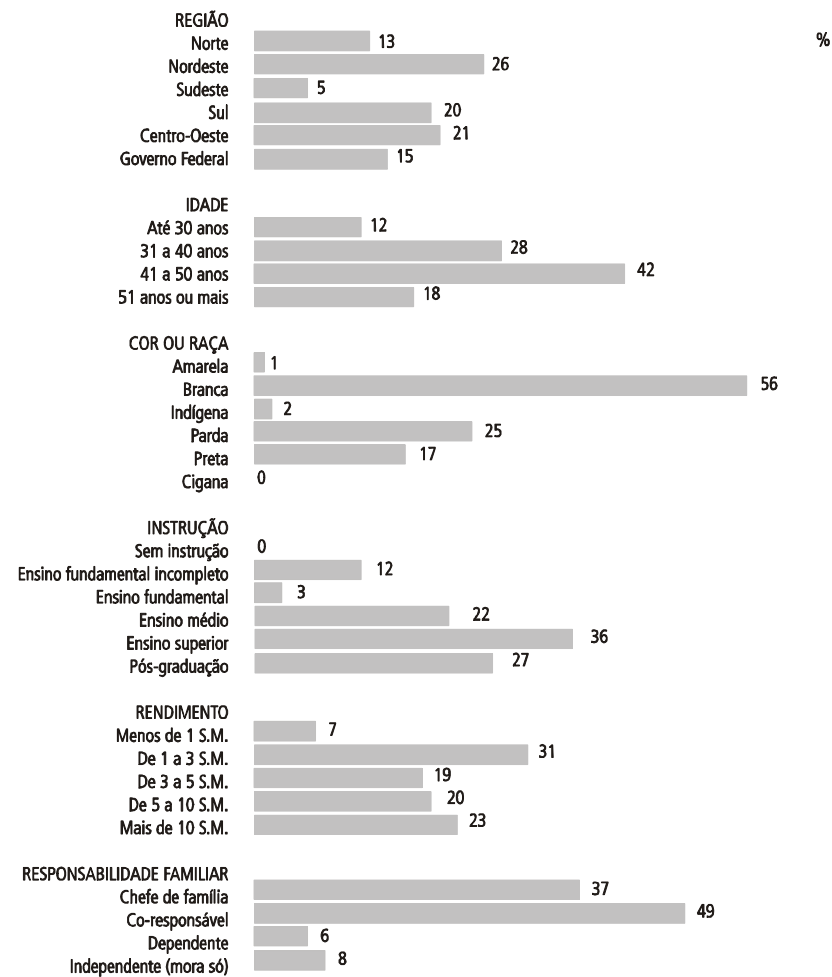
**Grupo 3.** Bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infraestrutura, equipamentos sociais, recursos naturais.

**Grupo 4.** Direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos.

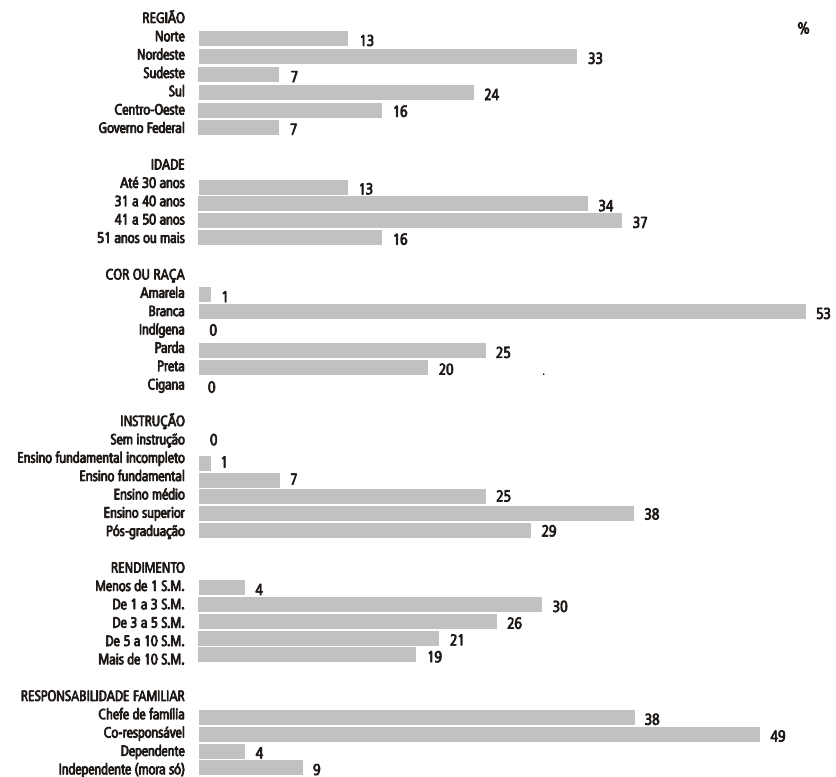
**Grupo 5.** Políticas de educação, cultura, comunicação e produção do conhecimento para a igualdade.

6. Distribuição das (os) inscritas (os) na I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, por grupo priorizado, segundo características sociodemográficas

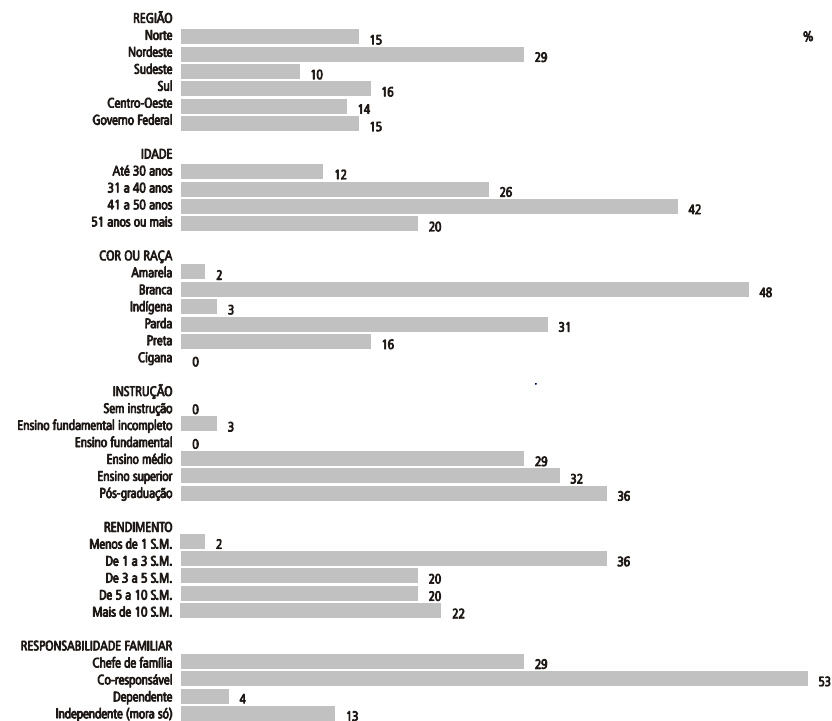
**Grupo 1. Pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e a terra.**



## Grupo 2. Violência contra a mulher: prevenção, assistência, combate e políticas de Segurança

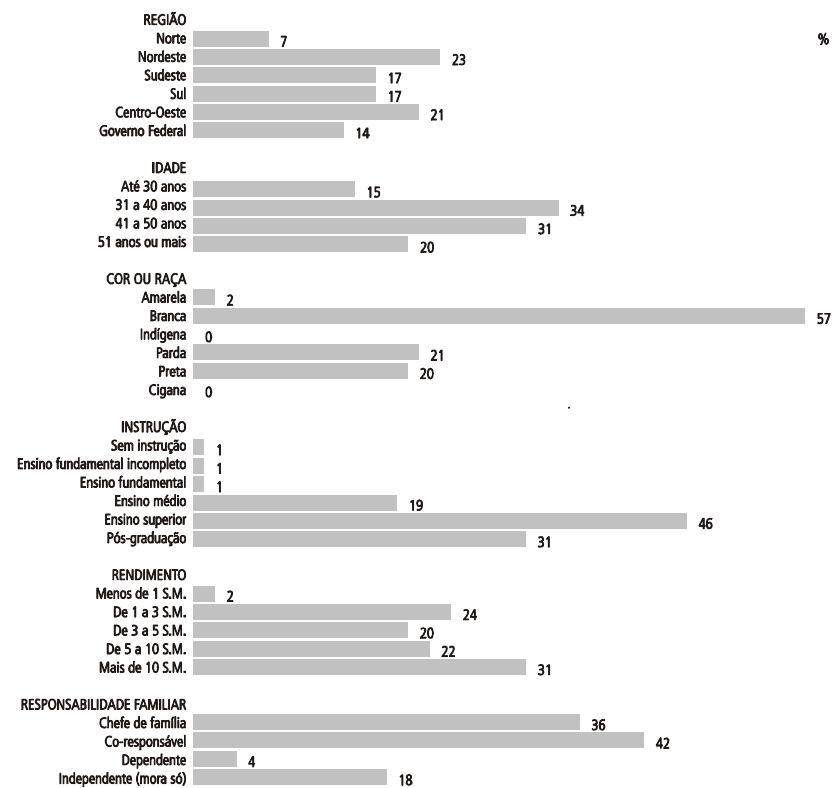


## Grupo 3. Bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infra-estrutura, equipamentos sociais, recursos naturais.

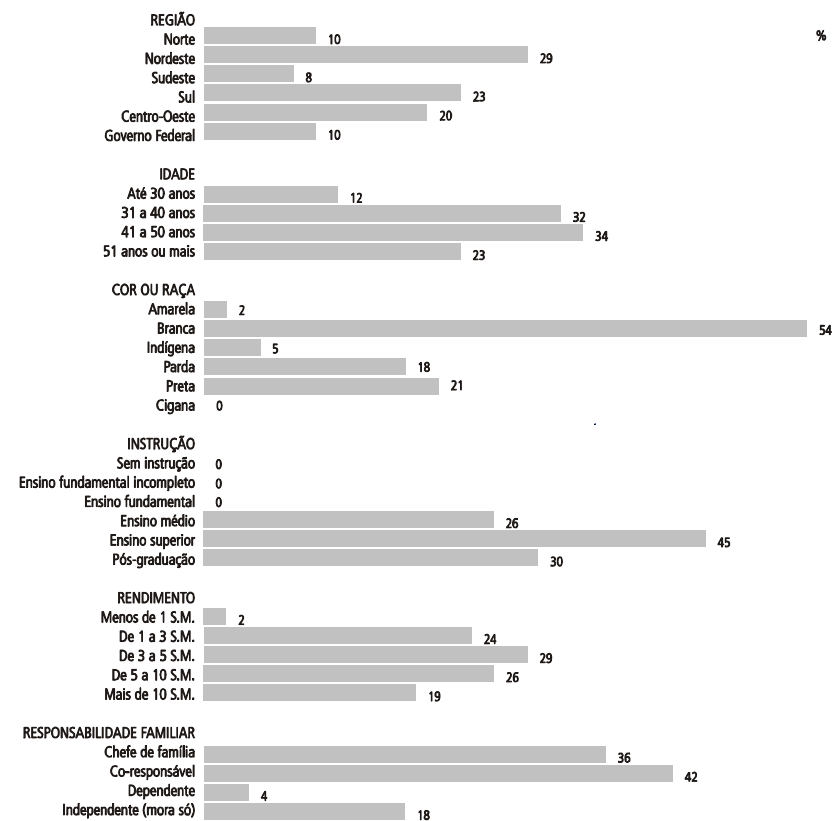




#### Grupo 4. Direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos



#### Grupo 5. Políticas de educação, cultura, comunicação e produção do conhecimento para a igualdade.



## ANEXO C

### GRUPOS TEMÁTICOS

- GR1 – Pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e a terra**
- GR2 – Violência contra a mulher: prevenção, assistência, combate e políticas de segurança**
- GR3 – Bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infra-estrutura, equipamentos sociais, recursos naturais**
- GR4 – Direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos**
- GR5 – Direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos**

### LISTAS DE DELEGADAS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

#### ALAGOAS

Q	Nome	Delegada	1ª opção	2ª opção	3ª opção
39	Amélia Fernandes Costa	Soc. Civil	GR4	-	-
5	Ana Lucia de Moura Bernardino	Soc. Civil	GR4	-	-
13	Ana Regina de Oliveira	Gov. Mun	GR5	GR4	GR2
24	Aydete Viana de Lima	Soc. Civil	GR2	GR4	GR1
18	Cícera Ferreira da Silva	Soc. Civil	GR5	GR2	GR4
16	Cícera Maria Rocha de Souza	Soc. Civil	GR1	-	-
36	Claudia Maria da Silva	Soc. Civil	GR5	GR3	GR4
8	Eliane dos Santos	Soc. Civil	GR5	GR4	GR1
38	Elizete dos Santos	Soc. Civil	GR2	-	-
22	Eulina Ferreira Silva Neta Rego	Soc. Civil	GR1	GR2	GR4
37	Fabiana Leão Ferreira	Gov. Est.	GR2	GR4	GR5
30	Gilmara de Souza Leite	Gov. Mun	GR3	GR4	-
12	Gilvanete Lúcia de Oliveira	Soc. Civil	GR1	-	-
34	Gilvanete da Silva Santos	Soc. Civil	GR2	GR4	-
41	Ivanise Calixto Ribeiro Julião	Soc. Civil	GR1	GR3	GR2
17	Janilce G. do Bonfim	Soc. Civil	GR5	-	-

15	Jaracinã Selestino G. da Silva	Soc. Civil	GR5	-	-
25	Jarede Viana de Oliveira	Soc. Civil	GR1	GR2	GR3
26	Jucineide T. da Silva	Soc. Civil	GR1	-	-
29	Juracy da Silva Ramos	Soc. Civil	GR2	GR1	GR3
28	Katia Maria Alves da Silva	Gov. Mun	GR2	GR4	GR1
27	Liliane Bezerra Bonifácio	Soc. Civil	GR4	GR5	GR1
23	Lucimar Santos de Lima	Soc. Civil	GR2	GR5	-
19	Maria Aparecida B. de Oliveira	Soc. Civil	GR2	GR4	GR5
2	Maria das Graças Sales Tenário	Soc. Civil	GR5	GR2	GR3
14	Maria do Socorro G. da Costa	Gov. Mun	GR2	-	-
3	Maria Goretti Cardoso de Lima	Gov. Est.	GR5	GR4	GR3
4	Maria José dos Santos	Soc. Civil	GR5	GR2	GR3
31	Maria José Tenório da Silva	Gov. Mun	GR1	-	-
1	Maria Olivia da Silva Monteiro	Gov. Mun	GR2	GR4	-
40	Marilene M. Maceno Santana	Gov. Mun	GR3	-	-
21	Marly Granceiro de França	Soc. Civil	GR5	GR1	GR3
9	Mauriza Antonia da Silva Cabral	Gov. Mun	GR1	GR5	GR3
35	Miriam Barbosa de Albuquerque	Soc. Civil	GR5	GR3	GR2
10	Rozineide Francelina dos Santos	Gov. Mun	GR2	-	-
11	Sirlene Maria da Silva Soares	Soc. Civil	GR3	GR4	GR1
20	Sivana Silva dos Santos	Soc. Civil	GR1	GR5	GR2
7	Vania M. Calheiros de Oliveira	Soc. Civil	GR2	GR1	GR5
6	Vilma M. D. Correia da Silva	Gov. Mun	GR1	GR3	-
32	Walkiria Taveiros	Gov. Est.	GR4	GR2	GR3
33	Wanda Maria Menezes Barbosa	Gov. Est.	GR4	GR3	GR1

#### AMAPÁ

Q	Nome	Delegada	1ª opção	2ª opção	3ª opção
695	Aldineia Brazão do Rosário	Gov. Mun	GR5	GR4	GR3
704	Alessandra Alves Barbosa	Gov. Mun	GR3	GR4	GR2
685	Daiane	Soc. Civil	-	-	-
686	Denise Martins Rochael	Gov. Mun	-	-	-
693	Edna do Nascimento	Gov. Mun	GR1	GR2	GR4
705	Francimar P. da Silva Santos	Gov. Mun	GR1	GR2	GR4
710	Ivaneide Ferreira da Costa	Soc. Civil	GR4	GR3	GR1
696	Izamara Nery M. e Silva e Sousa	Gov. Est.	GR1	GR3	GR5
703	Janice A. M. Santos Palmerim	Gov. Mun	GR5	GR4	GR2
684	Lauriene do Rosário Almeida	Soc. Civil	-	-	-
700	Lígia Kátia da Silva Gama	Soc. Civil	GR4	GR3	GR5
694	Maria Benedita de C. Nahum	Gov. Mun	GR3	GR4	GR1
701	Maria das Graças S. Brazão	Gov. Mun	GR1	GR2	GR5
690	Maria do Céu da Silva e Sousa	Soc. Civil	GR1	GR5	GR2
708	Maria do Socorro Melo de Lima	Gov. Est.	GR2	GR4	GR5

698	Maria Neci Gomes de Faria	Soc. Civil	GR1	GR4	GR5
692	Mary Lucia Pinto Figueira	Soc. Civil	GR5	GR2	GR4
709	Mary Teresinha Salles	Soc. Civil	GR1	GR3	GR5
706	Nazaré Almeida Barros	Gov. Est.	GR2	GR4	GR3
688	Osená Maria Sales Sfair	Gov. Est.	GR3	GR5	GR2
689	Rejane Ferreira Soares	Soc. Civil	GR4	GR1	GR3
687	Sacimar Monteiro Alves	Gov. Mun	-	-	-
699	Sandra Maria de M. Cardoso	Soc. Civil	GR2	GR5	GR4
691	Sebastiana Renilde de S. Duarte	Gov. Mun	GR1	GR2	GR3
702	Silvia Maria F. R. Magalhães	Soc. Civil	GR2	GR4	GR3
707	Sonia Cristina de Lima Ferreira	Soc. Civil	GR3	GR4	GR5
697	Umbelina Francisca dos Santos	Soc. Civil	GR2	GR4	GR3

## AMAZONAS

Q	Nome	Delegada	1ª Opção	2ª Opção	3ª Opção
469	Adriana da Silva Maciel	Soc. Civil	GR4	GR5	GR3
486	Andréia Costa da Silva	Soc. Civil	GR4	GR1	GR3
464	Anete Ramos de Oliveira	Gov. Mun	GR5	GR4	GR2
459	Ariana Ayden Ferreira de Araújo	Gov. Mun	GR4	GR3	GR2
458	Blandina Rodrigues de Freitas	Gov. Mun	GR1	GR2	GR3
457	Clisjane M. Finicelli	Gov. Mun	GR3	GR2	GR4
455	Elailene da Silva Balby	Gov. Mun	GR1	GR2	GR4
475	Flavia Gomes Carneiro	Soc. Civil	GR5	GR3	GR4
453	Flavia Melo da Cunha	Gov. Est.	GR2	-	-
468	Iara Bello Ambrósio	Soc. Civil	GR1	GR2	GR4
456	Ilce Rodrigues Barbosa	Gov. Mun	GR2	GR1	GR5
471	Itamar de Oliveira Andion	Soc. Civil	GR2	-	-
478	Jacimar de Almeida Gouvêa	Soc. Civil	GR2	GR3	GR4
480	Joana de Fátima Masulo Ribeiro	Soc. Civil	GR3	GR4	GR1
470	Lucia Regina Antony	Soc. Civil	GR3	GR1	GR4
476	Luzarina Varela da Silva	Soc. Civil	GR2	GR4	GR1
473	Margarida Campos dos Santos	Soc. Civil	GR3	-	-
452	Maria das Graças A. da S. Byron	Gov. Est.	GR5	-	-
463	Maria do P. S. Cavalcante	Gov. Mun	GR1	GR2	GR5
474	Maria do Socorro F. da Silva	Soc. Civil	GR1	-	-
483	Maria do Socorro de Lima	Soc. Civil	GR5	GR2	GR1
467	Maria Gorete B. de Oliveira	Soc. Civil	GR1	-	-
461	Maria Helena Fonseca Ramos	Gov. Mun	GR1	GR2	GR3
466	Maria José Pereira Barros	Soc. Civil	GR2	GR4	GR3
482	Maria Ruth Conceição da Silva	Soc. Civil	GR2	-	-
484	Maria Veronica Vieira Moreira	Soc. Civil	GR5	GR4	GR3
481	Marilda Menezes Teixeira	Soc. Civil	GR5	GR3	GR2
477	Marluce Ribeiro Castelo Branco	Soc. Civil	GR5	-	-

472	Noêmia Fernandes Leite	Soc. Civil	GR2	-	-
460	Olean Menezes de Queiroz	Gov. Mun	GR3	GR4	GR1
485	Reny Costa Amaral	Soc. Civil	GR1	GR2	GR5
465	Rosane Pinheiro da Silva	Soc. Civil	GR2	-	-
479	Rosimere Maria Vieira Teles	Soc. Civil	GR5	GR1	-
454	Salomé Amaral Coelho	Gov. Est.	GR5	-	-
451	Suely Borges Oliveira	Gov. Est.	GR2	-	-
462	Wania Socorro de Souza Dias	Gov. Mun	GR1	GR2	GR5

## DISTRITO FEDERAL

Q	Nome	Delegada	1ª opção	2ª opção	3ª opção
672	Abiaíl Florentina Ferreira	Soc. Civil	GR4	GR5	GR2
676	Alice Libardoni	Soc. Civil	GR4	GR1	GR3
201	Andrea Golmia Francisco	Gov. Est.	GR2	GR5	GR4
213	Andrea Mesquita de Menezes	Soc. Civil	GR1	GR3	GR5
200	Andrea Suely Vasquez Mota	Gov. Est.	GR2	GR4	GR5
199	Andréia Alves Rossato	Gov. Est.	GR1	-	-
677	Áurea de Sousa	Soc. Civil	GR4	GR1	GR2
198	Carmen Soares Martins Jancoski	Gov. Est.	GR1	GR4	GR3
664	Claudete Umbelina S. Cardoso	Soc. Civil	GR1	GR2	GR3
670	Conceição Graças V. Dantas Vaz	Gov. Est.	GR1	-	-
674	Deuaci Alves Ferreira Viana	Soc. Civil	GR1	-	-
197	Dora Vianna Manata	Gov. Est.	GR5	-	-
218	Estemiza Fernandes da Costa	Soc. Civil	GR1	GR3	GR5
682	Fernanda Resende Ribeiro	Soc. Civil	GR4	GR2	GR1
214	Guacira Cesar de Oliveira	Soc. Civil	GR3	GR4	GR2
671	Heloísa Alves Martins	Soc. Civil	GR5	-	-
186	Herotildes de Souza Milhomem	Gov. Mun	GR4	GR5	GR1
203	Ivanete Alves Oliveira	Soc. Civil	GR2	GR5	GR3
205	Joelma Cesário	Soc. Civil	GR4	-	-
679	Kelly Kotlinski Verdade	Soc. Civil	GR4	-	-
680	Kelly Kotlinski Verdade	Soc. Civil	GR4	-	-
206	Leonice Bertollo Wagner	Soc. Civil	GR1	GR3	GR5
681	Leopádia Paradelia Cardoso	Soc. Civil	GR1	-	-
675	Mairydema Ilario de Lucena	Soc. Civil	GR5	-	-
683	Márcia Cunha Bréa	Gov. Est.	GR4	GR2	GR3
196	Márcia Guedes da Cunha	Gov. Est.	GR2	GR3	GR4
193	Maria das Graças Pimentel	Gov. Est.	GR5	-	-
194	Maria da Guia Lima Cruz	Gov. Est.	GR1	GR5	-
195	Maria da Conceição A. de Sousa	Gov. Est.	GR2	GR5	GR3
215	Maria da Paz	Soc. Civil	GR4	GR5	GR3
217	Maria das Dores Amaral	Soc. Civil	GR1	GR5	GR2
192	Maria de Fátima Gomes Leitão	Gov. Est.	GR1	GR2	GR5

669	Maria dos Dolores Costa	Gov. Est.	GR1	GR5	GR3
216	Maria Isabel Caetano dos Reis	Soc. Civil	GR1	GR2	GR5
220	Maria Josefina M. Tolentino	Soc. Civil	GR1	GR5	-
668	Maria Suely Silveira	Gov. Est.	GR1	GR2	GR5
207	Mariana de Lima e Silva	Soc. Civil	GR4	GR3	-
202	Marineusa Santos Ribeiro	Soc. Civil	GR2	GR3	GR1
667	Marisa Araújo Oliveira	Gov. Est.	GR5	-	-
204	Mariza Angélica Ramalho	Soc. Civil	GR5	GR1	GR3
210	Marlene Libardoni	Soc. Civil	GR4	GR3	GR2
191	Marlouve Moreno S. Santos	Gov. Est.	GR4	-	-
190	Marta Cristina Tenório	Gov. Est.	GR2	GR4	-
211	Mary Caetana Aune	Soc. Civil	GR5	-	-
212	Natalia Mori Cruz	Soc. Civil	GR1	GR3	GR4
673	Priscilla Cavalcante Normando	Soc. Civil	GR5	GR4	GR1
209	Raquel Calaço Sales	Soc. Civil	GR4	GR2	GR3
219	Rejane Guimarães Pitanga	Soc. Civil	GR1	GR2	GR5
189	Rosimeire Medeiros Lima	Gov. Est.	GR2	GR3	GR4
665	Salviana Ribeiro de Pinho	Gov. Est.	GR1	-	-
666	Salviana Ribeiro de Pinho	Gov. Est.	GR1	-	-
208	Sonia Lúcia dos Reis Alves	Soc. Civil	GR4	-	-
188	Tania Maria P. de Queiroz	Gov. Est.	GR2	GR1	GR3
678	Tarcila da Glória Gomes Ramos	Soc. Civil	GR3	GR2	GR1
187	Veronica Sant'Anna S. Oliveira	Gov. Est.	GR1	GR5	GR2

## GOIÁS

Q	Nome	Delegada	1ª opção	2ª opção	3ª opção
103	Anadir Cezário de Oliveira	Soc. Civil	GR5	GR1	GR3
119	Angela Maia Morais Vieira	Gov. Est.	GR5	GR4	GR3
106	Angelina Pereira de Lima	Soc. Civil	-	-	-
108	Aparecida Martins Vargas	Gov. Mun	GR3	GR1	GR5
118	Benedita Edna de Castro e Silva	Gov. Est.	GR5	GR3	GR1
85	Celma Grace de Oliveira	Gov. Est.	GR2	GR4	GR5
104	Cleuza Maria Gomes Pereira	Soc. Civil	GR2	GR1	GR3
136	Cosma Maria de Queiroz	Gov. Mun	GR2	GR4	GR3
138	Djeane Carlos Moura Vieira	Gov. Mun	GR5	GR4	GR3
123	Elaine de Barros Cunha	Gov. Est.	GR5	-	-
99	Elizabeth Trindade Barbosa	Gov. Mun	GR3	GR4	GR5
100	Elza Alves Rabello	Gov. Mun	GR2	GR4	GR1
115	Ester Fernades Castro	Gov. Mun	-	-	-
97	Geiza Maria Dutra de Lima	Gov. Mun	GR2	GR4	GR5
87	Iranildes Valentina Lobo	Soc. Civil	GR5	GR3	GR1
105	Isabel Francisco Maia	Soc. Civil	GR1	GR3	GR4
88	Ivana Leal	Soc. Civil	GR5	-	-

125	Izabel Teixeira Campos	Soc. Civil	GR3	GR4	GR5
89	Jaines Silva	Soc. Civil	GR5	GR2	GR4
124	Katia Carmem da Silva	Soc. Civil	GR3	GR2	GR4
140	Kenia Maria Augusto	Soc. Civil	GR5	GR2	GR3
107	Lidiane Ferreira Gonçalves	Soc. Civil	GR4	GR2	GR3
114	Lucia Rincon	Soc. Civil	GR5	GR1	GR4
112	Lucilene Vitorio Rodrigues	Soc. Civil	GR5	GR4	GR1
101	Lucinete Jardelina de Oliveira	Soc. Civil	GR2	GR5	GR3
126	Luzia de Fatima Basílio	Soc. Civil	GR1	GR2	GR3
90	Maria Alves de Mendonça	Gov. Mun	GR4	GR5	GR3
111	Maria Alves de Jesus Marques	Gov. Mun	GR2	GR3	GR5
128	Maria Borges de Oliveira	Soc. Civil	GR4	-	-
102	Maria Cemira M. Gonçalves	Soc. Civil	GR2	GR5	GR1
127	Maria Cristina de Oliveira	Soc. Civil	GR4	GR2	GR5
130	Maria Dalva de Mendonça Silva	Soc. Civil	GR5	GR1	GR2
113	Maria de Fátima Veloso Cunha	Soc. Civil	GR2	GR5	GR3
86	Maria Emília de Souza Almeida	Soc. Civil	GR1	GR2	GR5
95	Maria José de Oliveira	Gov. Mun	GR3	GR2	GR4
96	Maria Madalena de Brito	Gov. Mun	GR4	GR5	GR2
141	Maria Madalena Augusto	Soc. Civil	GR5	GR2	GR3
116	Maria Ribeiro de Jesus	Gov. Est.	GR2	GR5	GR3
132	Maria Teixeira Borges	Soc. Civil	GR2	GR1	GR4
139	Maria Xavier Ferraz	Soc. Civil	GR1	GR4	GR2
134	Maria Zeneide C. M. Almeida	Soc. Civil	GR5	GR4	GR2
84	Maristela Silva Camargo	Soc. Civil	GR2	GR4	GR5
121	Maristela Rodrigues da Silva	Soc. Civil	GR2	GR5	GR4
142	Marizete Maria Fernandes	Soc. Civil	GR1	GR5	GR3
117	Marta Ivone Oliveira Ferreira	Gov. Est.	GR5	-	-
83	Milka Costa Maia	Gov. Mun	GR1	GR5	GR4
109	Miriam Aparecida B. de Oliveira	Gov. Est.	GR2	GR4	GR5
143	Nilva Maria Gomes Coelho	Soc. Civil	GR4	GR5	GR3
122	Nilza de Oliveira Costa	Soc. Civil	GR5	-	-
82	Osmira Machado Moura Borges	Soc. Civil	GR5	GR3	GR4
129	Rita Aparecida de Azevedo	Soc. Civil	GR4	GR5	GR3
135	Rubia Mara de M. Rodrigues	Gov. Mun	GR2	GR3	-
98	Rurany Ester Silva	Gov. Mun	GR3	GR2	GR5
93	Sandra Maria C. de Figueiredo	Gov. Mun	GR2	GR1	GR3
92	Silvania Fernandes e Silva	Gov. Mun	GR5	GR4	GR3
94	Silvia Midori de Souza Shimada	Gov. Mun	GR3	GR4	GR5
120	Sirlene Gonçalves	Soc. Civil	GR1	GR5	GR2
131	Sonia Cleide Ferreira	Soc. Civil	GR5	GR1	GR4
110	Suely Neide C. de Andrade	Soc. Civil	GR5	GR2	GR3
137	Tânia Ferreira de Souza	Gov. Mun	GR1	GR2	-
133	Valquiria Maria Ferral	Soc. Civil	GR5	GR1	GR4
91	Vera Lucia Alves Cardoso	Gov. Est.	GR1	GR3	GR4

## MATO GROSSO DO SUL

Q	Nome	Delegada	1ª Opção	2ª Opção	3ª Opção
572	Adnir de Paulo	Soc. Civil	GR2	GR1	GR5
595	Adriana De Sousa Peixoto	Gov. Mun	GR1	GR3	GR5
580	Alenir Benedita da Silva	Gov. Mun	GR1	GR4	GR5
573	Ana José Alves Lopes	Soc. Civil	GR5	-	-
563	Ana Maria Gomes	Soc. Civil	GR2	-	-
584	Ceuzenir de Araújo Bento	Soc. Civil	GR1	-	-
569	Cleide Affonso de Souza	Soc. Civil	GR1	-	-
567	Cleuza Pedrosa O. Cardoso	Soc. Civil	GR1	GR4	GR5
594	Edina Silva de Souza	Gov. Mun	GR5	GR2	GR3
578	Evaniza Mariano da Silva	Soc. Civil	GR3	-	-
574	Fátima Vidotte	Gov. Mun	GR3	-	-
568	Francisca Josefa Arguelho Lima	Soc. Civil	GR1	GR2	GR5
585	Geny Alonço Gonçalves	Soc. Civil	GR3	-	-
570	Jacy Corrêa Curado	Soc. Civil	GR1	-	-
593	Joana Aparecida de A. Pereira	Gov. Mun	GR1	GR2	GR3
590	Kátia Regina Nunes Ribeiro	Gov. Mun	GR4	GR5	GR3
581	Luiza Paula Barbosa Terra	Soc. Civil	GR4	GR1	GR3
566	Magna de Souza Ajala	Soc. Civil	GR4	GR5	GR3
576	Maria de Lourdes A. Barbosa	Gov. Mun	GR5	GR2	GR1
565	Odete Maria Ferronato	Soc. Civil	GR4	GR1	GR3
577	Odila Schwingel Lange	Gov. Mun	GR2	-	-
587	Raquel Lucas Ramalho	Soc. Civil	GR3	GR1	GR5
586	Regina Célia Dan	Gov. Mun	GR5	GR4	GR3
579	Sandra Regina Alt	Gov. Est.	GR2	GR5	GR1
575	Shirley Miqueline Alves	Gov. Mun	GR1	GR5	GR2
571	Siheia Elizabeth C. Morales	Soc. Civil	GR4	GR1	GR3
588	Simone de Medeiros Façanha	Gov. Mun	GR3	GR4	GR2
582	Sonia Souza Sanches	Soc. Civil	GR4	GR5	GR2
589	Tereza Dutra	Gov. Mun	GR4	GR1	GR2
592	Valéria Souza	Soc. Civil	GR1	GR3	GR5
564	Viviane Regina S. Albuquerque	Soc. Civil	GR4	-	-
583	Zilda Peixoto	Soc. Civil	GR5	GR3	GR4
591	Zonin Freitas Tetila	Gov. Mun	GR1	GR2	GR3

## PARAÍBA

Q	Nome	Delegada	1ª opção	2ª opção	3ª opção
428	Adneuse Targino Araújo	Soc. Civil	GR5	GR4	GR2
412	Alexleide Soares Mota	Gov. Est.	GR3	-	-

413	Alzené Rodrigues dos Santos	Gov. Est.	GR5	GR1	GR4
410	Ana Claudia S. de Andrade	Gov. Mun	GR4	GR3	GR2
427	Aparecida dos Santos Bezerra	Soc. Civil	GR3	-	-
405	Bernadette de L. C. Medeiros	Gov. Mun	GR5	-	-
439	Crizelma Ferreira da Silva	Soc. Civil	GR5	-	-
404	Ediclê Travassos de Lima	Gov. Mun	GR2	GR3	GR1
448	Edina Guedes Wanderley	Gov. Est.	GR5	GR2	-
407	Elbon Gean A. de Albuquerque	Gov. Mun	GR2	GR1	GR4
403	Erika Pedrina Andrade Eliziario	Gov. Mun	GR3	GR2	GR4
441	Estelizabel Bezerra de Souza	Soc. Civil	GR4	GR5	GR3
426	Gloria de Lourdes Freire Rabay	Soc. Civil	GR4	-	-
424	Iolanda dos Santos Mendonça	Soc. Civil	GR5	-	-
425	Iolanda de Oliveira Monteiro	Soc. Civil	GR1	GR2	GR3
450	Iraê Lucena Nóbrega	Gov. Est.	GR2	GR1	GR4
402	Irismar Batista de Lima	Gov. Mun	GR5	GR3	GR2
401	Irma de Souza C. da Cunha	Gov. Mun	GR4	GR5	GR1
447	Isa Silva de Arroxelas Macedo	Gov. Est.	GR5	-	-
400	Ivoneide Lucena Pereira	Gov. Mun	GR4	GR5	GR3
423	Joana D'arc B. de Araújo Silva	Soc. Civil	GR2	-	-
443	Josefa Costa Martins	Soc. Civil	GR1	GR3	GR5
444	Josefa Elizabeth Paulo Barbosa	Gov. Est.	GR2	-	-
409	Josilda Pereira Freire	Gov. Mun	GR1	GR3	GR5
399	Lêdecler de Oliveira Melo	Gov. Mun	GR2	GR4	GR5
437	Lidia de Moura S. Cronemberger	Soc. Civil	GR4	GR5	GR2
422	Lilian Mirelle Bandeira de Souza	Soc. Civil	GR4	GR5	GR2
421	Liliane de Oliveira	Soc. Civil	GR2	GR5	GR3
406	Lindaci Alves Borges Fonseca	Gov. Mun	GR5	GR2	GR4
420	Luciana Cândido Barbosa	Soc. Civil	GR4	GR2	GR1
397	Maria Aparecida de M. Maciel	Gov. Mun	GR4	GR3	GR1
398	Maria Aparecida Acioli Sampaio	Gov. Mun	GR5	GR3	GR2
418	Maria da Penha Araújo	Soc. Civil	GR5	GR1	GR3
419	Maria Da Guia Limada Costa	Soc. Civil	GR5	GR3	GR2
396	Maria de Fátima dos S. Lélis	Gov. Mun	GR1	GR3	GR5
416	Maria de Lourdes Meira Cabral	Soc. Civil	GR3	GR5	-
414	Maria do Socorro Pinto Gadelha	Soc. Civil	GR2	GR3	GR5
415	Maria do Céu Gomes	Soc. Civil	GR2	GR3	GR4
438	Maria do Socorro Brito Silva	Soc. Civil	GR4	-	-
408	Maria Elizabete da Silva Gomes	Gov. Mun	GR1	GR5	GR2
442	Maria José Alves	Soc. Civil	GR1	GR3	GR5
446	Maria Lauremília A. de Lucena	Gov. Est.	GR3	GR5	GR1
435	Maria Lúcia da Silva	Soc. Civil	GR1	GR5	GR4
436	Maria Lúcia Lopes de Oliveira	Soc. Civil	GR4	GR5	GR1
440	Maria Rosângela da Silva	Soc. Civil	GR1	GR3	GR5
449	Maria Roberta de Melo Meira	Gov. Est.	GR3	GR5	GR1
434	Maria Sandra P. de Marrocos	Soc. Civil	GR2	GR3	GR4

417	Maria Soledade Leite	Soc. Civil	GR3	GR2	GR1
433	Maria Sueldes Alves de Araújo	Soc. Civil	GR2	GR3	GR4
411	Marilda Rodrigues de Macedo	.	GR1	-	-
432	Rociane Trajano da Fonseca	Soc. Civil	GR5	GR4	GR2
395	Rosalva Maria Silva de Andrade	Gov. Mun	GR1	GR3	GR5
394	Silvia Borges de Alcântara Silva	Gov. Mun	GR4	GR1	GR3
431	Sonia Maria de Lima Santos	Soc. Civil	GR5	-	-
430	Valquiria Alencar de Jesus	Soc. Civil	GR2	GR4	GR5
445	Vania Trigueira da Costa Mattos	Gov. Mun	GR4	GR5	GR3
429	Verônica Lourêngo da Silva	Soc. Civil	GR4	GR5	GR2

## PIAUÍ

Q	Nome	Delegada	1ª Opção	2ª Opção	3ª Opção
170	Adriana Marcia de Souza Paz	Soc. Civil	GR3	GR1	GR4
148	Ana Célia de Souza Santos	Gov. Est.	GR5	-	-
144	Ana Lúcia Gonçalves Souza	Gov. Est.	GR2	GR5	-
158	Antonia Souza de Aguiar	Soc. Civil	GR2	GR3	GR5
185	Antonia Amado da Rocha	Gov. Mun	GR5	GR4	GR2
183	Carlota Joaquina de S. Rosel	Gov. Mun	GR2	GR5	-
145	Cleuza Dias da Silva	Gov. Est.	GR5	GR4	GR3
179	Conceição de Maria C. Sales	Soc. Civil	GR4	-	-
169	Daldenia Pinto de S. Araújo	Soc. Civil	GR4	GR3	GR5
180	Elza Maria de Oliveira Alves	Soc. Civil	GR1	-	-
175	Eullilita de Souza Santos	Soc. Civil	GR4	GR5	GR2
155	Francisca C. Cardoso Almendra	Soc. Civil	GR5	-	-
182	Francisca de Souza Costa	Gov. Mun	GR3	-	-
181	Helenita Carvalho Santos	Gov. Mun	GR2	GR3	GR1
184	Isabel Maria Vasconcelos Lisboa	Gov. Mun	GR4	GR2	GR5
152	Ivana Maria da Costa Sales	Gov. Est.	GR2	-	-
176	Joana Pereira da Silva Araújo	Soc. Civil	GR2	GR3	GR5
171	Jojimira Nascimento Rocha	Soc. Civil	GR1	GR2	GR3
165	Leonice Ribeiro da Silva	Soc. Civil	GR3	GR2	GR5
147	Maria Aires Chaves	Gov. Est.	GR4	GR2	GR5
149	Maria Aparecida Alves de Souza	Gov. Est.	GR2	-	-
146	Maria das Graças da Silva	Gov. Est.	GR4	GR5	GR2
157	Maria da Cruz Soares Lira	Soc. Civil	GR1	-	-
159	Maria Deuzimar da Silva Souza	Soc. Civil	GR1	-	-
162	Maria de Fátima F. Nascimento	Soc. Civil	GR1	GR2	-
164	Maria de Jesus Lima dos Santos	Soc. Civil	GR2	-	-
166	Maria de Lourdes da S. Alencar	Soc. Civil	GR1	GR2	GR3
168	Maria de Jesus Pereira Bastos	Gov. Mun	GR2	-	-
173	Maria de Fátima F. C. Pinhão	Soc. Civil	GR1	GR3	GR4
161	Maria Dilma Alves da Silva	Soc. Civil	GR2	GR3	GR5

153	Maria do Rosario Rodrigues	Gov. Est.	GR1	GR3	GR5
172	Maria do Socorro Cruz Barros	Soc. Civil	GR5	-	-
160	Maria Dulce Silva	Soc. Civil	GR4	GR2	GR3
174	Maria Helena Gomes da Silva	Soc. Civil	GR1	GR5	GR3
154	Maria José do Nascimento	Gov. Est.	GR2	GR4	GR5
156	Maria Ribeiro Mendes Ramos	Soc. Civil	GR1	GR2	GR3
177	Marilene Ferraz Tavares	Soc. Civil	GR1	GR3	GR4
178	Natalia de Souza Silva	Soc. Civil	GR1	GR5	GR3
163	Patrícia Amalia Castro Araújo	Soc. Civil	GR1	GR5	GR2
151	Sônia Maria Dias Mendes	Gov. Est.	GR5	GR4	GR2
150	Tatiana Karla Cardoso Neves	Gov. Est.	GR2	GR4	GR5
167	Valcira de Vieira de Maia	Soc. Civil	GR3	GR4	GR5

## RIO DE JANEIRO

Q	Nome	Delegada	1ª opção	2ª opção	3ª opção
344	Adélia Mattos Lima	Soc. Civil	GR4	GR1	GR5
362	Adriana Martins	Soc. Civil	GR4	GR3	GR1
392	Ana Amelia Alves Quintanilha	Gov. Mun	GR1	-	-
356	Ana Maria Bezerra Barbosa	Soc. Civil	GR1	-	-
357	Angela Maria C. T. de Freitas	Soc. Civil	GR4	GR5	GR2
379	Anna Maria M. Scorzellirattes	Gov. Est.	GR3	GR4	GR5
349	Arinlita Ribeiro Caetano	Soc. Civil	GR4	GR2	GR3
340	Cassia de Fátima M. P. Souza	Soc. Civil	GR4	GR3	GR1
373	Ciomara Maria Santos	Gov. Est.	GR2	-	-
337	Clarice dos Santos	Soc. Civil	GR5	GR3	GR2
350	Clatia Regina Vieira	Soc. Civil	GR4	GR5	GR1
347	Claudia Machado da Silva	Soc. Civil	GR4	GR3	GR2
371	Claudia Bonan Jannotti	Soc. Civil	GR3	-	-
596	Cleisemery Campos da Costa	Gov. Mun	GR4	GR5	GR3
327	Conceição M. N. Souza	Soc. Civil	GR4	-	-
381	Creuzely Ferreira da Silva	Gov. Mun	GR5	GR4	GR1
345	Deborah Maria Carriello Erthal	Soc. Civil	GR3	GR4	GR5
393	Delaine Martins Costa	Gov. Est.	GR4	GR1	GR2
391	Denise Mendonça P. da Silva	Gov. Mun	GR5	GR4	GR2
334	Dilma Costa Soares Lemos	Soc. Civil	GR4	GR2	GR5
331	Eliana Medeiros	Gov. Mun	GR3	GR4	GR5
358	Elizabeth Frota Flaschner	Soc. Civil	GR4	GR3	GR5
372	Fabiola Grippa de Palhares	Gov. Mun	GR4	GR5	GR3
377	Felicia de Moraes Soares	Gov. Est.	GR1	-	-
359	Hildete Alves de Medeiros	Soc. Civil	GR4	-	-
365	Iara Amora dos Santos	Soc. Civil	GR4	GR5	GR2
364	Ilma Santos	Soc. Civil	GR5	GR3	GR4
333	Irene Alves de Mello	Soc. Civil	GR3	-	-

351	Isolda Silva de Lima Andrade	Soc. Civil	GR4	GR2	GR3
369	Júlia Paiva Zanetti	Soc. Civil	GR5	GR4	GR2
338	Jurema Pinto Werneck	Soc. Civil	-	-	-
385	Karla Gana da Silva	Gov. Mun	GR2	GR5	GR3
352	Lair de Almeida Santos	Soc. Civil	GR4	-	-
325	Léa Maria de Souza	Soc. Civil	GR2	GR3	GR5
374	Léa Perez Alvarez	Gov. Est.	GR5	-	-
342	Leila Cristina Veiga Tavares	Soc. Civil	GR4	GR1	GR3
346	Leila Regina Silva Soares	Soc. Civil	GR2	GR1	GR5
388	Lucia Maria Ataliba	Gov. Mun	GR2	GR5	GR3
329	Lúcia Maria Xavier de Castro	Soc. Civil	GR1	GR2	GR4
339	Luciene Alcinda de Medeiros	Soc. Civil	GR2	GR3	GR1
389	Mara Lúcia Freire Gomes	Gov. Mun	GR5	GR4	GR1
383	Marcele da Silva Fidelis	Gov. Mun	GR1	GR5	GR3
370	Marcia Helena de Souza	Soc. Civil	GR3	-	-
378	Maria América Carvalho Pires	Gov. Est.	GR4	GR1	GR2
335	Maria das Dores de Jesus	Soc. Civil	GR3	GR1	GR2
343	Maria das Dores B. T. de Souza	Soc. Civil	GR4	GR2	GR1
382	Maria da Conceição C. Dofini	Gov. Mun	GR2	GR3	GR4
332	Maria de Lourdes Silva Dantas	Gov. Mun	GR2	-	-
598	Maria Fernandes de Lima	Soc. Civil	GR1	GR3	GR5
597	Maria Lúcia de Oliveira	Soc. Civil	GR1	-	-
600	Marlene Silva de Miranda	Soc. Civil	GR5	-	-
330	Monica Campista G. Quintão	Soc. Civil	GR2	-	-
384	Monica França de Oliveira	Gov. Mun	GR2	GR4	GR5
353	Neida Santos	Soc. Civil	GR1	-	-
380	Neyla Fialho Piñeiro	Gov. Mun	GR5	GR4	GR3
367	Nilcéia Clara Cardoso	Gov. Mun	GR5	GR2	GR3
387	Nilma Soares Barros	Gov. Mun	GR2	GR3	GR4
386	Norma Suely Gomes dos Santos	Gov. Mun	GR5	-	-
328	Orleide do N. Monteiro Lofiego	Soc. Civil	GR2	GR4	GR1
376	Renata Costa Pompas	Gov. Est.	-	-	-
361	Rita de Cássia Valadão Lopes	Soc. Civil	GR4	-	-
354	Rogéria Ferreira Peixinho	Soc. Civil	GR2	GR4	GR3
348	Rosane Cross	Gov. Mun	GR5	GR3	GR2
336	Rosângela Fernandes de Castro	Soc. Civil	-	-	-
341	Rosângela da Silva Azevedo	Soc. Civil	GR1	GR4	GR5
599	Rosani Richa de Oliveira	Gov. Mun	GR1	GR3	GR5
360	Rosemar de Souza Soares	Soc. Civil	GR5	-	-
326	Rosilene Torquato de Oliveira	Soc. Civil	GR4	-	-
375	Ruth Helena Correa de Santana	Gov. Est.	GR4	GR2	GR1
355	Sandra Fátima Paredes Pinheiro	Soc. Civil	GR4	GR2	GR1
366	Simone Pereira Vitória	Soc. Civil	GR3	-	-
368	Suzete Libanio de Souza Watt	Soc. Civil	GR4	GR3	GR5

390	Tania Mara Mendes da Silva	Gov. Mun	GR3	GR5	GR4
363	Tizuko Shiraiwa	Gov. Est.	GR3	GR2	GR4

## RIO GRANDE DO NORTE

Q	Nome	Delegada	1ª opção	2ª Opção	3ª Opção
57	Antonio Galdino de Souza Neto	Gov. Est.	GR1	-	-
43	Camila Cláudia Alves de Barros	Soc. Civil	GR3	GR4	GR5
42	Camila Maria Carvalho Granja	Soc. Civil	GR5	GR1	-
80	Elbênia Neris da Silva Bento	Gov. Mun	GR2	GR5	GR3
44	Elizabeth Lima da Silva	Soc. Civil	GR5	-	-
65	Elza Dantas Veras	Gov. Mun	GR1	-	-
74	Fabiana Palo G. de Moraes	Soc. Civil	GR1	GR3	GR5
45	Francisca D. G. Freire de França	Soc. Civil	GR5	-	-
70	Francisca Elpidio de Araújo	Soc. Civil	GR4	GR1	GR2
67	Gerlane Bezerra das Neves	Soc. Civil	GR5	-	-
61	Iranilde Oliveira Campos	Gov. Mun	GR4	GR2	GR3
59	Isabel Helena S. Matoso Freire	Gov. Est.	GR2	-	-
68	Ivone Teodoro da Trindade	Gov. Mun	GR1	GR3	GR2
50	Ivonete Oliveira dos Santos	Soc. Civil	GR5	-	-
81	Jaina Danielle da Silva Costa	Gov. Mun	GR3	GR1	GR2
64	Joana Darc Leite	Gov. Mun	GR2	GR1	GR3
69	Larissa Tricia Freitas de Araújo	Soc. Civil	GR3	GR2	GR1
73	Luzia Pereira da Cost	Soc. Civil	GR2	GR3	GR5
51	Maiza Mary Pontes Feitosa	Soc. Civil	GR2	GR1	GR5
56	Maria Amélia de Lima Freire	Gov. Est.	GR2	GR5	GR4
72	Maria da Conceição Dantas	Soc. Civil	GR1	GR3	GR2
75	Maria da Penha da Silva	Soc. Civil	GR5	GR4	GR2
71	Maria Euzimar B. Rego Silva	Soc. Civil	GR5	GR1	-
76	Maria Gorette Gabriel Soares	Soc. Civil	GR4	GR2	GR5
77	Maria Goretti Gomes	Soc. Civil	GR3	GR4	GR2
46	Maria Raimunda da Silva	Soc. Civil	GR2	-	-
47	Maria Rizonete Fernandes	Soc. Civil	GR5	-	-
48	Maria Tereza Freire Costa	Soc. Civil	GR2	-	-
62	Maria Vitória N. Targino	Gov. Mun	GR1	GR2	GR5
55	Marlene Ramalho	Soc. Civil	GR1	-	-
60	Mary Helena de Oliveira Rocha	Gov. Mun	GR2	-	-
63	Nizia Maria Barbosa	Gov. Mun	GR1	GR5	GR3
54	Olga Aguiar de Melo	Soc. Civil	GR1	-	-
58	Rossana R. Pinheiro de Souza	Gov. Est.	GR2	-	-
49	Tarzia Maria de Medeiros	Soc. Civil	GR3	-	-
78	Telma Gurgel	Gov. Mun	GR2	-	-
53	Teresa Cristina da Silva	Soc. Civil	GR5	GR4	GR3
52	Thelma Indmira Caldas Targino	Soc. Civil	GR2	-	-
66	Veralucia Raposo da Fonseca	Gov. Mun	-	-	-

79	Verônica Alcantara dos Santos	Gov. Mun	GR3	-	-
----	-------------------------------	----------	-----	---	---

## RIO GRANDE DO SUL

Q	Nome	Delegada	1ª Opção	2ª Opção	3ª Opção
234	Adriana Trautmann	Soc. Civil	GR2	GR5	GR4
274	Adriana Farias Perdomo	Soc. Civil	GR5	GR3	GR2
246	Ana Elusa Sperb Rech	Soc. Civil	GR5	-	-
299	Ana Maria Corso	Gov. Mun	GR4	GR2	GR5
322	Anair Zanozo	Soc. Civil	GR2	GR1	GR4
262	Andréia Letícia Campos	Gov. Mun	GR2	GR1	GR4
307	Angela Beatris Lazzari	Gov. Mun	GR5	GR2	GR1
248	Angela Cristina L. Bica Machado	Soc. Civil	GR2	GR3	GR5
303	Angela Cristina Kravczyk	Gov. Est.	GR3	GR4	GR5
269	Angela Dutra Togh	Soc. Civil	GR2	GR1	GR4
255	Angela Pereira	Gov. Mun	GR2	GR4	GR5
232	Beatriz Fernandes Carvalho Ritter	Soc. Civil	GR2	GR5	GR4
290	Beloni Turcatto	Soc. Civil	GR2	GR1	GR3
306	Carmen Luiza Garcia dos Santos	Gov. Mun	GR5	GR2	GR1
298	Cilma Aefaro Bitencourt	Gov. Mun	GR2	-	-
247	Cíntia Jorge da Silva	Soc. Civil	GR5	-	-
265	Claudete Silva de Oliveira	Soc. Civil	GR5	GR3	GR4
277	Claudia Quadros da Silva	Soc. Civil	GR5	GR3	GR4
324	Claudia Prates	Soc. Civil	GR4	-	-
295	Déa Dornelles Scholz	Gov. Mun	GR2	GR5	GR4
240	Dejanira Chagas Bernardo	Soc. Civil	GR1	GR3	GR4
257	Dina Marilu Machado Almeida	Gov. Mun	GR2	GR4	GR5
282	Dione Sperotto	Gov. Mun	GR5	GR2	GR1
316	Elaine Maria Amres	Soc. Civil	GR5	-	-
251	Eliana Costa Xavier	Soc. Civil	GR5	GR1	GR3
223	Eliane Teresinha de S. Silveira	Soc. Civil	GR5	-	-
272	Elizabeth Valdez da Silva	Soc. Civil	GR3	GR1	GR2
225	Eni Viegues Colling	Soc. Civil	GR5	GR1	GR2
314	Estela dos Santos Rodrigues	Soc. Civil	GR2	-	-
305	Estela Mari Kurschner Vilanova	Gov. Mun	GR2	GR5	GR4
221	Eunice de Siqueira Flores	Soc. Civil	GR2	GR1	GR4
243	Fabiana Fortunatto	Soc. Civil	GR1	GR3	GR4
226	Fátima Beatriz da Silva Maria	Soc. Civil	GR2	-	-
267	Giane Vargas Escobar	Soc. Civil	GR5	GR1	GR3
320	Gislaine Pinto Dutra	Soc. Civil	-	-	-
222	Iara de Fátima Bueno da Costa	Soc. Civil	GR4	GR2	GR3
289	Iara Maria dos Santos Lopes	Gov. Est.	GR5	GR4	GR3
252	Idalina Cobalchini	Soc. Civil	GR3	-	-

276	Iliete Aparecida Cittadin	Soc. Civil	GR4	-	-
233	Janisse Terezinha Z. Cittadin	Soc. Civil	GR2	GR5	GR4
249	Josiani Arruda Salinas	Soc. Civil	GR2	GR1	GR4
288	Jussara Constança S. Del.Pol	Gov. Est.	GR2	GR3	GR4
301	Jussara Rosa Cony	Gov. Est.	GR4	GR3	GR2
270	Leda Marisa da Silva dos Santos	Soc. Civil	GR2	GR1	GR5
284	Leila Marta Antonio	Gov. Mun	GR5	GR4	GR3
238	Leocádia Jung	Gov. Est.	GR1	GR2	GR3
224	Letícia Lemos da Silva	Soc. Civil	GR4	-	-
278	Lígia Helena Krás Ricardo	Soc. Civil	GR5	GR4	GR3
291	Lilian Maria Kohlrvsch	Gov. Mun	GR5	GR2	GR4
296	Loraci Maria Birk	Gov. Mun	GR4	GR5	GR1
318	Magda B. Silva	Soc. Civil	GR4	GR2	-
275	Maisa Aparecida M. Pellegrini	Soc. Civil	GR4	GR2	GR3
308	Mara Sandra G. Araújo	Gov. Mun	GR1	GR2	GR4
285	Marcia Herbertz	Gov. Mun	GR1	GR5	GR3
242	Marcia Regina M. Sparemberger	Soc. Civil	GR1	GR3	GR2
279	Margarethe Rose Aguiar	Gov. Mun	GR3	GR1	GR2
245	Marí dos Santos Ptery	Soc. Civil	GR3	GR2	GR1
260	Maria Aparecida D'A. Medeiros	Gov. Mun	GR5	-	-
258	Maria Cleonira Ramos Barros	Gov. Mun	GR5	-	-
315	Maria Conceição L. Fontoura	Soc. Civil	GR4	-	-
235	Maria de Lourdes P. de Oliveira	Soc. Civil	GR2	-	-
241	Maria de Fátima Kobielski	Soc. Civil	GR5	GR3	GR2
313	Maria Elizete da Silva	Soc. Civil	GR2	GR1	GR3
287	Maria Helena Satoli	Gov. Est.	GR5	GR3	GR2
283	Maria Isabel Gonçalves	Gov. Mun	GR2	GR3	GR4
311	Maria Juania Oliveira	Gov. Mun	GR5	GR4	GR1
229	Maria Luzia Feltes	Soc. Civil	GR1	GR5	GR3
239	Maria Odete Bento	Soc. Civil	GR4	GR2	GR5
256	Maristela Maffei	Gov. Mun	GR1	GR2	GR5
261	Marlene Jacinta Anshav	Gov. Mun	GR4	GR5	GR3
264	Marli Cristina Marques	Soc. Civil	GR5	GR1	GR3
304	Miguelina Paiva Vecchio	Soc. Civil	GR2	GR5	GR3
231	Miriam Barbosa	Soc. Civil	GR1	-	-
281	Misiara Oliveira	Gov. Mun	GR2	GR4	GR5
309	Nádia N. La Bella	Gov. Mun	GR5	-	-
280	Nara Cirlene Har Rubim	Gov. Mun	GR2	GR4	GR5
227	Nelci Dias da Silva	Soc. Civil	GR1	-	-
310	Nelsi Lourdes Bachi	Gov. Mun	GR3	GR2	GR5
230	Neusa Borges	Soc. Civil	GR1	GR3	GR4
237	Patrícia Pavoni	.	GR3	GR2	GR4
250	Poppy Brunini Pereira Nuñez	Soc. Civil	GR1	GR5	GR4
312	Regina Ceres F. Villanova	Gov. Mun	GR3	GR1	GR2



292	Rejane Muniz de Oliveira	Gov. Mun	GR2	-	-
228	Renata Boner Kieling	Soc. Civil	GR2	GR1	GR4
271	Rosa Maria Rios Garcia	Soc. Civil	GR3	GR1	GR2
317	Rosângela Pizzatto	Soc. Civil	GR2	GR5	GR3
273	Roseli de Borba Ortiz	Soc. Civil	GR5	GR4	GR2
323	Rosemari de Castilho	Soc. Civil	GR5	-	-
294	Rosiane Oliveira	Gov. Mun	GR4	-	-
253	Salette Beatriz Roskowski	Soc. Civil	GR2	GR3	GR5
286	Sandra Denise de M. Sperotto	Gov. Est.	GR3	-	-
266	Silesia da Silva	Soc. Civil	GR2	-	-
244	Silvana Brazeiro Conti	Soc. Civil	GR4	GR2	GR5
319	Silvana Caetana	Soc. Civil	GR2	GR1	GR5
236	Soraya Leal Salomão	Soc. Civil	GR4	GR2	GR5
302	Susana Castilho de Freitas	Gov. Est.	GR5	GR4	GR2
293	Sylvia Severo	Gov. Mun	GR2	-	-
254	Tânia Clecy Pfeifer Biacchi	Soc. Civil	GR5	-	-
259	Tânia Maria Sanches Minsky	Gov. Mun	GR5	-	-
268	Tereza Raquel de Oliveira	Soc. Civil	GR1	GR2	GR3
300	Vânia Damin	Gov. Mun	GR1	GR2	GR5
321	Venina dos Santos Morais	Soc. Civil	GR1	GR5	GR2
297	Vera Lucia Monales Goulart	Gov. Mun	GR2	GR1	GR5
263	Vera Solange F. B. Bordignon	Soc. Civil	GR5	GR3	GR4

## SANTA CATARINA

Q	Nome	Delegada	1ª opção	2ª opção	3ª opção
612	Albertina M. dos S. Deschamps	Gov. Mun	GR4	-	-
627	Alcenira Vanderlinde	Soc. Civil	GR4	GR5	GR1
655	Ana Maria Soracheski	Soc. Civil	GR1	GR2	GR3
633	Anadir Moreira Sperandio	Soc. Civil	GR1	GR2	GR3
635	Andréa Maria da Silva	Gov. Mun	GR5	GR4	GR3
640	Andréia Nunes Nunes	Gov. Mun	GR1	-	-
663	Angela Patrícia Barcelos	Soc. Civil	GR1	GR3	GR5
649	Arlete Carmenalti Zago	Soc. Civil	GR1	-	-
645	Astéria Dos Santos Collete	Soc. Civil	GR3	GR2	GR1
628	Carmem Lúcia Luiz	Soc. Civil	GR4	GR2	GR3
656	Caroline Jacobsen Santos	Soc. Civil	GR1	GR3	GR5
623	Cellina Mislene Freitas Adão	Soc. Civil	GR2	GR3	GR1
642	Clarinda Wersdorfer	Soc. Civil	GR1	GR2	GR4
648	Clarinda da Luz Durigon	Soc. Civil	GR5	GR3	GR4
616	Cleudete	Gov. Mun	GR2	GR1	GR5
652	Eliane Aparecida Martins	Soc. Civil	GR5	GR4	GR3
606	Eliane Medeiros Corrêa	Soc. Civil	GR1	-	-

631	Eliene Custódio Martins	Soc. Civil	GR2	GR3	GR4
605	Erinéria Mendes Massigman	Soc. Civil	GR3	GR2	GR1
629	Fátima Regina Martins Siebers	Gov. Mun	GR1	GR2	GR3
618	Gelci Terezinha de Souza Deon	Gov. Mun	GR1	GR4	GR5
622	Iolanda Pereira Savi	Gov. Mun	GR1	GR2	GR5
615	Iolete de Jesus	Gov. Est.	GR4	GR3	GR2
610	Ivone de Sau	Soc. Civil	GR1	GR2	GR3
634	Jaqueline Woloki	Gov. Mun	GR2	GR4	GR3
617	Juliana Kusnier	Gov. Mun	GR1	GR3	GR5
603	Jussara Pereira da Lima	Convid.	GR5	GR4	GR1
625	Jussara Silva	Gov. Est.	GR4	GR3	GR2
654	Kelly Pereira da Cunha	Soc. Civil	GR1	GR2	GR4
626	Luz Marina Stradiotto Ateckert	Gov. Est.	GR4	GR3	GR2
646	Márcia	Soc. Civil	GR2	GR5	GR3
636	Márcia Maria	Gov. Mun	GR1	-	-
630	Maria Aparecida A. Caprestano	Soc. Civil	GR2	GR4	GR5
607	Maria Arlene Pagani	Gov. Est.	GR2	-	-
621	Maria Elizabeth G. Pizzollo	Soc. Civil	GR2	GR3	GR4
632	Maria Ermandina Cardoso	Soc. Civil	GR3	GR4	GR5
608	Maria Freitas da Rosa	Gov. Est.	GR2	GR3	GR4
650	Maria Luzia Aparicio Stainsack	Soc. Civil	GR3	GR4	GR5
609	Maria Madalena Ferreira João	Soc. Civil	GR4	GR2	GR1
657	Maria Roseli Benting	Soc. Civil	GR5	GR2	GR3
641	Marli Goretti Kammers Bizatto	Gov. Mun	GR5	-	-
601	Marta Hammerschmitt Fireger	Soc. Civil	GR1	GR3	GR5
639	Merci Maria hostin Werner	Soc. Civil	GR1	GR3	GR5
651	Mirian Fátima Bodaneze Kuhn	Soc. Civil	GR4	-	-
661	Myrian Aldano Vargas Santin	Soc. Civil	GR4	GR2	GR3
637	Nailma S. Formento	Gov. Mun	GR5	GR4	GR3
660	Neusa Frasson Ferreto	Soc. Civil	GR3	GR4	GR1
604	Oriana Bortolon	Gov. Mun	GR4	GR2	GR3
613	Paula Carvalho	Soc. Civil	GR5	GR2	GR3
624	Rita de Cassia da Silva	Gov. Mun	GR1	GR2	GR5
658	Rita de Cássia Vieira	Soc. Civil	GR5	-	-
620	Rita Janaine M. de Quadros	Soc. Civil	GR1	GR3	GR5
611	Rosane Sasse Gieburowski	Soc. Civil	GR3	GR2	GR1
662	Ruth Carmem Boettcher	Soc. Civil	GR2	GR5	GR3
638	Salette Duarte de Oliveira	Gov. Est.	GR1	GR4	GR5
643	Salette Rossi	Soc. Civil	GR2	-	-
659	Sandria Sachiestel	Soc. Civil	GR1	GR2	GR4
602	Suzana Teie Xomkei	Convid.	-	-	-
614	Tânia Ines Slongo	Soc. Civil	GR1	GR2	GR4
647	Valdete Oltrameri Menegais	Soc. Civil	GR1	GR2	GR3
653	Valentina Maria da Silva	Soc. Civil	GR5	-	-

644	Vanda de O. Gomes Pinedo	Soc. Civil	GR1	GR5	GR4
619	Vânia Maria R. de Souza	Gov. Mun	GR2	GR4	GR3

## SERGIPE

Q	Nome	Delegada	1ª opção	2ª opção	3ª opção
494	Adriana Maria dos Santos	Soc. Civil	GR4	GR5	GR2
522	Adriane Oliveira Souza Andrade	Gov. Mun	GR2	-	-
520	Alda Siomara Silva Macedo	Gov. Mun	GR2	-	-
524	Ana Maria Moura	Gov. Mun	GR2	GR3	GR4
519	Ana Paula Santos de Souza	Soc. Civil	GR5	GR1	GR2
517	Andresa	Gov. Mun	GR2	-	-
499	Creuza Francisca do Nascimento	Soc. Civil	GR5	GR1	GR3
503	eliana Santana Paes Barreto	Soc. Civil	GR1	GR5	-
512	Eunice de Andrade Santos	Soc. Civil	GR5	GR3	GR2
530	Fabiana Rovha de Oliveira	.	-	-	-
509	Flaviane Batista Santos	Soc. Civil	GR2	-	-
526	Georlize Oliveira Costa Teles	Gov. Est.	GR2	GR4	GR5
504	Gilmara Adreane Cordeiro Lima	Soc. Civil	GR4	GR3	GR2
493	Jael Patrício de Lima Santos	Soc. Civil	GR2	GR4	GR5
511	Josefa Zélia Andrade de Oliveira	Soc. Civil	GR3	-	-
491	Lígia Maria Borges de Jesus	Soc. Civil	GR2	GR5	-
525	Lucenilde Rodrigues Santos	.	GR5	GR3	GR2
505	Maartje Backx	Soc. Civil	GR4	GR5	GR3
521	Maria Angélica de Jesus	Gov. Mun	GR3	GR1	GR2
498	Maria Aparecida S. SantAna	Soc. Civil	GR3	GR1	GR4
502	Maria Auxiliadora de Jesus Silva	Soc. Civil	GR1	GR2	GR4
531	Maria Cláudia de F. Rodrigues	Gov. Mun	GR1	GR3	GR2
518	Maria da Conceição B. Alves	Gov. Mun	GR3	GR5	GR4
492	Maria Geilma da Conceição	Soc. Civil	GR5	GR3	GR2
513	Maria Givanete de Moraes	Soc. Civil	GR3	GR2	GR5
495	Maria Isabel Lima Cangirana	Soc. Civil	GR2	-	-
496	Maria Isabel Nunes dos Santos	Soc. Civil	GR5	GR2	GR3
497	Maria Lúcia Santos de Moura	Soc. Civil	GR5	GR1	GR2
529	Maria Lúcia Cacto Maia	Gov. Est.	GR4	-	-
506	Maria Margarida de J. Santos	Soc. Civil	GR3	GR2	GR5
501	Maria Rita dos Santos	Soc. Civil	GR2	-	-
487	Maria Valdelice de Jesus	Gov. Mun	GR2	GR5	-
528	Marieta Oliveira Falcão	Gov. Est.	GR1	GR3	GR2
515	Marineide Rocha Santos	Soc. Civil	GR2	GR3	GR5
500	Marlene Nascimento da Silva	Soc. Civil	GR3	GR4	GR2
508	Marta Regina G. Correia Amaral	Soc. Civil	GR1	GR5	GR3
523	Regina Helena de Oliveira Costa	Gov. Mun	GR3	-	-
510	Renata Maria de Moura Braz	Soc. Civil	GR5	GR4	GR2

488	Rosângela H. de Oliveira Santos	Soc. Civil	GR5	GR4	GR2
489	Rosângela H. de Oliveira Santos	Soc. Civil	GR5	GR4	GR2
514	Sueli Maria de Fátima Santos	Soc. Civil	GR1	GR3	-
490	Vera Lúcia Tavares Farias	Soc. Civil	GR3	GR2	-
527	Vera Lúcia Silva Cardoso	Gov. Est.	GR1	GR3	GR5
507	Víncia Alves dos Santos	Soc. Civil	GR2	GR5	-
516	Zenaide da Silva Sandres	Gov. Mun	GR4	-	-

## TOCANTINS

Q	Nome	Delegada	1ª Opção	2ª Opção	3ª Opção
538	Adriana Carvalho Lopes	Soc. Civil	GR5	GR4	GR2
539	Ana Maria Bittencourt Viana	Soc. Civil	GR1	GR4	GR5
545	Ana Michele Soares Milhomens	Gov. Mun	GR5	GR2	GR3
556	Bernadete Aparecida Ferreira	Soc. Civil	GR2	-	-
546	Iraci Vierira Fernandes	Gov. Mun	GR2	GR3	GR5
558	Janete Borges Rebouças	.	GR1	GR2	GR3
547	Jonelize Moraes da Silva	Soc. Civil	GR2	GR3	GR1
541	Julane Marise Gomes da Silva	Gov. Mun	GR2	-	-
536	katia Chaves Gallieta	Gov. Est.	GR4	GR2	GR3
551	Leila Alves da Costa Monteiro	Gov. Mun	GR2	GR4	GR3
553	Márcia Machado de Oliveira	Gov. Mun	GR5	-	-
543	Maria Anita Oliveira	Gov. Mun	GR5	GR3	GR1
534	Maria Aparecida Gomes da Silva	Soc. Civil	GR2	-	-
542	Maria da Paz O. R. de Almeida	.	GR3	GR1	GR5
544	Maria de Fátima de Macena	Soc. Civil	GR3	-	-
550	Maria de Lourdes Vilela	Gov. Est.	GR4	GR2	GR5
559	Maria de Fátima Carmo Coelho	Gov. Est.	GR1	-	-
561	Maria de Fátima S. de Macedo	Gov. Mun	GR1	-	-
540	Maria Gesiba Rocha	Soc. Civil	GR1	-	-
549	Maria Veroni Martins	Soc. Civil	GR4	-	-
562	Marly Milhomens de Freitas	Soc. Civil	GR3	-	-
548	Moema Neri Ferreira Nunes	Soc. Civil	GR5	-	-
554	Nábia Praz da Feitosa	Gov. Mun	GR3	GR4	GR1
557	Patrícia Carvalho dos Santos	Soc. Civil	GR2	GR1	GR5
560	Rita de Cássia Santos Andrade	Soc. Civil	GR3	GR4	GR1
555	Rosa Odete da Costa	Soc. Civil	GR3	GR5	GR1
535	Salette Oliveira de Castro	Soc. Civil	GR4	-	-
532	Susana Araujo Barros	Gov. Est.	GR5	GR2	GR3
533	Suyanne Lanusse Reis Arruda	Gov. Mun	GR2	GR4	GR5
552	Vanda Maria T. M. Murilo	Soc. Civil	GR1	-	-
537	Zelaides Santos Gandra	Soc. Civil	GR1	GR3	GR2

**GOVERNO FEDERAL**

Q	Nome	Delegada	1ª opção	2ª opção	3ª opção
788	Adriane Lobo Costa	GR3	GR5	GR1	SEAP/PR assistente
771	Alfredo Manevy	GR5	-	-	MinC assessor
719	Ana G. F. Sambiasi	GR4	GR3	GR2	MS assessora
714	Ana Maria C. Lipke	GR4	GR3	GR2	MS diretora
767	Ana M. A. B. Villalba	GR2	-	-	MinC FCT 01
768	Ana A. Nascimento	GR5	GR1	GR2	MinC técnica
804	Ana Setubal V Santos	GR2	GR3	GR1	SPM/PR técnica
781	Andrea F. de Almeida	GR5	GR3	GR4	MCT assessora
786	Andréa L. Fonseca	GR2	GR4	GR3	SEAP/PR of. gab
776	Andréia C. R. Silva	GR5	GR3	GR4	MCT secretária
787	Andréia de M. Kafuri	GR1	GR5	GR2	SEAP/PR coorden.
737	Ane R. T. da Cruz	GR3	GR1	GR2	SPM/PR gerente
742	Angela M. L. Gouveia	GR4	GR5	GR3	MI assessor
801	Angela M. M. Fontes	GR1	-	-	SPM/PR subsecret.
809	Aparecida Gonçalves	GR2	GR4	GR1	SPM/PR diretora
798	Arlene C. dos Santos	GR1	GR5	GR2	SPM/PR assistente
720	Berardo A. Nunan	GR3	GR2	GR1	MS consultor
738	Carla dos S. M. Paes	GR4	GR2	GR1	MCT assistente
713	Carolina M. Pinheiro	GR5	-	-	
734	Clara A. Evangelista	GR1	GR4	GR3	MDA especial.
730	Daphne Rattner	GR2	GR3	GR4	MS técnica
751	Dirce M. P. Ferreira	GR1	GR5	GR3	MDA assessora
800	Dirce M. Groz	GR1	GR5	GR3	SPM/PR gerente
778	Edna R.S. Hogemann	GR4	-	-	MCT chefe
735	Emma C. Siliprandi	GR1	GR3	GR4	MDA coorden.
736	Érika F. C. Ferreira	GR1	-	-	MDA assessora
766	Flávia G. de Galiza	GR5	GR2	GR4	MinC técnica
744	Francisca R. F. Silva	GR1	GR3	GR4	MDA assessora
783	Gabryelle L. Patriota	GR5	GR4	GR3	MCT assessora
746	Gláucia C. Messias	GR1	GR2	GR5	MDA assessora
799	Ione Pereira França	GR3	GR5	GR2	SPM/PR assessora
752	Iracema F. de Moura	GR1	-	-	MDA
805	Iracema Bôvo	GR2	GR3	GR1	
774	Isa C. Campos Lyra	GR4	GR3	GR1	assistente
729	Isa M. B. Queiroz	GR3	GR4	GR1	MS ass.essora
775	Ivonicé Aires Campos	GR3	-	-	MCT assessora
765	Jacqueline Leite Paz	GR1	GR5	GR4	
745	Janilce M. Silva Aneli	GR1	GR3	GR5	MDA gestora
725	Juliana V. R. Ramos	GR4	GR1	GR3	MI assessora
762	Juliana V. R. Ramos	GR4	GR1	GR3	MI assessora
716	Karime da F. Pôrto	GR1	GR4	GR5	MS assessora
726	Katia Souto	GR4	GR1	GR5	MS consultora
747	Kelma C. Santos Cruz	GR1	-	-	MDA

723	Leila M. Valois Durso	-	-	-	MS técnica
722	Leila R. Paiva Souza	GR4	GR2	-	
741	Leila R. Paiva Souza	GR4	GR2	-	
789	Leinad A. de Oliveira	GR3	GR1	GR5	SEAP/PR assessora
796	Letícia K. Mendonça	GR1	GR4	GR3	MDA coorden.
793	Lígia Puntar Roseira	GR5	GR1	GR3	MF coorden.
764	Lourdes Marcondes	GR5	GR3	GR4	SPM/PR assessora
782	Luiza R. de Souza	GR3	GR5	GR1	MCT auxiliar
807	Luzeni Rêgo	GR4	GR2	GR5	MDIC analista
756	Marcia B. Resende	GR2	GR3	GR5	MDIC ag.e adm.
732	Marcia C. V. Lucas	GR3	GR4	GR1	MS técnica
748	Marcia M. Resende	GR3	GR1	GR4	MDA assessora
779	Mari E.T. Machado	GR5	-	-	MCT chefe gab
711	Maria A.S. Beneridos	GR3	GR4	GR5	MS técnica
806	Maria Célia Bagatini	-	-	-	
727	Maria C. F. Ferreira	GR4	GR2	GR3	MS coorden.
718	Maria G. Luderitz	GR1	GR3	GR4	MS consultora
743	Maria N. R. Araújo	GR2	GR4	GR1	
759	Maria L. R. Soares	GR4	GR2	GR1	MDIC
777	Maria F. L. Rodrigues	GR5	GR4	GR3	MCT assessora
810	Maria E. Pereira	GR4	GR5	GR1	SPM/PR gerente
770	Maria E. N. Santos	GR5	GR1	GR4	MinC gerente
785	Maria F. da Cunha	GR4	GR1	GR2	SCP/PAI /PR assessora
772	Maria H. T. B. Castro	GR2	GR1	GR4	MT assessora
724	Maria José Monteiro	GR1	GR3	GR5	MI assessora
763	Maria José Monteiro	GR2	GR3	GR5	MI assessora
802	Maria L. S. Rocha	GR4	GR1	GR3	gerente
717	Maria M. B. L. Britto	GR1	GR2	GR3	MS consultora
754	Maria R. Nagy	GR3	GR5	GR2	MDA consultora
731	Maria V. B. Almeida	GR3	GR2	GR4	MS consultora
780	Mariângela Figueiredo	GR1	GR3	-	MDA assessora
755	Marileda Garcia	GR5	GR4	GR2	
758	Marilene S. Romariz	GR2	GR4	GR3	MDIC chefe
797	Marlise Fernades	GR4	GR3	GR1	SPM/PR subsecret.
794	Marta Guimarães	GR1	GR3	GR5	MCT assistente
760	Maurício T. Costa	GR1	GR3	GR5	MDIC assessor
753	Mônica V. Kuttlmann	GR2	-	-	assessora
769	Morgana T. Almeida	GR5	GR3	GR4	MinC assessora
795	Myriam de Souza	GR2	GR4	GR5	MJ assessora
773	Natalia Gedanken	GR5	GR1	GR2	MCT assessora
712	Paula M. B. Santana	GR5	GR4	GR1	MF procurad.
728	Regina Coezi Viola	GR3	-	-	MS técnica
808	Regina Adami Santos	GR1	GR2	GR3	SPM/PR assessora
792	Regina Mano Castro	GR5	GR1	GR3	MF assessora
749	Renata L. M. Jesus	GR1	GR4	GR3	MDA assessora

740	Rita Andréa	GR2	-	-	MJ	
733	Rosane Monteiro	GR2	-	-	MS	consultora
761	Sandro Meira Ricci	GR1	GR3	GR5	MDIC	
790	Soila B. de Souza	GR1	GR3	GR5	SEAP/PR	assessora
784	Sonia D. Travassos	GR4	-	-	MCT	assessora
811	Sonia M. Miguel	GR4	GR5	GR2	SPM/PR	diretora
739	Suely de Oliveira	GR4	-	-	SPM/PR	subsecret.
757	Tânia F. Correia	GR1	GR2	GR5	MDIC	assessora
750	Tatiana Daudt	GR1	GR3	GR4	MDA	assessora
803	Teresa N. Souza	GR4	GR3	GR1	SPM/PR	assessora
715	Teresa Passarella	GR5	GR4	GR3	MS	consultora
791	Valéria Macêdo	GR1	GR3	GR4	MF	ag. adm.
721	Vaneide Cachoeira	GR3	GR5	GR1	MS	assessora

### Governo Federal - siglas dos Ministérios e Secretarias Especiais

MCT – Ministério das Minas e Tecnologia  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDIC – Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior  
MF – Ministério da Fazenda  
MI – Ministério da Integração Nacional  
MinC – Ministério da Cultura  
MS – Ministério da Saúde  
MT – Ministério dos Transportes  
SCPAl /PR – Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República  
SEAP/ PR – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República  
SPM/PR – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

## Anexo D



Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - PR  
**I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**  
15, 16 e 17 de julho de 2004 - Clube do Exército, Brasília/DF

### Ficha de Pré-credenciamento das(os) Delegadas(os) (preencher com letra de forma)

Favor entregar a ficha de pré-credenciamento até o dia 25 de junho, sexta-feira, diretamente para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM

por e-mail:  
[conferenciamulheres@spmulheres.gov.br](mailto:conferenciamulheres@spmulheres.gov.br)

via correios:  
Esplanada dos Ministérios, Bl. L, sl. 200 – Ed. Sede – cep: 70047-900 – Brasília – DF

Estado: \_\_\_\_\_

Delegada (o):  
 Governo Estadual  
 Governo Municipal  
 Sociedade Civil

Nome completo: \_\_\_\_\_

Carteira de identidade: \_\_\_\_\_ Órgão expedidor: \_\_\_\_\_

Endereço:  
Rua/Av./Estrada/Outros: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Cep: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_

Telefones: ( ) \_\_\_\_\_ ( ) \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

É portador(a) de alguma necessidade especial: ( ) sim ( ) não

Qual: \_\_\_\_\_

**Escolha o grupo de trabalho em que deseja participar, enumerando de um a três por ordem de preferência:**

- ( ) Pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e a terra.
- ( ) Violência contra a mulher: prevenção, assistência, combate e políticas de Segurança.
- ( ) Bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infraestrutura, equipamentos sociais, recursos naturais.
- ( ) Direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos.
- ( ) Políticas de educação, cultura, comunicação e produção do conhecimento para a igualdade.

**OBS.:**

Importante para organização da infra-estrutura.

É mãe com filho(a) em fase de amamentação? Sim  Não

Caso necessite trazê-lo (a) favor contatar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no telefone 61 2104 9364.

Assinatura da(o) Delegada(o): \_\_\_\_\_

**Pesquisa do perfil das(os) participantes**

1) **Sexo:** Feminino  Masculino

2) **Estado Civil:**  Casada(o)  
 Desquitada(o) ou divorciada(o)  
 Separada(o)  
 Solteira(o)  
 Viúva(o)  
 Vive junto

3) **Idade:** \_\_\_\_\_ anos

4) **Quantidade de filhos:** \_\_\_\_\_

5) **Cor ou Raça / Etnia:**  Amarela  
 Branca  
 Indígena  
 Parda  
 Preta  
 Cigana

6) **Responsabilidade familiar:**  Chefe de família  
 Co-responsável  
 Dependente  
 Independente (mora só)

7) Grau de instrução:

- Sem instrução
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Superior
- Pós- Graduação

8) Atuação política:

- Autônoma
- Movimentos Sociais
- ONGs – Organizações não governamentais
- Organismos governamentais
- Partidos Políticos
- Universidades
- Outros: \_\_\_\_\_

9) Entre os tipos de organização, da qual participa:

- Domésticas
- Juventude
- Lésbicas
- Gay
- Movimento feminista
- Movimento popular
- Movimento sindical
- Mulheres Negras
- Mulheres indígenas
- Mulheres rurais
- Parteiras
- Pessoas deficientes
- Terceira Idade
- Outro: Qual? \_\_\_\_\_

10) Trabalha?

- Sim
- Não
- Trabalho formal
- Trabalho informal

11) Profissão ou ramo de trabalho:

---

(ex.: empregada doméstica, professora, médica, diarista, artesã, trabalhadora rural, etc...)

12) Qual seu rendimento:

- Menos de um salário mínimo
- De um até três salários mínimos
- De três até cinco salários mínimos
- De cinco até dez salários mínimos
- Mais de dez salários mínimos

## ANEXO III

### Categorização das respostas às perguntas 79 e 80

#### Processo da Conferência Nacional Ele foi democrático? Por quê?

#### — Categorização das justificativas do SIM —

N.º Q	Sim	Não souberam responder e / ou não justificaram	Categoris
19	1. sim		
20	2. sim		
30	3. sim		
33	4. sim		
35	5. sim		
36	6. sim		
46	7. sim		
52	8. sim		
62	9. sim		
67	10. sim		
75	11. sim		
76	12. sim		
89	13. sim		
92	14. sim		
93	15. sim		
103	16. sim		
107	17. sim		
110	18. sim		
111	19. sim		
127	20. sim		
138	21. sim		
142	22. sim		
147	23. sim		
162	24. sim		
168	25. sim		

171	26. sim		
174	27. sim		
182	28. sim		
186	29. sim		
197	30. sim		
200	31. sim		
209	32. sim		
211	33. sim		
219	34. sim		
222	35. sim		
226	36. sim		
227	37. sim		
232	38. sim		
239	39. sim		
241	40. sim		
242	41. sim		
243	42. sim		
246	43. sim		
261	44. sim		
273	45. sim		
275	46. sim		
286	47. sim		
289	48. sim		
297	49. sim		
307	50. sim		
318	51. sim		
329	52. sim		
331	53. sim		
338	54. sim		
340	55. sim		
354	56. sim		
364	57. sim		
387	58. sim		
389	59. sim		
400	60. sim		
401	61. sim		
403	62. sim		
411	63. sim		

413	64. sim	
415	65. sim	
421	66. sim	
430	67. sim	
432	68. sim	
446	69. sim	
450	70. sim	
457	71. sim	
458	72. sim	
461	73. sim	
469	74. sim	
473	75. sim	
479	76. sim	
482	77. sim	
483	78. sim	
485	79. sim	
494	80. sim	
500	81. sim	
503	82. sim	
505	83. sim	
509	84. sim	
512	85. sim	
520	86. sim	
523	87. sim	
524	88. sim	
532	89. sim	
534	90. sim	
536	91. sim	
541	92. sim	
548	93. sim	
551	94. sim	
555	95. sim	
558	96. sim	
560	97. sim	
570	98. sim	
582	99. sim	
589	100. sim	
605	101. sim	

614	102. sim	
616	103. sim	
619	104. sim	
622	105. sim	
626	106. sim	
628	107. sim	
629	108. sim	
637	109. sim	
641	110. sim	
644	111. sim	
653	112. sim	
661	113. sim	
662	114. sim	
669	115. sim	
672	116. sim	
674	117. sim	
683	118. sim	
694	119. sim	
695	120. sim	
711	121. sim	
715	122. sim	
720	123. sim	
721	124. sim	
722	125. sim	
726	126. sim	
730	127. sim	
750	128. sim	
753	129. sim	
760	130. sim	
764	131. sim	
769	132. sim	
774	133. sim	
775	134. sim	
779	135. sim	
793	136. sim	
797	137. sim	
808	138. sim	
810	139. sim	



812	140. sim		
834	141. sim		
841	142. sim		
849	143. sim		
854	144. sim		
856	145. sim		
864	146. sim		
866	147. sim		
868	148. sim		
874	149. sim		
875	150. sim		
878	151. sim		
882	152. sim		
884	153. sim		
55	154. sim	sem questionamento	
172	155. sim	bastante a começar pelo local " clube do exército"	
199	156. sim	mais ou menos	
213	157. sim	muito bem	
231	158. sim	por ter sido democrático	
535	159. sim	sim, para todos os fins	
380	160. sim	pq é assim que tem que ser	
649	161. sim	procurou-se desenvolver o processo mais democrático possível	
657	162. sim	apesar dos contratempos sempre foi selecionado	
768	163. sim	foi um processo democrático	
786	164. sim	democrático	
887	165. sim	só participei agora no final, nas Não reuniões preparatórias c/ a delegação do GF, mas pelo que ouvi as pessoas falarem no decorrer da conf., me pareceu que o processo foi bastante democrático	
<b>Nº Q</b>	<b>-</b>	<b>Respostas de categorias mistas</b>	<b>Categorias</b>
654	1. sim	Houve oportunidade de expressão, manifestação de opiniões, contribuições. Dificuldade encontrada por companheiros de ONGs com mais de trinta horas de viagem no que se refere as questões de despesas em trânsito foi negativo. parabéns à comissão organizadora e a todas nós mulheres que aqui estivemos participando desse processo de construção democrática de autonomia	1/ 4/ 5

		da mulher.	
414	2. sim	apesar das dificuldade encontrada em nosso Estado, para o critério de escolha, compreendemos que foi democrático e por isto dou os parabéns a toda organização desta conferência da recepção a toda infra-estrutura	1/ 5
429	3. sim	considerando que manter uma organização de um evento grandiosos e difícil. - foi ótimo ;parabéns a todos que organizaram essa conferência	1/ 5
14	4. sim	pq pode proporcionar p/ as mulheres de todo o Brasil, a oportunidade de debater sobre vários temas, com muita propriedade e daí construir marca p/ a história da mulher brasileira	1/ 4
212	5. sim	1º - pq só o fato de ocorrer é democrático; 2º houve a participação de diversos segmentos na organização	1/ 4
345	6. sim	pq em se tratando de uma primeira conferência, sem experiência anterior garantiu-se a participação das bases até a conferência nacional	1/ 4
467	7. sim	todas as delegações em todos os Estados, de todas as raças etnias, puderem, pertencer; Mais a uma raça que durante este evento não se fez presente que é a japonesa. Foram poucos os presentes nesta conferência; aliás nenhuma	1/ 4
844	8. sim	houve a possibilidade p/ manifestações; Os temas principais do debate foram registrados dos movimentos e instituições; houve preocupação com a representação de todos os estados; movimento histórico no Brasil, nesse anos todos de luta das mulheres	1/4
203	9. sim	pq houve participação unânime dos governos municipais e estaduais durante este processo	1/ 3
57	10. sim	comissão com representatividade de vários Estados e divulgação com antecedência	1/ 2
80	11. sim	envolveu todo o país, organismo governamentais e não governamentais. Amplamente divulgado em todos os espaços sociais e c/ participação ativa	1/ 2
102	12. sim	pelo esforço em comunicar o máximo de mulheres, muito embora o processo tenha sido frágil pela quantidade de mulheres no Brasil. Para a próxima conferência deve haver maior articulação através dos meios de comunicação e pelos organismos governamentais	2/ 4
195	13. sim	foi bem divulgada, conseguimos representações de muitos municípios de todas as regiões do estado, interiorizando o debate do feminismo e de gênero construção de mais de	1/ 2

		3000 propostas, representando a realidade das mulheres brasileiras	
271	14. sim	1º- em todos meios de comunicação que divulgaram a CNPPM notificou os contatos com equipes de coordenação ( informações); 2º- Nas instâncias das plenárias, estadual e federal verifiquei diversidade de representações, porém lamento muito o governo municipal de São João Del Rey não participar e não incentivar a existência da I CNPPM ; 3o – no espaço da I CNPPM houve encontro dos mais diferentes movimentos e setores da sociedade na construção do consolidado de forma participativa, apesar de ainda não ter 100% das delegadas a se envolverem efetivamente no processo!	2/ 4
796	15. sim	desde 2003 todas que tinham interesse puderam acompanhar todo o processo de organização realizada pelo CNDM e da SPM, todas as alterações ocorridas foram devidamente informadas e divulgadas. Tivemos acesso antecipadamente ao regimento e todas as informações necessárias encontravam-se na internet, sem contar que os movimentos de mulheres e feministas participaram desse processo.	1/ 2
223	16. sim	Sim pq estamos vivendo um momento importante no governo do povo. aceitando ou não, é um presidente do povo. pq reunir quase 3000 mulheres p/ discutir os seus direitos, somente o Lula. Obrigado por tudo. Sim.	3/ 5
464	17. sim	oportunizou a mobilização municipal, estadual e nacional. partiu do governo pela 1ª vez. Parabéns	3/ 5
828	18. sim	houve divulgação prévia c/ bastante antecedência, os documentos foram distribuídos. A ministra prestigiou os estados	2/ 3
256	19. sim	é a 1ª vez que o Estado em processo com o CNPPM, organiza na perspectiva de políticas de gênero, uma mobilização tão intensa e substancial em todo o país. E todo esse processo, apesar das dificuldades que vão desde a realidade de cada localidade até a completa ausência de acúmulo de discussão sobre o tema. Acredito que apesar dessas dificuldades o processo foi democrático.	3/ 4
290	20. sim	é a primeira vez que as mulheres como todo foram recebida pelo presidente da república em Brasília ou em qualquer lugar do Brasil	3/4
158	21. sim	brilhante iniciativa do gov. federal; ampla divulgação;	3/ 2

		incentivo à participação de todos os segmentos de mulheres	
350	22. sim	por abordar temas que promovem a igualdade e inclusão social; por permitir o debate e a construção coletiva, partindo do município, onde as ações acontecem, ao inverso de práticas anteriores; pela diversidade de participação que evento oportuniza	1/ 7
521	23. sim	pela primeira vez nas mulheres tivemos infra-estrutura para nos organizar com o apoio do governo e sem restrições de gênero, raça, religiões opções sexuais	1/ 6
559	24. sim	amplamente divulgado, permitindo a participação de todas pessoas interessadas, inclusive iniciantes na questão, através de um diálogo respeitoso frente à diversidade de condições, experiências, idéias e perspectivas das mulheres que construíram as conferências de políticas para mulheres.	2/ 1
836	25. sim	pq discutimos no Ministério de Minas, ampliamos as vagas e garantimos um mínimo a discussão em cada uma das estatais (part.+ gov.fed).	1/ 6
806	26. sim	as conferências municipais favorecem uma amplitude de compromisso da temática e houve p/ parte da organização de SP um esforço muito grande p/ garantir a vinda das delegadas	1/ 7
<b>Democracia viabilizada pelo acesso à informação, pela comunicação e pela divulgação</b>			
59	1. sim	acesso as informações, boa comunicação e muito respeito	2
128	2. sim	pq divulgou a sua realização tanto nos governos estaduais, municipais , bem como aos movimentos sociais, ONGs e instituições afins	2
312	3. sim	As informações foram repassadas com antecedência e os critérios apresentados, esclarecidos e com possibilidade de participação dos municípios	2/M
325	4. sim	podemos alcançar a nossa vontade e sonho de colocar na mídia as grandes diferenças e sabedoria que temos e podemos fazer	2
418	5. sim	pq todas as informações chegaram com antecedência	2
519	6. sim	houve farta distribuição de material de divulgação p/ os estados	2
890	7. sim	as orientações dadas através de informações e documentos permitiu um encaminhamento democrático, participativo	2

Democracia a ser aperfeiçoada				
34	1.	sim	por ser feito o informe aos estados, o que faltou foi mais empenho dos Estados (alguns)	3
365	2.	sim	pq foi encaminhado as localidades de acordos com as normas do processo de conferência porém a maioria dos governos estaduais e municipais fazem muito boicote, ficou claro que a causa da mulher, não tem importância, maioria das cidades não foi realizado as conferências municipais. Portanto estes eventos tem que ser comunicado às organizações populares dos municípios.	3
367	3.	sim	pq houve a possibilidade de fazer plenárias municipais e regionais dando oportunidade para os municípios participarem, mesmo c/ a falta de vontade dos governos municipais	3
370	4.	sim	pq houve dificuldade por parte da representação do gov. do estado dificultou muito a participação dos municípios, pois burocratizou a convenção das plenárias municipais regionais	3
371	5.	sim	a nível estadual tivemos problemas com estado na definição dos critérios das delegadas / na centralização do Estado	3
392	6.	sim	pq estamos representando todas as mulheres do interior do nosso estado e participando das decisões desde o início, apesar q no meu município o poder público ã realizou c conferência, mas a sociedade civil discutiu os problemas do mesmo, assim participamos da conferência	3
410	7.	sim	pelo nível de organização porém o processo no nível estadual foi bastante comprometido com a falta de compromisso do gov. estadual	3
412	8.	sim	exceto o descaso de alguns estados, especialmente o estado de Pernambuco, trouxe interesse da participação de todos os estados na conferência nacional	3
437	9.	sim	apesar dos atropelos por parte do governo estadual de PE, ainda assim, considero um show de democracia e abertura social	3
477	10.	sim	é a primeira vez que, parte do governo está proposto, embora nos municípios, foi a sociedade civil quem puxou às conferências	3
658	11.	sim	a parte organizada e orientada pela estrutura nacional foi democrática, porém, na esfera estadual, regional e municipal não foi compreendida pelos governos, a	3

			importância da conferência, o que gerou muitos conflitos com a sociedade civil. Contudo a sociedade civil tomou a frente e democraticamente jogou papel decisivo na construção das conferências.	
709	12.	sim	pq obteve uma participação de vários Estados, embora seus respectivos governos não tenham colaborado para a efetiva participação das mulheres	3
816	13.	sim	Foi estendido aos diversos segmentos que compõem os movimentos relacionados à mulher, através de entidades governamentais (estaduais e municipais), não governamentais (ONGs) e da sociedade civil organizada. Detalhe: Deficiências em alguns municípios, onde algumas prefeituras não incentivaram a realização das conferências municipais e a sociedade civil organizada não conseguiu se organizar por falta de condições (financeiras, de mobilização) ou simplesmente por falta de informações do evento.	3
859	14.	sim	qualquer processo que chame a participação popular pode ser considerado democrático. Exceção a organização por parte de algumas prefeituras nos processos locais. Maior acompanhamento da SPM as conferências municipais / estaduais	3
Empenho do Governo Federal em dar visibilidade à democracia				
272	1.	sim	ela foi chamada pelo nosso governo Lula- como nós petistas somos democráticos por isso : todas conferência que nosso presidente estiver será democrática	6
368	2.	sim	até o presente estamos sendo respeitadas como mulheres, pois o Presidente da República está nos dando esse direito	6
501	3.	sim	pelo apoio governamental dado à sociedade civil em sua participação	6
630	4.	sim	pq acho que o governo Lula colocou toda a estrutura capaz para que fosse realizada esta 1ª conferência de políticas públicas pra mulheres	6
815	5.	sim	devido a organização e interesse dos governos municipais, estaduais e nacional	6
819	6.	sim	por termos o apoio do nosso presidente	6
Democracia, mas com restrições				
9	1.	sim	gostaria de deixar uma sugestão. que a democracia, fase mais abrangente, poderia ter tido mais participação das mulheres indígenas	4

10	2.	sim	vou colocar o sim pq o não é pesado. O término do processo foi tumultuado , foi desgastante. Deixou a gente tão cansada q parecia q tinha tomado um pileque. Foi um esgotamento humano. Tem que fazer um destaque, para a Secretaria de AL q não perdeu a compostura	4
13	3.	sim	pq com o tema da própria conferência acima citado, foi o espaço democrático para nós mulheres de todos os Estados da federação discutirmos as melhorias para a própria mulher, mais que também tudo isto que foi discutido, não fique só no papel.	4
25	4.	sim	Foi um processo democrático embora pela grandiosidade do evento e falta de experiência dos participantes, justamente por conta da heterogeneidade do grupo, não tenha sido possível atingir níveis de satisfação absoluta. Faz-se necessária a observação, contudo, de que eventos desta natureza são inéditos e com certeza a equipe responsável conseguirá aprimorar a metodologia empregada afim de atingirmos o idealizado.	4
29	5.	sim	A conferência estadual realizou a sua conferência dentro dos princípios democráticos. Não sei o por que Palmeira dos Índios não ter realizado a conferência municipal.	4
38	6.	sim	os espaços de discussão nos grupos de trabalho não foi facilitado pela mesa coordenadora, houveram muitas dificuldades até que nos harmonizássemos e favorecêssemos a participação de todas	4
61	7.	sim	pq foi escolhido e debatido por todas mulheres de várias classe social, apesar de não haver citações das mulheres ciganas	4
105	8.	sim	onde atuamos ativamente. poderia ser mais democrático	4
123	9.	sim	as proposta sim, porém nos estados grupos fechados, coordenados principalmente por militantes dos partidos de esquerda dificultaram a ação da participação de mulheres ligadas à outros movimentos femininos	4
134	10.	sim	o processo no estado tenha exigido uma articulação muito grande do movimento de mulheres para que a democracia efetivamente existisse. Sugiro q na próxima conferência o contato inicial seja mantido não só c/ os conselhos da mulher e gov. mas também c/ movimento de mulheres	4
136	11.	sim	o processo sim, mas posturas individuais, nos municípios e estados, demonstram que muito ainda se tem que andar p/ a compreensão e o respeito das relações	4

			verdadeiramente democráticas	
140	12.	sim	participação e autonomia dos estados e municípios. Entretanto, pouco tempo e falta de recursos na colaboração com os municípios que não tinham orçamentos para as conferências	4
150	13.	sim	chamamento democrático muito bom, contudo, consolidação das propostas estaduais foi sintetizado	4
167	14.	sim	em parte: observadoras só fomos conhecer aqui o material do nosso estado. insuficiente o n.º de delegadas	4
173	15.	sim	sim, pq deu espaço p/ debates e propostas porém ainda temos que mudar muita coisa para avançarmos mais	4
175	16.	sim	pq essa foi a 1ª experiência de conferência p/ as mulheres. é preciso na próxima aumentar a participação das mulheres	4
176	17.	sim	mas faltou o debate das exposição. faltou o debate sobre avaliação dos acordos e tratados aqui na conferência nacional	4
189	18.	sim	o processo de realização das conferências municipais e estaduais já assegura a democratização da discussão no entanto, não foi trazido p/ a conferência nacional o debate da conjuntura da realidade econômica brasileira	4
202	19.	sim	devendo ser adequado ( p/ uma 2ª conferência) as questões específicas ou gerais identificação nesta 1ª conferência	4
206	20.	sim	pela ousadia, pelo compromisso e mobilização. Considero questionável a forma como foi feita realizada a relatoria das conferência estaduais	4
217	21.	sim	por ter acontecido	4
253	22.	sim	foi democrática até demais que atrapalhou na realização das plenárias regionais pois não tinha critério p/ escolha de delegada	4
255	23.	sim	critérios p/ 1ª conferência foram válidos, porém precisam ser aperfeiçoados. a expressão numérica p/ autoridades governamentais foi grande. Precisava vir mais sociedade civil	4
299	24.	sim	a proposta foi boa, mas creio ter faltado preparação nos municípios (participação)	4
298	25.	sim		4
305	26.	sim	sim, pq segue os modelos de outras conferência que participei (ex. C.N.Segurança alimentar) Só lamento que tenha deparado com delegadas que não entenderam o que está sendo proposto	4

308	27. sim	em alguns pontos sim e em outros não	4
315	28. sim	pq permitiu a participação a partir dos municípios e garantiu a presença da sociedade civil, apesar da dificuldade de município e estados bancarem a participação das mulheres da sociedade civil nas plenárias e conferências	4
317	29. sim	foi proporcional a participação da base, apesar que na maioria dos municípios, ressaltando o município de Conselheiro Lafaiete não tivemos nenhum apoio do executivo	4
337	30. sim	o marco é histórico, porém bastante tendencioso p/ governo e partido, a conferência é de políticas públicas e não do partido dos trabalhadores, o pouco uso da palavra delegada com seriedade e sim palavra de ordem como companheira. percebeu-se também a dificuldade do governo federal em receber críticas, parece que o passado é "mal".	4
346	31. sim	Há muita democracia, infelizmente,	4
351	32. sim	Porém, c/ falhas na organização, talvez muitas mulheres, com muitas pitadas de "politicagem". As mulheres lutam pela igualdade junto aos homens e aqui somente vimos discriminação racial. Maior assunto discutindo, negras e índias. e onde ficamos nós, que tudo fizemos para que o nosso Brasil crescesse?	4
361	33. sim	foi bastante partidária com muitas questões pessoais expostas para discussão	4
379	34. sim	existia uma coordenação nacional e as representações, houve problemas nos estados quando a discussão das atividades dos movimentos sociais	4
395	35. sim	apenas em alguns aspectos	4
420	36. sim	foi de acordo com as possibilidades existente	4
424	37. sim	a nível da regional e da estadual não valeu a pena mas a Nacional foi show	4
465	38. sim	pq permitiu a participação dos diversos segmentos, embora na base regional tenha havido manipulação na tentativa de boicotar os pequenos municípios	4
475	39. sim	nos municípios onde os movimentos sociais são mais atuantes houve toda abertura e ampliação das conferência Houve alguns problemas em municípios pequenos e outras que ainda estão no tempo do "coronelismo" e acabam mandando para as conferência estaduais mulheres sem noção do que é luta pelos	4

		direitos. Mas, em alguns casos foi até bom pois algumas acabam "acordando" para a verdadeira luta da mulher	
491	40. sim	com certeza as participantes foram ouvidas, mas preocupa a distância que se estabelece entre o micro e o macro. A realidade está nos municípios que enfrentam diretamente os problemas	4
545	41. sim	foi muito democrático só descordo da participação dos gays	4
552	42. sim	buscou das bases de cada município. em alguns, pois o tempo foi muito curto e acabou ficando vertical, apesar de democrático	4
562	43. sim	mas muitas mulheres vão embora antes de terminar a plenária	4
564	1. Sim	apesar dos problemas havidos dos processos municipais e estaduais o processos municipais e estaduais o processo foi importante p/ a construção da democracia	4
573	2. Sim	apesar de numericamente desproporcional, foi "produto " final de um processo coletivo	4
671	44. sim	embora tudo ficou concentrado na SED	4
682	45. sim	muito + pela participação ativa, lúcida e coerente das delegadas do que pela organização do evento (Secretaria Nac. Mulheres), q se posicionou de forma tendenciosa em algumas questões. Alguns temas deixaram de ser debatidos por motivo de "pressa" da pessoa convidada	4
686	46. sim	pq apresentamos propostas e elas foram respeitadas. Apenas ainda temos problemas de educação e história, que nos fez debilitados em termos de gostar de fantasiar os verbos, achando q com isso se objetiva e ou se traça políticas públicas e principalmente do que se diz afirmativas.	4
690	47. sim	pq possibilitou a participação de mulheres dos municípios, enfim, a participação de uma maioria das mulheres, embora lendo ocorrido dificuldades de mobilização maior em algumas conferências municipais	4
696	48. sim	pela mobilização da base que, entretanto, poderia ter sido muito maior. As conferências municipais precisavam de prazos bem maiores p/ termos tempo de divulgar e mobilizar p/ as discussões	4
723	49. sim	Os temas são abordados são variados, realistas, com grande participação de diversos níveis da sociedade. Esta foi uma conferência de políticas p/ mulheres ou uma conferência de políticas p/ mulheres negras?	4

728	50. sim	Talvez a proximidade hoje com o governo federal e sua concepção de política pública me permite esta avaliação positiva. Só acho que poderia ter potencializado mais as ações dos municípios, com o documento base, por exemplo, p/ utilizado nas conferências municipais. Centralizar as grandes decisões no Estado nos deixou desesperados em muitos momentos.	4
759	51. sim	apesar de achar que nossa delegação poderia ter sido em número maior	4
767	52. sim	pq iniciou o processo nos municípios e regiões, no entanto faltou maior envolvimento nos municípios	4
805	53. sim	partes contrárias pode se manifestar abertamente- ponto falho: acho que fomos prejudicadas, pois tivemos que ir embora antes do tempo, do término da conferência	4
837	54. sim	os trabalhos desenvolvidos nas plenárias esse sim houve democracia, mas trabalho de grupo que eu participei não houve democracia e sim uma verdadeira baixaria	4
858	55. sim	democrático porém desorganizado; os participantes estavam muito eufóricos, talvez pelo fato de se tratar de uma conquista	4
862	56. sim	A oportunidade de todos os setores da sociedade civil participarem , acredito ser necessário uma melhor divulgação	4
870	57. sim	era uma conferência e não um debate. era para tomarmos ciência dos objetivos alcançados	4
888	58. sim	as parcerias estabelecidas c/ os municípios, governo estaduais, movimentos sociais, ONGs, entre outros, permitiu uma grande mobilização de mulheres. apenas as mulheres rurais, entre elas, as pescadoras, não puderam participar desta mobilização, quer pelas dificuldades de superação das distâncias ou pela não identificação com as organizações urbanas.	4
893	59. sim	todavia a maioria das palestrantes foi individualista nas suas falas pois, contemplaram parte das classes femininas (negros, índios)	4
900	60. Sim	pq proporcionou a discussão nos municípios e estados. No entanto, o pequeno espaço de tempo entre a comoção e a realização dificultou a realização em vários municípios das plenárias. A orientação de que as plenárias municipais não eram espaços p/ tirar delegadas para a conferência estadual também dificultou essa escolha para os municípios que realizaram as plenárias em abril.	4

Democracia marcada pelo pioneirismo			
91	3. Sim	pq nunca se viu no Brasil conferência para as mulheres propor o que elas querem no seu dia-a-dia	10
106	4. Sim	pq pela 1ª vez no Brasil um governo sensibilizou a luta de várias décadas das desigualdades que a mulher há séculos vem sofrendo. Agora precisa concretizar todo esse sonho	10
113	5. Sim	pq nunca houve um processo desta forma que todas as mulheres pudessem dar suas idéias p/ melhorar as condições de cada uma de nossas mulheres, p/ melhorar a condição de vida	10
287	6. Sim	a necessidade de organização dos grupos de mulheres, já não agüentava mais e aguardava este momento ansiosamente	10
311	7. Sim	pq ao meu ver, houve na medida do possível, um processo democrático em que todos os estados puderam falar, discutir, modificar os textos, complementá-las e enfim, por ser a 1ª conferência há que ser apoiada e compreendida como um marco p/ as mulheres no país e a partir daí traçar metas a pequeno, médio e longo prazo.	10
544	8. Sim	começou dos municípios até chegar a nacional. os temas abordadas foram bem escolhidos e debatidos, talvez não bem assimilados por alguns participantes mas foi a 1ª e na 2ª será melhor	10
563	9. Sim	pela compreensão das companheiras, por ser a 1ª conferência	10
587	10. Sim	acredito que levando em consideração ser a primeira conferência foi democrático., no entanto acho que poderia ser mais ainda	10
600	11. Sim	apesar de ter sido construído de cima para baixo, possibilitou, pela primeira vez na história do país, que as vozes das mulheres chegassem ao poder.	10
698	12. Sim	precisa de alguns ajustes, mas como 1ª está muito boa	10
738	13. Sim	por ser a 1ª vez, foi bom, foi organizado	
754	14. Sim	na verdade médio, pois estamos montando, aprendendo e isso vai passar de médio para bom	10
771	15. Sim	por ser a 1ª conferência, considero que todas nós que participamos tivemos a oportunidade de alguma forma darmos a nossa contribuição no processo	10
772	16. Sim	embora alguns aspectos com relação a organização foram falhos a de considerar que o n.º das participantes grande contribuiu para tal, portanto acredito que foi feito o	10

		possível	
788	17.	Sim sendo a 1ª conferência, me surpreendeu muito, alcançando meus objetivos	10
899	18.	Sim houve a participação das instâncias de controle social e movimento . Por ser a 1ª até que foi participativo	10
<b>Democracia valorizada: parabenizações e agradecimentos</b>			
41	61.	sim visto ser o primeiro desta categoria, todo o esforço da coordenação, com certeza, teve mais acertos do que falhas. Parabéns pelo esforço em querer acertar!	5
240	1.	sim pq melhor não seria	5
251	2.	sim tudo ocorreu na maior tranquilidade e foi bem enriquecedor p/ todos	5
339	3.	sim pq é para melhor	5
585	4.	sim pq não existe nada perfeito tudo foi feito p/ ser ótimo	5
677	5.	sim um grande avanço para as mulheres	5
724	6.	sim pq depois de enfrentar vários conflitos pessoais e internos, aqui tudo está legal. Organização ótima, informações completa. E participação de todos os estados	5
<b>Democrático porque participativo</b>			
381	1.	sim temos um governo que respeita a democracia e discuti com clareza e incentivava a população à participar na discussão p/ que seja efetivado o controle social, na realidade de cada estado, e de cada região	1
353	2.	sim sim, pq todos os estados puderam ter representantes e com os mais variados municípios	1
817	3.	Sim motivação; participação sem bloqueios	1
1	4.	sim pq a sociedade civil teve participação em todas as discussões	1
2	5.	sim pq a sociedade civil teve participação em todo o processo	1
3	6.	sim pq a sociedade civil teve participação em todas as discussões	1
7	7.	sim pela capacidade de envolvimento das mulheres nas três instâncias do Poder	1
11	8.	sim pq houve o direito igualitário de participação de todos os segmentos	1
12	9.	sim pq deu oportunidade e direitos iguais a quem quis participar	1
15	10.	sim pq o Brasil inteiro teve participação ativa	1
16	11.	sim pq participaram mulheres de várias categorias, permitindo	1

		que cada uma coloca-se suas propostas	
17	12.	sim por haver permitido a participação popular no seu contexto geral	1
18	13.	sim pq envolveu todo o conjunto de mulheres do país no processo de construção, desde os pequenos municípios até as grandes cidades, com todos os segmentos do governo e das sociedade civil organizada	1
22	14.	sim Sim, por haver a participação dos delegados e por haver aceitação das discussões na plenária	1
27	15.	sim Sim, por haver a participação das delegadas e aceitação das discussões em plenária	1
28	16.	sim bem discutido.	1
31	17.	sim pq a maioria sempre venceu, e todas foram ouvidas no trabalho em grupo	1
32	18.	sim pq reuniu mulheres de todo o Brasil, dando as 1 a oportunidade de contemplar os municípios do interior	1
37	19.	sim por todos os movimentos de mulher teve chance de participar tiro de delegadas	1
39	20.	sim houve uma ampla mobilização nacional e democratização do processo p/ chegarmos onde chegamos	1
40	21.	sim a liberdade em todos os sentidos dada aos participantes	1
42	22.	sim pq o grupo teve oportunidade de expor sua propostas nessa conferência	1
43	23.	sim pq deu oportunidade p/ participação desde o pequeno município até as metrópoles na tentativa de conhecer suas diversidades e isso é bom	1
44	24.	sim houve possibilidade de enfrentamento através das diversas opiniões naquela plenária	1
47	25.	sim considerou as contribuições dadas por todos os eventos realizados plenárias e conferências, e possibilitou a participação de todos para a elaboração do documento final	1
48	26.	sim por ter permitido a participação dos órgãos governamentais e da sociedade civil organizada com representatividade dos segmentos que formam a sociedade brasileira, abrangendo temas que realmente influenciaram na construção de um país melhor	1
49	27.	sim democrático, pois cada um deu a sua opinião e venceu o que realmente estávamos querendo, sabemos que é preciso renunciar as vezes para ser aproveitado	1
50	28.	sim teve a participação e respeito com todas as delegadas	1

53	29. sim	Sim, pois a conferência deu oportunidades para todas com igualdade de exporem seus objetivos	1
54	30. sim	nós tivemos a chance de dá nossas opiniões e sermos respeitadas por isso	1
56	31. sim	pq o processo foi levado até aos mais distante municípios, . envolvendo mulheres de todas as categorias, que apresentaram propostas e elegeram delegadas	1
58	32. sim	por ter dado oportunidade de falar para outros delegados participantes da conferência	1
60	33. sim	deu possibilidade de um processo democrático de construção das conferências / plenárias regionais, estadual e nacional. Foi um momento importante para todos os movimentos de mulheres	1
63	34. sim	nos levou mais uma vez a possibilidade de escolha aos nossos direitos	1
64	35. sim	houve a participação de todos os estados com os grupos da sociedade civil	1
66	36. sim	pq? todas as delegadas tiveram voz e defenderam muito bem suas propostas	1
69	37. sim	sim, pq oportunidade a participação e diminuição de idéias para construção de igualdade	1
70	38. sim	pois foi trasladadas de todas as regiões	1
71	39. sim	pq houve participação efetiva das mulheres através das conferência preliminares	1
72	40. sim	a formação das comissões foi um indicador processo de construção da conferência	1
77	41. sim	possibilitou a participação de milhares de mulheres em todo o país	1
78	42. sim	p processo preparatório foi emanado das diversas contribuição que surgiram da vontade das mulheres participando das conferências regionais , municipais e / ou estados	1
81	43. sim	houve conferência em todos os estados, momento em que foi indicados a delegadas que estavam presentes e não por apadrinhados	1
83	44. sim	pois respeitou as conferências municipais e estaduais. o governo está de parabéns e com esta democracia que juntos iremos avançar na erradicação da pobreza e a má distribuição de renda em nosso país	1
85	45. sim	não foi ditado regras e sim teve um companheirismo	1
86	46. sim	acredito que sim, haja vista que a participação das delegadas foi ativa na análise e aprovação dos temas	1

		discutidos	
88	47. sim	possibilitou, com antecedência, promover a discussão sobre os eixos temáticas, organizar as plenárias municipal e estadual	1
94	48. sim	todos os estados contribuíram para o governo construir políticas públicas com a participação de todos	1
95	49. sim	pq há uma total liberdade em todos os momentos	1
97	50. sim	atingiu a todas as mulheres de diferentes classes sociais, raça e religiões todas com um só objetivo, igualdade de gênero	1
99	51. sim	obedeceu os padrões e todas nós podemos participar em todo o processo	1
100	52. sim	houve receptividade	1
112	53. sim	pq todos participam	1
114	54. sim	pelo grau de discussão	1
115	55. sim	pq todas as propostas eram submetidas à aprovação da plenária	1
117	56. sim	possibilitou a participação de todos os seguimentos da sociedade civil	1
119	57. sim	pq foi dada a oportunidade de mulheres de todas as raças e classes sociais participassem	1
124	58. sim	o fato de ter sido realizadas conferências municipais, estaduais e regionais e terem sido elaboradas as propostas e as mesmas foram contempladas na conferência nacional	1
125	59. sim	houve a democratização das conferências a nível municipal e estadual e fechando a conferência nacional	1
126	60. sim	apesar das dificuldades o movimento de mulheres, a sociedade civil conseguiu participar atualmente de todo o processo	1
129	61. sim	foi envolvente e oportunizou ao país em um todo a participação e mostrar a cara de cada pedaço, ou seja, município e estado	1
130	62. sim	possibilitou a participação da sociedade civil um patamar acima do governo; ampliar a discussão para todo o país	1
133	63. sim	garantiu a participação de pessoas / delegadas comprometidas com as questões pertinentes conforme a sua bandeira de luta	1
135	64. sim	pq todas participantes, concorreram e democraticamente foram eleitas	1
137	65. sim	houve um processo democrático de discussão e escolha,	1



		começando dos municípios	
143	66. sim	foi um processo de discussões amplos municipais e estaduais. Que permitiram que as lideranças estivessem presente e pudessem ser delegadas	1
145	67. sim	todos os seguimentos participaram sem nenhum contratempo oportunidade para todos	1
148	68. sim	todos segmentos foram ouvidos. todos os temas foram discutidos e democraticamente votado	1
153	69. sim	as mulheres tinham o mesmo propósito, ocupar seus espaços efetivamente e dar sua contribuição para construção do país	1
157	70. sim	pq consegui se juntar todas as classes em um só objetivos	1
159	71. sim	pq todos participaram independente de raça, cor etc.	1
161	72. sim	construção de baixo para cima e garantia de participação da sociedade civil	1
164	73. sim	por ter a participação efetiva dos órgãos envolvidos no município e estado possibilitou a participação de diferentes segmentos dando assim condições de conhecer realidade pensamentos de perspectiva	1
165	74. sim	devido aos processos anteriores municipais, regionais e estadual. Foi momento importante para amadurecer e discutir as políticas públicas para nós mulheres num recorte de gênero	1
166	75. sim	apesar da dificuldade em atender a toda diversidade de pensamento, só tenho a concordar com as ações colocadas	1
169	76. sim	participei de tudo com muita alegria por estar aqui contribuindo LIBERTAÇÃO para todas nós mulheres brasileiras produzindo propostas desde as municipais até aqui	1
177	77. sim	viajamos por vários municípios nos reunimos e discutimos as propostas e a organização deles escolheu a delegada	1
178	78. sim	pq possibilitou as discussões nos municípios e nos estados e o amadurecimento das diretrizes que devem ser defendidas nessa conferência que reúne especialidades de todas as regiões brasileiras	1
180	79. sim	por ter a participação efetiva dos órgãos envolvidos nos municípios e estado e possibilitou a participação de diferentes segmentos dando assim condições de conhecer realidades pensamentos e perspectiva	1
181	80. sim	possibilitou a participação de muitas mulheres em todo o processo	1

185	81. sim	trabalhar as bases municipais	1
190	82. sim	pq houve uma participação de todo o país, ou seja de ponta a ponta	1
191	83. sim	nosso estado correu tudo bem. estamos articuladas	1
193	84. sim	durante essa construção houve muita interação município - estado e a comissão nacional - estado	1
194	85. sim	pq foram realizadas as pré - conferências, dando subsídios para propostas nos eixos temáticos	1
201	86. sim	criou um momento de reflexão nacional sobre a situação das mulheres e ao mesmo tempo buscando elaborar um documento que sirva de base p/ as políticas públicas p/ as mulheres	1
204	87. sim	pq igual oportunidade quer municipal, quer estadual	1
215	88. sim	deu oportunidade de vários segmentos presente de manifestar e aprovar políticas públicas	1
216	89. sim	cada delegada obedeceu os critérios de participação e foi construído o processo com participação	1
218	90. sim	pois todos tiveram direito de fala, brigar por sua entidade	1
220	91. sim	ouviram a sociedade civil que tem muito para contribuir com políticas p/ igualdade	1
221	92. sim	pq obtivemos o direito de voz e veto	1
225	93. sim	ter cuidado com as pessoas que não teve oportunidade de concorrer a delegada de seu estado	1
229	94. sim	pq possibilitou a ampla participação das mulheres de todo o país	1
230	95. sim	todos os delegados tiveram oportunidades de se manifestarem, bem como oportunizou-se a todos os estados a participação	1
233	96. sim	oportunizou um grande n.º de pessoas a participarem	1
234	97. sim	devido está representada todas as classes, grupos e etnias na construção de políticas públicas p/ mulheres	1
235	98. sim	pela realização das conferências municipais, regionais e estaduais, pela mobilização dos vários segmentos da sociedade	1
236	99. sim	pq a distribuição regional e depois estadual fez com que se tornasse mais fácil a participação dos estados (mulheres) apesar de todas as dificuldades	1
237	100. sim	oportunizando os municípios e estados a garantir a participação e as delegadas de opinar ou não pela elaboração das linhas de diretrizes da política pública p/ as mulheres nos aspectos raça e etnia e outros excluídos	1

238	101. sim	pq todas as mulheres tiveram vez e voz p/ expressar suas atitudes e desejos p/ suas comunidades de acordo com cada necessidade	1
247	102. sim	pq todas as entidades governamentais e não governamentais participaram ativamente da construção da mesma	1
248	103. sim	pelos palestrantes, pela presença das autoridades, pela participação de mulheres dos diversos estados , raças	1
250	104. sim	houve envolvimento de vários atores sociais	1
252	105. sim	abertura as várias facções, assim como variedades existente	1
254	106. sim	todos tem direito a voz e voto	1
257	107. sim	a simples presença de todas as delegadas de todos estados brasileiros confirma como foi efetivo o exercício da democracia durante a construção dessa conferência	1
258	108. sim	pq implicou na realização, pelo processo as 3 esferas de governo (estadual, municipal, federal) e também os movimentos sociais e conselhos. todos foram convocados a participar e tiveram mecanismos assegurados p/ contribuir e defender suas propostas	1
259	109. sim	capacidade de escuta das reivindicações para o aprimoramento deste processo democrático; presença de todos os estados grupos étnicos	1
260	110. sim	permitiu a liberdade de manifestação das delegadas e acatou os destaques feitos conduzindo o processo democraticamente	1
262	111. sim	pq estão representados todos os grupos de mulheres	1
263	112. sim	oportunizou a participação de todas, a partir de regras aplicadas ao conjunto das delegadas com as decisões tomadas coletivamente, sempre em função da maioria. Esperasse que as propostas sejam afetivamente implantadas	1
265	113. sim	pq todas que realmente tinham interesse em participar puderam ser convocados e seus propósitos foram analisados	1
266	114. sim	oportunidade p/ mostrar idéias	1
267	115. sim	não apresentou dificuldades p/ termos acesso ao mesmo	1
269	116. sim	pq consegui reunir representantes de várias classes e entidades p/ que mostrassem seu trabalho e reivindicações, abrindo espaço para discussão de propostas a favor das mulheres	1

270	117. sim	pq ofereceu oportunidade de participação através de critérios justos	1
274	118. sim	pelo fato de ter sido amplamente discutido nos municípios e nos estados	1
277	119. sim	pq atingiu um grande n.º de municipais. Isto significa que estamos alcançando	1
278	120. sim	interação das três instâncias	1
281	121. sim	devido a participação de todos na qualidade especial de seres humanos para, posteriormente, a conquista dos direitos da mulher sem qualquer tipo de preconceito ou individualismo. Somando o que o mundo mais precisa: igualdade – justiça social e paz “desejo da humanidade”, sem sair da realidade, direitos e deveres enquanto cidadãos.	1
282	122. sim	oportunizou a participação de vários segmentos	1
283	123. sim	houve em mais de 2 mil municípios de 5560. Estamos fazendo progresso	1
284	124. sim	pq o processo foi democrático e possibilitou todos os movimentos de participar. Fazendo uma integração com todas, pois temos pensamentos diferentes mas o objetivo e o mesmo	1
285	125. sim	pq realmente foi um processo global onde todos os estados participaram e que tenho certeza que trará benefícios p/ toda nação	1
292	126. sim	pq deu oportunidade p/ todas as mulheres participarem em discussões de grupo	1
294	127. sim	houve oportunidade de todos participarem, ouvir e ser ouvida, se colocar , dar sua contribuição em todo os tempos	1
296	128. sim	todos teve condições de expor suas idéias dentro de cada necessidade	1
300	129. sim	permitiu a interlocução necessária na proposição de demandas para a construção de um plano nacional de políticas p/ as mulheres, permitindo a ascensão da mulher enquanto ator social na definição dos seus reais interesses	1
301	130. sim	pq houve a participação do povo, digo, de pessoas de todo lugar do país, sem distinção de raça, posição social etc...	1
302	131. sim	pela realização das plenárias e conferencia	1
303	132. sim	pq foi iniciado c/ plenárias municipais, ou seja, as propostas saíam da base e contou c/ ampla participação da sociedade	1

309	133. sim	pq possibilitou a participação de todos os segmentos da sociedade	1
310	134. sim	pq todos os estados da federação e DF estiveram oportunidade de através de seus representantes participarem da discussão das temáticas	1
313	135. sim	todas as mulheres se fizeram representar de forma e democrática	1
314	136. sim	por causa da participação de todos os segmentos de mulheres definidos pelo interesse nessa construção	1
316	137. sim	pelo fato de ter definido as delegadas e discutido os temas nos municípios e regiões	1
319	138. sim	todos os estados estavam presentes e puderam manifestar e defender suas propostas	1
320	139. sim	diante da afetiva participação de delegadas de todos os estados	1
321	140. sim	deu oportunidade e vez a todas as participantes	1
322	141. sim	sim, pq teve a participação e envolvimento de todas as conferência	1
323	142. sim	pq da liberdade de nos mostrar o que queremos falar , debater	1
324	143. sim	foi democrático pq teve participação de todos os segmentos da sociedade	1
327	144. sim	sim pq todos nos tivemos o direito de expressar nossos pensamentos	1
328	145. sim	pq todas as mulheres teve oportunidade e direito de fala	1
330	146. sim	teve participação dos estados	1
333	147. sim	envolveu vários municípios e estados ; só não se envolveram os que não quiseram ou não tiveram interesse ; respeitou as decisões dos estados	1
334	148. sim	pois houve e as regiões escolheram	1
335	149. sim	pois participamos muito da preparação	1
336	150. sim	todas tivemos oportunidade de participar, opinar, defender, propor, escolher, voltar e ser votada	1
341	151. sim	pq todos os segmentos da sociedade estavam representados	1
343	152. sim	houve a participação das delegadas nas discussões	1
344	153. sim	pq as pessoas e grupos puderam se expressar e / ou manifestar de forma livre	1
347	154. sim	Sim, tivemos espaço respaldado e fomos acolhidas da melhor maneira possível	1
348	155. sim	possibilitou interações com os movimentos. mobilizou e	1

		assegurou representação governamental. respeitou as decisões	
352	156. sim	todos poderão participar, dar sua opinião	1
355	157. sim	pq nós delegadas podemos falar o que estava aberto e o que não concordava. por causa do voto. foi ótimo.	1
356	158. sim	pq ouviram as bases (municipais, estaduais) e socializaram amplamente as discussões e decisões	1
357	159. sim	pq considerou a paridade e os processos de participação da esfera estadual e municipal	1
359	160. sim	pq partimos das contribuições dos municípios, apresentadas no estado e trazidas p/ o nacional	1
362	161. sim	pq durante todo o evento a democracia foi estabelecida	1
363	162. sim	todos tiveram voz e vez. Conferência aberta a todos brasileiros , compromissadas e responsáveis, com o seu município. estou grata pela oportunidade	1
369	163. sim	pq foi um processo cuidadosamente respeitado	1
372	164. sim	pq tem representado na coordenação dos trabalhos todos os segmentos	1
373	165. sim	todos nós mulheres tivemos a oportunidade de reivindicar seus direitos de uma democracia	1
375	166. sim	pq 1 todos os participantes da conferência ficaram entusiasmado com o processo da 1ª conferência políticas p/ mulheres dos direitos de lutarem	1
376	167. sim	possibilitou as mulheres a discutir os seus direitos com cidadania	1
377	168. sim	as plenárias municipais e estaduais nos respaldaram teoricamente p/ a nacional e esta buscou respeitar as diferenças e contribuir p/ que cada raça e etnia pudesse participar ativamente de todas os trabalhos nela realizados	1
382	169. sim	todos os municípios podiam fazer suas plenárias e escolher suas mulheres p/ participar da conferência estadual	1
384	170. sim	pq foi encontro de vários estados, o Brasil todo reunido p/ defender as propostas de todos. Isso é democracia	1
385	171. sim	deixou que estados e municípios construíssem todo processo embasados na orientação nacional	1
386	172. sim	pq houve uma diversidade de participação com mulheres de vários seguimentos	1
391	173. sim	possibilitou os municípios, regiões e estados tiveram experiências, fortalecerem idéias. Foi um processo com	1

		muita diversidade e riqueza, legitimação da luta histórica de todas nós	
393	174. sim	pq se teve a oportunidade de envolvimento dos governos e da sociedade civil num evento onde se garantiu a participação de diversos segmentos e graus de instrução das mulheres participantes	1
394	175. sim	o seu início de construção foi ouvindo as bases, mesmo com as dificuldades encontradas no processo da construção exigindo dos grupos o exercício da democracia, mesmo que fosse quase impossível	1
397	176. sim	pq teve ampla discussão e participação dos organismos governamentais e não governamentais	1
398	177. sim	pelo fato de articular mulheres de todos os estados, movimentos , raça e etnia	1
399	178. sim	bem participativo com todas as categorias contempladas	1
402	179. sim	os anseios das mulheres foram ouvidos e na medida do possível aceitos, todas tiveram direito a expor suas idéias	1
404	180. sim	pelo índice de discussões entre as mulheres, pela ampliação dessa discussões em setores que nunca tinham discutido feminismo, pela oportunidade de travar as discussões, aprofundando conceitos e descobrindo novas idéias	1
405	181. sim	possibilitou a participação plena de tudo segmento da sociedade	1
406	182. sim	pq ouviu os vários segmentos que participou das várias conferências; socialização dos resultados das conferências	1
407	183. sim	pq contou com a participação da maioria que puderam optar pelas diversas formas de participação durante o evento	1
409	184. sim	houveram discussão das construção do processo as mulheres de todos segmentos	1
417	185. sim	pq as representatividade de cada entidade foi decidida através de democracia.	1
422	186. sim	houve espaço p/ discussão e abertura p/ diversidade de participantes. 46% das mulheres negras é o percentual da conferência isso é importante da conferência, isso é importante no processo democrático	1
423	187. sim	pq todo mundo participa	1
426	188. sim	por ter proporcionado a participação de todos os seguimentos de mulheres de todo o Brasil	1
428	189. sim	foi um avanço muito grande para as mulheres , pois conseguimos aprovar aquilo que é importante para as	1

		mulheres	
431	190. sim	pq abre espaço amplo p/ debate e isenção das mulheres em todos os segmentos	1
433	191. sim	A SPM discutiu amplamente com todos os setores a 1ª conferência nacional e esteve sempre fortalecendo o processo nos Estados e Municípios	1
436	192. sim	foi respeitado os espaços de cada um	1
438	193. sim	exigiu participação, pontualidade, crescimento a nível das discussões e assim cresceu também as curiosidades que garantem o aprofundamento dos conhecimento dentro da conferência discutido	1
439	194. sim	pq deu possibilidades múltiplas p/ inúmeras mulheres	1
441	195. sim	pela forma da condução das palestrantes	1
442	196. sim	as equipes organizadoras se mostraram bem preparadas, para receber as delegações, encaminham as mesma e no decorrer da conferência, tudo ocorreu dentro da normalidade possível	1
443	197. sim	envolveu várias mulheres e de estados diferentes	1
444	198. sim	não houve distinção a ou b, que pode ou não convidar e quem quis participar, participou. acreditou e aconteceu	1
447	199. sim	pq englobou a participação de todos os estados	1
448	200. sim	foi pq foi dado a oportunidade a todos a se manifestarem	1
451	201. sim	está presente todos os Estados sem distinção de raça, ´e crença	1
453	202. sim	pq considerou o conjunto do municípios e garantiu maioria de participantes para ONGs	1
455	203. sim	pela concreta participação de todos os segmentos da sociedade	1
456	204. sim	pela participação em massa da sociedade civil que é quem decide	1
459	205. sim	tivemos direito a voz e votos	1
460	206. sim	a participação de todos	1
462	207. sim	pq com a grande participação de diversos lugares e povos se consegue trabalhar em consenso e tomar decisões	1
463	208. sim	pq a pessoa que está numa militância em gênero, conseguiu participar ativamente, em todos os processos	1
471	209. sim	todos tiveram de manifestar sua opinião	1
472	210. sim	oportunizou a democracia - participante	1
474	211. sim	permitiu que todos tivessem oportunidade de se colocar	1
476	212. sim	pq a conferência teve participação ativa na sua	1

		organização dos movimentos sociais, de mulheres sindicatos, partidos, etc e não ficou tão atrelada à dependência de governos municipais ou estaduais p/ sua realização	
481	213. sim	foram respeitadas todas as proposições trazidas dos estados e votadas democraticamente pelos participantes dos grupos tanto inclusões como supressões	1
484	214. sim	pq sempre houve oportunidade p/ se manifestar	1
486	215. sim	todos tivemos esforços para participar ativamente	1
487	216. sim	percebemos a representatividade de mulheres de todas as regiões do Brasil , de várias raças, etnias e classes sociais	1
489	217. sim	garantiu a participação de todas forças e correntes no processo de participação e possibilidade de sair delegadas	1
490	218. sim	trabalho com tantas pessoas sempre será difícil agradar a todos, porém acredito que todas tiveram a oportunidade de manifestar-se, minimamente lutar por ser seu objetivo	1
496	219. sim	pq deu chance à todos, desde o município até ao Distrito Federal	1
498	220. sim	todos os segmentos tiveram oportunidades de se manifestarem e defender seus propósitos	1
499	221. sim	pq possibilitou todos os municípios atuarem e demonstrarem de que modo a mulher é vista em determinados lugares dando-nos a oportunidade de vermos as idéias conjuntas ou não sobre os direitos das mulheres relacionadas num só ideal " a mulher"	1
504	222. sim	permitiu que várias mulheres se reunisse para essa 1ª conferência, sem discriminar nem mesmo os homens	1
506	223. sim	pela efetiva participação de todos os segmentos do movimento social	1
507	224. sim	pois houve a possibilidade de uma participação "plural" dos vários grupos de mulher	1
508	225. sim	atingiu todos os municípios interessados	1
511	226. sim	foi construído as bases municipais ouvindo e respeitando relatórios e observações recebidas	1
513	227. sim	contemplou toda sociedade feminina	1
515	228. sim	percebi a presença de vários segmentos da sociedade logo acredito que o documento final contemplará os anseios desta diversidade existente e não somente de um grupo	1
516	229. sim	todo o processo foi consensual	1
517	230. sim	todo o trabalho foi realizado com a participação dos	1

		delegados . O impresso em plenária de convidados e observadores	
518	231. sim	possibilitou que mulheres de todas as áreas de atuação participasse de todas ou parcialmente da discussão de gênero (etapas da conferência). Principalmente nas municipais foi possível constatar as que nunca fizeram discussões mais gerais de gênero, como aquelas que fazem cotidianamente essa discussão.	1
522	232. sim	tive a oportunidade de participar de forma afetiva	1
526	233. sim	por ter elementos dos vários segmentos da sociedade, colocando a realidade de cada região e lutando realmente por mudança	1
528	234. sim	todas as unidades federativas tiveram participação	1
529	235. sim	garantiu as diversidades	1
531	236. sim	principalmente pq estabeleceu uma real condição de debate e mobilização nacional, envolvendo municípios e estados	1
537	237. sim	pq atendeu às expectativas das participantes, promovendo uma real participação e integração, contribuindo verdadeiramente na inserção da mulher na sociedade. A conferência foi marcante um grande avanço	1
538	238. sim	promoveu mobilização; ampliou a participação	1
539	239. sim	foi um grande avanço. nós participantes sentimos muito honrados por esta grande oportunidade	1
542	240. sim	pq pude observar mulheres de vários estados brasileiros e de diversos segmentos. foi muito rico este encontro	1
543	241. sim	pois foi garantida a participação das delegadas em todo o processo, através de contatos por telefone, internet, entre outros	1
549	242. sim	pq existiu uma enorme articulação entre os grupos / movimentos sociais de todos os estados, permitindo assim uma maior organização dos trabalhos	1
550	243. sim	possibilitou a participação das mulheres em todo os níveis	1
553	244. sim	mobilizou as mulheres interessadas para a discussão e participação, respeitando a diversidade política, cultural, social e religiosa	1
556	245. sim	pq todos os estados e seus respectivos municípios tiveram a oportunidade de participar efetivamente das discussões e a maioria o fez	1
557	246. sim	pq houve a possibilidade de estarmos todas representadas em toda e quer possibilidade de raça, etnia, escolha	1

		sexual com livre direito de fala	
565	247. sim	todas as delegadas tiveram direito de se manifestar	1
566	248. sim	pq se foi construído c/ todos e todos apesar das divergências puderam opinar e discutir	1
567	249. sim	buscou valorizar a participação desde o nível local / municipal; divulgou regimento interno com antecedência; valorizou participação da sociedade civil (60%); respeitou especificidades locais	1
568	250. sim	já que todas foram ouvidas em seus anseios e puderam deixar registrados todo o seu trabalho e envolvimento	1
569	251. sim	possibilitou a contribuição de todos a partir das explanações em plenária, na relação com a hospedagem e transporte e alimentação	1
571	252. sim	pela oportunidade dada a todas	1
574	253. sim	considero que houve a participação de todos os estados envolvendo a esfera governamental e a sociedade civil, possibilitando a participação de todos / todas independentes de cor, raça, idade, classe social	1
575	254. sim	na medida em que procurou atender a representatividade	1
577	255. sim	possibilitou a todas as mulheres e seus grupos representativa participassem de todos os momentos na construção em nível municipal como consequência uma boa representatividade para a conferência estadual e nacional	1
578	256. sim	a base foi consultada através das conferência regional , ampliada e estadual	1
579	257. sim	pq houve nos estados e municípios processos que possibilitou ampla discussão	1
580	258. sim	permitiu a participação ampla das mulheres a fazer discussões sobre temas importantes p/ melhorar suas vidas	1
581	259. sim	possibilitou a circulação do tema mulher e promoveu muitos debates. criou um clima participativo	1
586	260. sim	envolveu um grande n.º de participantes nos debates, sem qualquer restrição, em todo o país	1
588	261. sim	pelo fato de ter iniciado o processo pelos municípios; valorização dos movimentos sociais (mulheres, movimentos feministas etc...)	1
590	262. sim	pq foi muito discutida debatida e articulada	1
591	263. sim	articulação permanente, secretaria nacional / governo estadual / comissão governadora; aviso as informações	1

		em tempo hábil	
592	264. sim	permitiu a representação dos diversos estados brasileiros e de vários segmentos	1
593	265. sim	foi dado oportunidade p/ o movimento social em geral participar da conferência sim nos municípios, estados , a conferência nacional foi resultado destas e no RN foi tudo democrático	1
596	266. sim	pq as mulheres estão juntas todas com o direito de igualdade racial falando de seus direitos democraticamente, mostrando sua força em todos os aspectos.	1
597	267. sim	a escolha foi maioria pelo voto.	1
599	268. sim	possibilitou a participação efetiva de vários segmentos	1
601	269. sim	pq conseguiu mobilizar e fazer participar os de todos os segmentos os mais variados possíveis	1
602	270. sim	pq deu oportunidade para todas as raças e etnias de gênero participarem.	1
604	271. sim	pq todas as mulheres tiveram oportunidade de participar. Representando cada região	1
607	272. sim	pq teve a participação de todas as categorias	1
612	273. sim	pq foi aberto para todos	1
613	274. sim	todas poderiam se manifestar através da fala	1
615	275. sim	boa participação de org. civis	1
617	276. sim	grande números de delegadas	1
621	277. sim	pq contemplou diversos setores da sociedade, oferecendo a mesma estrutura à todos	1
623	278. sim	viabilizou a participação de mulheres de todo país	1
625	279. sim	pq viabilizou a participação de muitas mulheres de todas as regiões do Brasil	1
639	280. sim	sim, pq todas tiveram oportunidade de expor suas idéias e objetivos no coletivo	1
642	281. sim	pq deu oportunidade para todos os segmentos organizados da sociedade civil. Participar sem exclusão democraticamente.	1
646	282. sim	deu espaço para a grande diversidade das mulheres	1
647	283. sim	todos os participantes tiveram direito a liberdade de expressão	1
648	284. sim	sim, pois todos os Estados estavam presentes. grande participação dos indígenas e negras	1
650	285. sim	pq todas mulheres do Brasil inteiro pode se manifestar e dar a sua opinião	1

651	286. sim	pq apesar do número pequeno de delegadas governamentais, todos os organismos puderam de fazer representar	1
652	287. sim	pq foi ouvido as pessoas "delegadas" e respeitando às opiniões	1
656	288. sim	é a primeira vez que as mulheres de norte a sul tem a chance de ter vez, voz, voto, lutar pelos seus direitos e deveres	1
659	289. sim	pq partiu das bases municipais , regionais, passou ao Estado, e agora se faz presente na etapa nacional	1
660	290. sim	todo processo iniciou nos municípios e se buscou a participação de toda sociedade civil organizada	1
666	291. sim	trouxe a tona as condições reais que as mulheres se encontram	1
667	292. sim	foi respeitada em todos os itens, a opinião de cada participante	1
675	293. sim	pq o direito de voz foi dado a todos brasileiros aqui presentes	1
676	294. sim	toda a sociedade civil sai contemplada	1
678	295. sim	houve mais interação entre as pessoas	1
679	296. sim	pq todas tiveram direito de participar	1
680	297. sim	pq todos os presentes puderam dar sugestões	1
681	298. sim	pq todos os municípios puderam participar	1
684	299. sim	pq todos tivemos direito a vez e voz. Mulheres unidas jamais serão vencidas	1
685	300. sim	integração	1
687	301. sim	pq deu oportunidade que almejamos	1
692	302. sim	foi democrático pq englobou todas as questões das mulheres	1
693	303. sim	houve possibilidade de sugerir dentro das conferências em ambos os níveis	1
697	304. sim	possibilitou a participação de diversas mulheres no país , com toda a diversidade que temos, mulheres negras, índias, donas de casa, mulheres militantes etc...	1
699	305. sim	na medida do possível acho que todos os Estados foram contemplados	1
700	306. sim	pq não houve desavenças e todas as mulheres, mesmo sendo de "partidos diferentes" usaram a cultura a sabedoria e o bom senso para a conclusão desta conferência e que o resultado seja ideal para todos	1
702	307. sim	houve uma participação democrática na conferência	1

703	308. sim	pq pelo menos no meu caso fui eleita democraticamente e vim aqui exercer meu direito democraticamente de discussão e construção de um país mais justo para nos mulheres	1
704	309. sim	representação pluralista de partidos e órgãos da sociedade civil	1
705	310. sim	acredito ser umas das conferências mais participativa desde as conferências municipais a riqueza que cada delegada traz de suas bases demonstra o grau de democracia que nós mulheres vamos aos poucos implementar neste país	1
706	311. sim	pq ouve escolha e participação	1
707	312. sim	todas puderam dar opiniões, participar da plenária	1
708	313. sim	sim, pq foi assegurado a participação de todas as mulheres e aberto para as discussões	1
710	314. sim	pq houve participação de mulheres de todo o Brasil na tomada de decisões	1
716	315. sim	contemplou a maior discurso de mulheres	1
717	316. sim	pela qualidade dos documentos enviados aos mais longínquos municípios desse país e o enfrentamento com as mais diversas forças política p/ garantir a participação das mulheres	1
718	317. sim	pq todos tiveram direitos pra opinar de maneira democrática	1
725	318. sim	sim, pq houve possibilidade de todas as cidades se organizarem e contribuir e também elegem suas delegadas (participação municipal e estadual)	1
729	319. sim	possibilitou a participação de um grande n.º de mulheres	1
731	320. sim	todos foram contemplados . Está representativo	1
732	321. sim	houve a integração sociedade civil e governo	1
733	322. sim	está todo mundo tendo a liberdade de participar de tudo	1
734	323. sim	pela diversidade de ONGs, governo, sociedade civil presente a conferência	1
739	324. sim	pq s delegadas de todas as regiões do Brasil tiveram igualdade de oportunidade de estar participando	1
740	325. sim	quem veio participou ativamente. Plenário sempre cheio	1
744	326. sim	convocação adequada, tempo hábil p/ as conferências municipais e / ou regionais ampla discussão e mobilização popular em todos segmentos sociais ( SP)	1
746	327. sim	representativa e transparente	1
747	328. sim	pq possibilitou a organização de base	1

748	329. sim	pq foi considerado (a) diversidade, as questões de gênero, raça e etnia puderam ser representadas	1
749	330. sim	houve participação do grupo em geral com direitos iguais a todas	1
761	331. sim	estamos construindo uma cultura de participação e nos municípios, principalmente nos pequenos há pouco ou nenhum estímulo à participação e às vezes não existem movimentos sociais. Abriram espaços físicos ( clube exército e clube BB) p/ as forças populares formularem políticas públicas. VIVA!	1
762	332. sim	há a abrangência de todos os Estados Brasileiros, com a participação e discussão criada em mais de 2.400 municípios	1
763	333. sim	pq houve participação efetiva dos governos municipais e sociedade civil. Foi um processo de construção coletiva	1
766	334. sim	pq deu oportunidade de todos os estados e municípios participarem e isso é democracia	1
770	335. sim	todos tiveram a oportunidade de expor	1
773	336. sim	o incentivo a sociedade e concretização das mulheres (participação)	1
778	337. sim	tivemos acesso a todas as informações podemos nos manifestar com liberdade	1
780	338. sim	pela oportunidade de nos colocarmos perante a sociedade como um todo	1
781	339. sim	o tempo todas as mulheres tiveram a liberdade de se expressar e articular para a tomada de decisões e voto	1
782	340. sim	a discussão foi democrática, garantindo a ramificação dos segmentos	1
783	341. sim	foi dada oportunidade à todas as mulheres no processo de conferência participarem e daí não era possível todas serem delegadas	1
784	342. sim	possibilitou ampla participação das mulheres	1
785	343. sim	participação vários segmentos e regiões ; conferências	1
787	344. sim	discussão e decisão coletiva através de plenárias municipais e estaduais com participação de muitas mulheres	1
791	345. sim	deu oportunidade de participação a todas	1
794	346. sim	devido as consultas, debates e deliberações em níveis estadual e municipal	1
795	347. sim	reunião todas as instâncias do território nacional : municípios, estados e a União	1

799	348. sim	acredito que houve a participação de representantes de todos os movimentos e regiões do país	1
800	349. sim	abrir espaço p/ discussão nos movimentos e nós mulheres nos organizando p/ algo tão importante	1
807	350. sim	pois deu direito de voz a todos os participantes	1
809	351. sim	buscou contemplar as expectativas das mulheres nos níveis locais, regionais, estaduais	1
818	352. sim	pq todas tiveram o direito de se expressarem	1
820	353. sim	pelo processo de construção vivido nas conferências municipais e estaduais	1
821	354. sim	todas as mulheres que quiseram participar teve acesso	1
823	355. sim	processo amplo de escuta	1
824	356. sim	houve espaço p/ o embate e a articulação política, além da participação ampla de setores da sociedade	1
825	357. sim	grande n.º de participantes desde as plenárias municipais	1
826	358. sim	pq os critérios foram definidos e divulgados com antecedência. Pela articulação e interlocução com os estados	1
829	359. sim	oportunizou a participação armando o processo como construção coletiva da sociedade	1
830	360. sim	pela participação desde os níveis locais, inclusive pelo processo eleitoral. Em nosso caso específico, o federal, foram oferecidas vagas aos ministros para que escolhessem. Na agricultura buscou-se reunir as interessadas e estas se candidatassem, havendo + participação	1
831	361. sim	discussão a partir dos municípios, estados com base em um documento base, permitindo a incorporação dos diversas necessidades de todos os segmentos sociais de mulheres de todas as regiões do país. Contemplou a diversidade existente no país.	1
832	362. sim	ofereceu várias alternativas de participação, criando espaço de discussão da questão relacionadas a mulher	1
833	363. sim	pq sua construção partiu da reflexão de vários setores da sociedade civil, e não apenas do desenvolvimento feminista. Esta distinção entre movimento feminista e movimento de mulheres é fundamental	1
835	364. sim	pq passou pelas esferas municipais, estaduais e distrital com ampla participação de sociedade civil	1
839	365. sim	pq houve conferências municipais e estaduais cujos resultados foram consolidados no documento a ser	1



		debatido na conferência nacional	
840	366. sim	pq houve larga discussão sobre temas atuais e importantes sobre políticas direcionadas a mulher	1
842	367. sim	incluiu todos e democratizou participação	1
843	368. sim	pq para a realização das conferências estaduais foi necessário construir conosco entre sociedade civil e governos, para a construção da conferência tanto nos estados como nos municípios (participação municipal e estadual)	1
845	369. sim	contemplou todos os segmentos da sociedade	1
846	370. sim	pq incorporou todos os movimentos sociais e foi precedido de conferências estaduais e municipais que lançaram as bases p/ a conferência nacional	1
847	371. sim	pela ampla mobilização dos mais diversos segmentos dos movimentos de mulheres e outros setores da sociedade	1
848	372. sim	por ter envolvido de maneira efetiva a sociedade civil (tanto nos debates como na organização) e Estados e municípios	1
851	373. sim	houve efetiva participação de todos os grupos de mulheres e a grande maioria das reivindicações foram atendidas. Grande avanços	1
853	374. sim	participação e representação das mulheres nas conferência estaduais e municipais	1
860	375. sim	foi realizado por meio de ampla participação / consulta em todos os estados brasileiros	1
861	376. sim	foi uma construção nacional e partiu dos municípios e estados, tendo sido asseguradas facilidades que tornaram possível a participação de delegadas de diferentes origens, categorias, raças, etnias etc..	1
863	377. sim	somente com voto da maioria se resolva qualquer coisa	1
865	378. sim	todos tiveram oportunidade de demonstrar suas ideologias	1
867	379. sim	houve participação real da sociedade	1
869	380. sim	participação de mulheres de todas as localidades do Brasil, de todas as classes sociais e de segmentos culturais	1
871	381. sim	as pessoas puderam expor (articular) de forma construtiva	1
872	382. sim	pq foi mobilizada toda a sociedade civil nos estados e municípios dando origem a + de 3.000 reivindicações	1
873	383. sim	pq ouviu todas as instâncias	1
876	384. sim	ampla divulgação discussão participativa	1

877	385. sim	um grande n.º de municípios participando, embora menos de 50% do total. Inclusão de mulheres de várias classes sociais, raças, etnias, algumas recém chegadas ao movimento feminista	1
879	386. sim	por ter dado a oportunidade a todos, sem qualquer distinção de raça, cor, credo e situação econômica, a opinar, participar efetivamente na construção das políticas para as mulheres do Brasil	1
880	387. sim	pq deu oportunidade aos estados e municípios de mobilizarem nos diversos setores sociais	1
881	388. sim	permitiu o envolvimento de mais de 120 mil mulheres	1
883	389. sim	pq a participação de mais de 120 mil mulheres reflete um processo de ampla consulta e mobilização	1
885	390. sim	a diversidade do público apontava nesse sentido, mas como não participei das conferências estaduais e municipais é difícil julgar	1
886	391. sim	A SPM procurou todos os segmentos envolvidos	1
889	392. sim	possibilitou a discussão em todos estados	1
895	393. sim	foi, pq todas delegadas tiveram oportunidade de contribuir p/ esta construção , com direito a voz e voto p/ propor, deliberar e contraditar qualquer proposta ou diretriz	1
896	394. sim	foi pq todas delegadas tiveram oportunidade de contribuir p/ esta construção também vez e voz para propor ou contraditar qualquer proposta	1
<b>Democracia viabilizada pela metodologia adotada</b>			
4	1. sim	pq todas as delegações estão tendo a oportunidade de discutirem e lutarem pelo bem e pelo progresso dos temas abordados do seu estado / municípios	7
73	2. sim	a metodologia aplicada possibilitou a participação de todos os grupos ( diversidade)	7
82	3. sim	bem distribuído os trabalhos e grupos	7
96	4. sim	pelo saber ouvir	7
101	5. sim	Além de sermos um país democrático a plenária estava certa, para sua colaboração de mudar, lutar e batalhar por sua vitórias de lutas cotidianas	7
109	6. sim	houve tentativas e ações para viabilizar o empoderamento da sociedade civil na construção do processo das conferências, digo, no processo de construção das conferências	7
118	7. sim	todas as decisões estavam coerente com as realidades dos	7

		estados		
120	8.	sim	pq diante das dificuldades aqui encontradas e expostas, percebi que houve tempo para sermos ouvidas e a tempo foi dado respostas e inclusão, mesmo apesar de algumas do Estado ter vindo separadamente com composto e outras não	7
131	9.	sim	para condução e abertura da condução dos trabalhos	7
152	10.	sim	pq éramos inaudíveis. Não foi perfeito, porém ampliou o espaço de fala das mulheres	7
170	11.	sim	oportunizou uma análise de conjuntura local (municípios), estadual e nacional, e formulação de propostas viáveis para as mulheres indistintamente	7
184	12.	sim	pela possibilidade de aprofundamento dos debates nos estados e municípios	7
192	13.	sim	direito de votos	7
198	14.	sim	pq esse processo se discute em grupo aberto e não grupo fechado	7
205	15.	sim	houve espaço p/ participação de todos os segmentos e ampla discussão dos eixos	7
207	16.	sim	pelo trabalho desenvolvido	7
244	17.	sim	pq teve oportunidade de conhecer o que estão querendo. melhora p/ nós mulheres	7
245	18.	sim	o nível das discussões, tanto nas plenária regionais quanto na estadual foi muito rico.	7
276	19.	sim	observou os direitos de todos nos trabalhos nos eixos; a condução dos trabalhos foi democrático	7
293	20.	sim	pq foram ouvidas as opiniões, foram aproveitadas as resoluções municipais, como deve ser todos eventos realizados, nós petistas que lutamos por democracia devemos fazer que essa continue sendo nossa bandeira	7
295	21.	sim	tentou-se atender à todos	7
304	22.	sim	pq tudo que foi tratado foi bem	7
306	23.	sim	pq foi discutido, participativo e votado	7
360	62.	sim	pq procurou-se contemplar ao máximo o que foi propostas nas conferências estaduais	7
383	24.	sim	pq tivemos a oportunidade de participar e contribuir, principalmente nos eixos temáticos	7
408	25.	sim	participamos das discussões em grupo	7
440	26.	sim	pq deu oportunidades de discutir nos nossos estados, de acordo c/ a nossa realidade, afunilando as discussões e construindo as propostas p/ concretizarmos juntas até a	7

			conferências	
466	27.	sim	foi pq houve um trabalho inicialmente nos municípios, região e em nível nacional. Os eixos temáticos indicam prioridades a trabalhar urgentemente	7
478	28.	sim	por exemplo participei do grupo de trabalho de minha preferência	7
514	29.	sim	acesso as informações e decisões	7
554	30.	sim	sim, por conta dos debates que antecederam ao Encontro e pela possibilidade de juntos organizarmos propostas que efetivamente trarão transformação social no campo do direito da mulher desdobrando para as diversos segmentos da sociedade brasileira	7
606	31.	sim	pq foi explicado e exposto todos os temas e foi possibilitado a construção dos eixos temáticos de acordo com cada realidade	7
608	32.	sim	Foram expostos todos os temas, propostas e foi aberta a todas as participantes para darem suas idéias, seus desejos	7
609	33.	sim	Pela participação democrática e participativa das delegadas, principalmente a aprovação das propostas que beneficiaram as classes menos favorecidas (negros, índios etc)	7
610	34.	sim	Pois temos o prazer de fazermos proposta e protesto com assuntos pertinentes a todas mulheres para um mundo mais feliz com equidade e empoderamento	7
620	35.	sim	no que concerne às deliberações estaduais, grande parte estavam contempladas na proposta de diretrizes distribuídas	7
645	36.	sim	pq foi colocado em todas as conferências as mesmas propostas	7
663	37.	sim	pq foram pensados e refletidas todas os processos de construção	7
668	38.	sim	pela capacidade orgânica de conceber a conferência, pela capacidade de articular e dinamizar tanta diferença de cor, de caras e de belezas	7
689	39.	sim	todos os segmentos da sociedade que estiveram presentes tiveram oportunidades para apresentar suas propostas , diretrizes especialidades e objetivos	7
691	40.	sim	pq foi englobados todos os temas em, volvendo as questões p/ as mulheres foi bem discutidos	7
713	41.	sim	pude escolher o eixo temático que eu queria e participar dele	7

714	42. sim	As divisões dos eixos em sub- grupos garantiu a ampla discussão e participação do maior n.º de mulheres o que talvez não fosse possível em grandes grupos ( apenas 5)	7
736	43. sim	pq propiciou oportunidade de participação a convidadas, ouvidoras e personalidades internacionais. Foi muito rico quanto ao intercâmbio de informações	7
737	44. sim	pq proporcionou oportunidade de participação de convidados, ouvintes e personalidades internacionais e políticos	7
743	45. sim	houve espaço de discussão; infelizmente não foi aproveitado	7
755	46. sim	houve um bom encaminhamento na conferência municipal, o que facilitou p/ que na conferência nacional viéssemos bem preparadas quanto ao propósito de conferência e a abertura da ministra (secretaria) nacional ajudou muito no resultado da conferência	7
789	47. sim	permitiu que todas as delegadas coloca/ debatesse suas propostas	7
790	48. sim	possibilitou a participação das mulheres, ressaltando as propostas em busca da promoção da igualdade, respeitando a diversidade	7
897	49. sim	pq discussão ampla e aberta a vários grupos e as mesas de palestras com muita compreensão	7
804	50. sim	pelo fato de ter tido várias reuniões e encontros para elaborar esse processo	7

#### Democracia viabilizada pelos critérios adotados

5	1. sim	devem realmente participarem teve a oportunidade de se escrever	8
6	2. sim	pq se colocou os critérios necessários	8
8	3. sim	pelo material (regimento, etc.) distribuído com antecedência, regras claras, bom contato c/ a organização	8
65	4. sim	pelos critérios estabelecidos sendo realizadas conferências municipais / regionais e estaduais	8
90	5. sim	pq o regimento facilitou e a coordenação do evento respeitou tanto o regimento como a voz da plenária	8
132	6. sim	pq tudo ocorre com coerência e responsabilidade	8
149	7. sim	foram respeitados os critérios de representatividade do governo e da sociedade	8
151	8. sim	pq respeitou os critérios das conferência estaduais	8
196	9. sim	pela característica da conferência de estar contando com a melhoria da comunidade	8

210	10. sim	pq tudo transcorreu em clima de normalidade dentro do regimento aprovado	8
214	11. sim	desde o início, ficou estabelecido que ser delegada, seria necessário passar pela conferência estadual. Onde , participei efetivamente desde a coordenação e organização da conf. estadual	8
264	12. sim	estabelecer critérios baseados na democracia que foi, na verdade, a única imposição sem chance de acordo / apelação	8
358	13. sim	por ter critérios bem definidos e organizados	8
374	14. sim	pq todas tiveram liberdade p/ expressar seus direitos e deveres de acordo como regulamento proposto na conferência	8
396	15. sim	pq foi seguido os critérios do regimento e regulamento	8
427	16. sim	por ser estabelecido critérios, garantindo a participação a nível nacional das delegações (delegadas)	8
454	17. sim	pq só quem participou das plenárias municipais, regionais e estaduais	8
492	18. sim	a divisão pelo n.º de habitantes populacional de cada estado - a orientação p/ que todos sociedade civil, gov. municipal, gov. estadual; se envolvesse no processo	8
502	19. sim	pq os critérios teve muita lisura e transparência	8
530	20. sim	pq foi respeitado cada etapa e o incentivo à participação foi constante	8
533	21. sim	forma de condução dos trabalhos	8
540	22. sim	pq foi respeitada a escolha dos municípios e estados e seus critérios de acordo com a indicação da nacional	8
561	23. sim	pq a plenária é soberana	8
576	24. sim	pq contemplou as instituições não governamentais mesmo sem CNPJ. mas com atuação em suas cidades	8
598	25. sim	os critérios eram bastantes claros	8
655	26. sim	escolha com critérios	8
688	27. sim	pq os estados foram avisados com bastante tempo para se organizar. As plenárias municipal e estadual foram os únicos fóruns para tirar delegadas. Exceto as conselheiras	8
727	28. sim	pq apesar dos problemas, a sociedade civil conseguiu vir, precisamos repensar critérios e não torná-las num espaço ou modo p/ fazer turismo e sim trabalhar	8
735	sim	a conferência nacional foi espaço de organização em todos os critérios	8
742	sim	ainda que tenha crítica aos critérios adotados p/	8

		representação, sobretudo nos estados, a 1ª conferência buscou abranger todos os setores da sociedade, com muito fôlego p/ a sociedade anil, o que entendo correto	
745	sim	por ter sido respeitado os critérios	8
765	sim	pq foi rigorosamente sobre critérios democráticos	8
777	sim	permitiu participação ; se respaldou no regimento aprovado	8

## Categorização das respostas às perguntas 79 e 80

### Processo da Conferência Nacional Ele foi democrático? Por quê?

#### — Categorização das justificativas do NÃO —

N.º Q	Não	Não souberam responder e / ou não justificaram	Categoria
850	1. Não sei	não sei responder, pois não participei ativamente deste processo, na fase inicial	
326	2. razoável	acho que foi mais ou menos	
121	3. Não		
146	4. Não		
154	5. Não		
160	6. Não		
435	7. Não		
546	8. Não	a preocupação em garantir o processo democrático inviabilizou questões importantes a serem discutidas nos grupos	
673	9. Não		
827	10. Não	só teoricamente democrático na prática houve muitos deslizes	
838	11. Não		
<b>Respostas de categorias mistas</b>			
224	1. Não / razoável	apadrinhamento e desprezo aos capacitados, falta de comunicação, informações, pessoal incapacitado, desinformado, nervoso, principalmente os coordenadores de delegação não coordenavam e deixavam os delegados a própria sorte, inclusive nos deixam nos alojamentos, hotel, temos que pegar carona ou andar a pé, por vezes não temos condições de adquirir um serviço de táxi, nos obrigou a ir embora antes dos terminos da conferência ou nos abandonam agressivamente	1/ 9
712	2. Não	pq somente participaram pessoas com cartas marcadas. Geralmente as mulheres que estão na periferia nem ficam sabendo, não tem acesso as informações. Às vezes as mulheres "tarefeiras" só são chamadas na hora de referendar o processo, isto é, para votarem naquelas que	2/ 3

		vão representá-las	
758	3. Não	pq as plenárias regionais são muito restritas as mulheres do movimento não são convocadas ou convidadas	3/ 12
776	4. Não	primeiramente por ser convocado nos estados pelos conselhos da condição feminina que em muitos locais envolveram as primeiras damas e não as mulheres	2/ 12
643	5. Não	No RS, os municípios não foram chamados para construir o processo estadual. Muita dificuldade em obter informação, pouca transparência e confusão para os critérios.	1/ 3/ 12
670	6. Não	1) Não houve ampla divulgação por parte do governo estadual e conselho. Os movimentos sociais ficaram isolados. 2) A maioria dos governos estaduais apenas investiram p/ garantir a participação de mulheres governamentais, sem nenhuma e/ ou pouca disposição e conhecimento sobre a problemática das mulheres brasileiras 3) ausência de eixo temático: mulher e mercado de trabalho.	1/ 2/ 3
79	7. Não	muito municípios e custados não tiveram vontade política de apoio, divulgação, parceria com movimentos sociais e de mulheres existentes nos mesmos, evitando a participação, dificultando, omitindo o processo, alguns o governo é do PT	1/ 2/3
68	8. Não	houve pouco tempo p/ a organização das conferências municipais regionais e a comunicação foi insuficiente. Na Bahia o governo do Estado dissolveu a comissão após a conferência estadual e agiu de forma centralizadora e autoritária	1/ 2
116	9. Não	a possibilidade das mulheres do interior de participarem foi limitada devido ao pouco empenho do governo do estado em divulgar e mobilizar para a conferência em alguns municípios e regiões os governos não se abriram p/ a construção coletiva. Os governo especialmente o Estado não ofereceu condições dignas para que as mulheres participassem ampla e efetivamente	1 / 3
108	10. Não	pq percebi que muitas companheiras capazes de boas discussões políticas ficaram de fora enquanto muitas outras sem conteúdo eficaz se credenciaram delegadas e votaram sem consciência política	2/ 3
342	11. Não	1º - determinação dos prazos foram escassos p/ a realização das plenárias /conferências municipais e / ou regionais. 2º Os temas /temáticas já foram	3/8/ 12

		preestabelecidas limitando alguns outros pertinentes. 3º gostaria que a participação das mulheres jovens fosse mais incentivada, há a necessidade de geração de novas lideranças no sentido de renovação/ modernidade e até de continuação da luta.	
<b>Democracia comprometida pela deficiência de comunicação</b>			
813	1. Não	pq faltou mais publicidade, muitas pessoas nem sabiam o que estava acontecendo, mesmo aqui em Brasília e isto acabou afetando o processo como um todo	1
349	2. Não	faltou mais divulgação na mídia, em nenhum momento eu vi quaisquer anúncio na televisão, que é o meio de comunicação mais acessível faltou ainda a exposição de cartazes e outros meios de comunicação	1
228	3. Não	falta de informação do processo de formação da conferência	1
249	4. Não	os municípios foram mal informados pelo estado deixando de participar muitos municípios da nossa regional	1
756	5. Não	problemas para comunicação e pouca divulgação	1
756	6. Não	problemas na comunicação e pouca divulgação	1
803	7. Não	faltou informações, maior divulgação pelos meios de comunicação	1
<b>Democracia comprometida pela falta de apoio para participação</b>			
24	1. Não	muitas companheiras não participaram desta construção	3
279	2. Não	muitas cidades não participaram, por limitação de vagas, que a próxima conferência possa das oportunidade a todos os municípios, pois o que é importante é a participação integral pela diversidade desse país	3
288	3. Não	não houve participação efetiva dos conselhos das mulheres em toda a construção do processo e o tempo para mobilização foi pouco	3
291	4. Não	pela não participação de vários municípios que continuam excluídos deste processo de participação da mulher em processos decisórios	3
419	5. Não	uma cidade como Olinda só veio uma representante governamental e uma ONG, é muito pouco	3
527	6. Não	a reconstrução nos estados não foi nada democrática, impossibilitando que boa parte dos mulheres da sociedade civil pudessem participar. OBS. os partidos políticos foram muito prejudicada em termos de nº	3
898	7. Não	não houve uma divulgação dentro das expectativas por ser o ano da mulher e a 1ª conferência nacional. Dessa	3

		maneira, a participação ficou restrita nas mãos dos conselhos (maiores) pois os mesmos foram criados sem nenhuma estrutura da noite p/ o dia como forma de garantir a participação de quem interessava.	
<b>Democracia comprometida pela disputa política</b>			
45	1. Não	tivemos que pressionar, conseguimos 8 passagens pelo estado e Não pelo município. éramos 22 delegadas ao todo	2
84	2. Não	muitas mulheres de luta ficaram fora do processo por questões políticas	2
87	3. Não	as secretarias de estado não foram democráticas com movimentos sociais	2
141	4. Não	pq teve regiões que não aconteceu as plenária municipais e a conferência estadual, teve problema no final . o conselho estadual não mandou o nome da delegação p/ inscrição dos grupos	2
144	5. Não	pq democracia pressupõe condições de participação e percebendo que as conferências municipais e regionais fazem parte da nacional e estas não garantiram a vinda de suas delegadas ( lê se governos estaduais). Logo, tivemos a impossibilidade de vinda de muitas delegadas de todos os estados (principalmente por falta de recursos financeiros.)	2
183	6. Não	a conferência foi direcionada conforme a vontade do governos federal que se recusou a ouvir as bases	2
187	7. Não	a conferência foi direcionada de acordo com a vontade do governo federal	2
188	8. Não	a conferência foi muito direcionada de acordo com a vontade do governo federal, não se teve espaço para discussão	2
366	9. Não	a dinâmica dada na conferência estadual., motivada pelo movimentos de mulheres da sociedade civil, foi razoavelmente tranqüilo, no entanto, no processo de escolha de delegadas, prevaleceu a hegemonia de um partido político (PT) que tem dificuldade de se relacionar c/ outras forças políticas	2
390	10. Não	pq a partir do documento base, as conferências já estavam direcionadas p/ aprovação de algumas propostas ainda não legalizadas como a prática (legalização) do aborto, união civil entre homossexuais, etc. Não sendo tratados c/ o devido respeito todas que se posicionaram contra qualquer destas propostas.	2

445	11. Não	houve problemas na regional de Floriano pela deputada que não aceitou trabalhadoras rurais	2
449	12. Não	pq vieram pessoas que não contribuíram e p/ o processo	2
452	13. Não	O estado não forneceu apoio suficiente, sendo que a sociedade civil, foi quem praticamente realizou a conferência estadual e a escolha das delegadas não foi feita de forma democrática, suprimindo apenas os interesses pessoais de pessoas que não contribuíram com o processo de realização da mesma.	2
480	14. Não	pq as dificuldades de construção democrática ocorrida na conferência municipal comprometeu o processo como um todo (estadual e nacional)	2
488	15. Não	pela intranqüilidade na escolha	2
493	16. Não	pelo item 78 (em termos de tranqüilidade no processo eleitoral na conferência estadual)	2
497	17. Não	Itaipu convidou somente companheira do PT para jantar e deputado Jair para almoço em seu apartamento	2
510	18. Não	não podemos afirmar que o processo como um todo foi democrático, pois a convocação e construção das conferências municipais e estaduais se deram de forma bastante diferenciada. Acontecendo de forma hierárquica em algumas delas. No entanto, constituiu-se num importante processo de diálogo e debate entre o governo e a sociedade civil e entre ela mesma.	2
583	19. Não	forma estabelecidas diretrizes de cima p/ baixo, olharão os governos estaduais como vilões, no entanto a maioria dos gov. estaduais bancarão 100% de todo o processo municipal e estadual	2
584	20. Não	não respeitaram a equidade de gênero; não respeitaram os governos estaduais, visto que os mesmos bancaram 100% das conferências municipais e estaduais	2
595	21. Não	pq as nossas representantes parlamentares não tiveram participação	2
603	22. Não	pq nem as próprias parlamentares que já são representantes do povo não tiveram acesso.	2
611	23. Não	faltou o governo de RR se responsabilizar pela ida das mulheres à conferência	2
618	24. Não	faltou deixar mais na mão do movimento a construção. tivemos problemas com prefeituras e governos da direita. em Florianópolis e no RS tivemos muitas dificuldades durante todo o processo.	2
635	25. Não	prevaleceram muitas idéias do povo do norte e nordeste,	2

		discriminando muito o sul como se lá não tivesse problemas, nós também temos problemas e lutamos para aplicar os recursos cada vez mais p/ o desenvolvimento local. Batalhando incessantemente para alcançar nossas conquistas de igualdade.	
638	26. Não	pq nós estamos muito longe de viver a democracia, por existir pessoas com opinião formada que dominam com sua arrogância os demais, não existe consenso. As pessoas estão muito distante do humanismo.	2
751	27. Não	pq houve interferência do partido contrário	2
792	28. Não	pq partidos de oposição ao governo federal inviabilizou no que pode, o processo democrático	2
802	29. Não	a conferência estadual em São Paulo foi muito tumultuado o processo de escolha das delegadas nas cidades	2
814	30. Não	O estado do Tocantins foi muito ruim que teve delegada que não pq não mora na capital . Ele não passou recursos para as pessoas . Chegou ficar 12 delegadas sem vir. Eles não considerou os movimentos sociais, teve delegada que veio sem recursos na Van do estado, não almoçou, nem jantou, e se segue os piores tratamentos pela coordenadora da Van, agora quem é da prefeitura e do estado tem almoço, janta, café.	2
<b>Democracia comprometida por deficiência de infra-estrutura oferecida às participantes</b>			
627	31. Não	não queriam credenciar uma mulher negra de São Paulo, depois solicitaram que ela se retirasse da plenária, achei isso anti -democrático	2
280	1. Não	Faltou mais organização da parte da comissão organizadora	9
547	2. Não	desrespeito com delegadas. inscrição muito corrida, a nosso município se quer pôde ser convidada ou observadora na representação governamental, pois facilitaria a execução de políticas públicas integrais p/ mulheres, não constava o nosso nome de delegadas nas listas de grupos, precisa rodar uma hora para pedir a participação, pois em nenhum grupo estava inscrita.	9
<b>Democracia comprometida pela liberdade de expressão</b>			
891	1. Não	Os PPDs sequer foram mencionados pela mesa, e apesar de estarem presentes, tiveram oportunidade de manifestação. Faço este registro, após ouvir um grupo de portadores de deficiência que lamentavam o ocorrido ao	10

		final dos trabalhos do dia 16	
892	2. Não	os PPDs tiveram pouco espaço dentro desta 1ª conferência	10
<b>Democracia comprometida pela metodologia adotada</b>			
26	3. Não	Muitas companheiras não puderam participar da formação dos doc; devido a polêmicas de temas, propostas e tempo para uma maior avaliação das propostas	8
51	4. Não	a coordenadora de mesa não dava espaço suficiente para nós falar e a mesma era muito autoritária	8
98	5. Não	muitas falas centradas e representativas da mesa, sem participação da plenária	8
268	6. Não	propostas estaduais (algumas) não compareciam no caderno p/ serem aprovadas ou não no grupo; não poder surgir propostas novas nos grupos; não ter o relatório aprovado pelos grupos na plenária final; e não houve debate c/ as palestrantes	8
434	7. Não	pessoas deveriam ir p/ as plenárias de forma mais eminente	8
468	8. Não	não constou eixo, etnia, raça	8
495	9. Não	pq não foi citado a questão do negro que ao meu ver ainda e digo ainda não da pra discutir de forma unificada	8
525	10. Não	não. pq o documento c/ proposto de diretrizes saiu no dia isso deixa algumas mulheres fora do processo. documento se estuda antes	8
594	11. Não	Não houve espaço para intervenções nos painéis e debates quanto aos discursos apresentados pelos palestrantes	8
624	12. Não	Porque em alguns momentos não se cumpria a decisão da plenária, parece que havia muita pressa (os itens davam margem a mal entendidos)	
631	13. Não	Penso que os eixos foram modificados dificultando contemplar todos os segmentos de mulheres	8
822	14. Não	a coordenação não deu abertura p/ as discussões, o que deixou o processo pobre, se tivesse acontecido mais participação nos grupos teria sido rico e melhor construído todo o processo	8
<b>Democracia comprometida pelos critérios</b>			
23	1. Não	não, devido a forma que foi conduzida a definição de critérios para a participação da plenária, atos às observadoras que não tiveram direito a voz. Por que as	12

		convidadas tem direito?	
74	2. Não	nem sempre os critérios foram respeitados. O percentual por estado deixou a desejar. Houve muita manipulação depois de haver escolhido a delegação	12
122	3. Não	observador deveria ter direito a falar	12
156	4. Não	os observadores não tiveram direito a voz, enquanto que os convidados 1, sendo incoerente	12
163	5. Não	pq os observadores tiveram direito a voz	12
388	6. Não	pq os critérios ideológicos difundidos nos documentos, distanciaram-se em muito da realidade ocorrida	12
634	7. Não	todas as definições vieram de cima para baixo, não houve consulta nas bases dos movimentos feministas	12
636	8. Não	ficou restrito não entidades, regimento fechado, critérios para delegação fechados quando chegou ao estado	12
640	9. Não	coordenadoria estadual indicou delegada sem discussão	12
664	10. Não	pq os estados não consideraram a possibilidade das delegadas p/ a estadual saírem diretamente das conferências municipais, sem a obrigatoriedade da participação na etapa regional	12
701	11. Não	não foi respeitado os critérios . Na 2ª terá que definir melhor o que é o nós: movimento popular, governo	12
719	12. Não	não soube claramente dos critérios de eleição de delegadas, principalmente na conferência estadual	12
741	13. Não	pq teve um número muito pequeno; muita confusão nos prazos p/ a elaboração das plenárias e conferências	12
752	14. Não	acho que se deveria além do critério regional numérico, também se cruza com a representatividade das entidades de âmbito nacional, respeitando se seu trabalho, sua forma de organização na prática	12
811	15. Não	não foi aberto espaço p/ a juventude	12

## Anexo IV

### Outras sugestões para a II Conferência (112) categorizada

N.º Q	Respostas de Categorias Mistas	Categorias
453	rever a adequação do local para favorecer melhor participação nas plenárias	1/ 4
93	rever a organização e logística	1/ 3
94	melhor empresa na organização do evento	1/ 3
163	rever a organização da equipe em geral	1/ 3
230	que a mesma seja realizada em local apropriado, com toda infra-estrutura, principalmente rever a questão da alimentação e que a conferência seja apenas com discussões dos temas que grupos e plenárias	1/ 3
263	rever a organização do evento	1/ 3
313	rever a organização do evento	1/3
627	rever a organização do evento	1/ 3
794	rever distribuição de tarefas da equipe organizadoras de forma a garantir melhor atendimento as necessidades das delegadas	1/ 3
861	aperfeiçoar a organizações	1/ 3
900	melhorar o credenciamento no local do evento (maior agilidade, entrega de material organizado) e a alimentação	1/ 3
643	construir a conferência com os mecanismos todos de políticas para mulheres, municipais e estaduais.	3/ 2
586	envio com maior antecedência p/ os estados do material que subsidia os trabalhos que apuro na conferência nacional	3/ 4
603	envolver de forma mais participativa os poderes governamentais	3/ 4
717	melhorar o monitoramento das discussões nos municípios e Estados p/ garantir qualidade na participação	3/ 4
803	que representantes de todas as cidades do país, possam ter participação com pelo menos duas delegadas	3/ 4
114	sensibilizar as delegadas p/ melhor concentração / participação nos trabalhos nos grupos e plenárias	4/ 3
136	assegurar tratamento igual as representantes estaduais e municipais (para a participação)	4/ 3
<b>TOTAL DAS MISTAS</b>		<b>18</b>



N.º Q	Respostas da categoria 1: infra-estrutura- questões de hospedagem, alimentação, transporte, creche, adequação de espaço, dificuldades de acesso, apoio institucional, recursos	Categorias
1	melhorar as condições de transporte de delegadas de estados distantes como for exemplo o Acre	1
2	melhorar as condições de transportes p/ delegadas que moram em estados distantes	1
6	rever os apoios às delegadas nas cidades	1
8	escolher local adequado	1
23	creches para crianças até 7 anos	1
34	garantir passagens p/ todas as delegadas (pois só cheguei aqui pq comprei a minha)	1
40	acomodação das delegações haja custa as peculiaridades regionais (período de hospedagem)	1
44	organização hoteleira	1
99	rever- transporte, hospedagem e alimentação	1
103	melhoria de infra-estrutura em relação a transporte alimentação, hospedagem	1
126	garantir as estruturas das conferências regionais e estaduais (orçamento)	1
138	planejamento com maior antecedência, com previsão orçamentária nos estados e municípios	1
143	rever o local da conferência e alimentação	1
178	rever espaço físico	1
205	melhorar a organização do evento, estrutura do auditório, som , ar ,alimentação etc	1
212	rever a estrutura da conferência , creches, alimentação etc...	1
218	maior liberdade p/ colocar a suplente no local de origem	1
233	estrutura física adequada e estrutura mais organizada	1
255	cadastramento nos hotéis, antecipadamente	1
338	facilitar condução p/ Brasília com menos tempo	1
342	organização / espaço físico /infra-estrutura	1
355	lugar mais amplo	1
359	rever o local do evento e a forma de servir as refeições	1
398	rever a metodologia de distribuição das refeições	1
417	rever o acesso dos(as) delegados(as) do interior dos estados	1
424	não houve garantia p/ estarmos aqui por parte do governo estadual	1

437	rever a garantia de participação das delegações por parte ou na integração das esferas de governos	1
485	rever organização de infra-estrutura	1
554	rever a organização estrutural ao evento	1
592	organização / infra-estrutura / apoio	1
594	ampliar e treinar o pessoal de apoio	1
599	rever a forma de transportar as delegadas (passagens com responsabilidade do Estado)	1
611	que o governo de cada estado se responsabilize pela participação das mulheres na 2ª Conferência	1
615	rever liberação de passagens para os delegados	1
633	rever o transporte de ônibus é complicado - viajar 3, 4, 5 dias p/ vir e outros tantos p/ voltar (usar avião)	1
714	plenário com possibilidade de todas as participantes enxergarem a plenária (mesa) e melhores cadeiras (acomodações)	1
750	garantia transporte p/ trazer delegadas a conferência	1
755	acomodações p/ as plenárias e grupos sejam mais adequadas p/ que se tenha algum conforto - cadeiras inadequadas	1
778	estruturação local; painel eletrônico nos grupos de trabalho; cadeiras e plenária inadequada	1
780	melhorar instalações	1
782	melhorar a infra-estrutura principalmente alimentação	1
827	rever infra-estrutura (transporte e alimentação)	1
828	rever infra-estrutura principalmente alimentação e transporte	1
873	garantir infra-estrutura adequada (espaço físico, equipamento, equipe de apoio, alimentação)	1
890	melhorar a qualidade de atendimento e credenciamento, informações sobre a lista de hotéis e restaurantes/ lanchonetes no local, nº de telefone público insuficiente, colocação de caixa do Banco do Brasil e CEF, atendimento p/ marcação de passagens, credenciamento descentralizado (por regiões), pessoas com mais condições de informar sobre o evento, relação de telefones de empresas de táxi, uma participação maior de mulheres do movimento na coordenação do credenciamento e de prestar informações, que no intervalo de cada fala se ouvisse música. OBS: todos os eventos que já participei sob a coordenação das mulheres do movimento a organização foi melhor. Quem sabe se este	1

trabalho fosse terceirizado e entregue nas mãos das mulheres do movimento não teríamos tido um atendimento melhor?	
<b>TOTAL DA CATEGORIA 1</b>	45

N.º Q	Respostas da categoria 2: consideração e implementação de decisões acertadas na conferência, resultados futuros, avaliações, próximas conferências	Categorias
281	quando a esfera federal estiver de posse do consolidado de todas as regiões, ir diretamente a execução, digo virar lei a constar antes no PPA / LDO. É necessário também discutir o estado como um todo, digo como um novo provedor de serviços (tanto de serviço que antes não estavam na sua agenda - geração de renda, as políticas de caráter redistributivo) e suas funções sociais e políticas de ação reguladora e niveladora nas relações sociais que perpassem desigualdades. Embora o Estado não possa inventar, nem substituir os processos de organização social, o fortalecimento da densidade cidadã requer apoio institucional necessário para dar conta de sinais claros de vontade de legitimação de novos espaços autônomos, de interlocução e participação que são determinantes para as mulheres, que o pacto social seja a essência para cidadania e assim garantirmos a universalização de todos os direitos, lembrando que as conferências cumprem um papel muito mais político do que de gestão. estes são seus méritos e também seus limites.	2
7	considerar na próxima conferência , os avanços dos eixos discutidos na primeira conferência	2
30	resultado do controle sobre as políticas, sugeridas na ICNPM; efetivamente implantadas	2
317	avaliar a execução das propostas encaminhadas	2
391	avaliação da implementação do plano: avanços, novos desafios	2
393	avaliação da implementação do plano nacional de política pública da mulher	2
462	dar continuidade outras conferências	2
508	cumprir as metas	2
523	cidade candidata para sediar	2
602	Terem cumprido todos os itens aprovados na 1ª Conferência	2

761	acompanhado e avaliação da 1ª	2
791	utilizar os mesmos temas fazendo avaliação do que foi conquistado	2
829	incluir mecanismos de implantação e acompanhamento das políticas	2
850	promover o mesmo tipo de evento na esfera internacional, com objetivo de troca de experiência, com mais frequência, participação e ampla divulgação nos meios de comunicação	2
867	avaliação da implementação de ações da 1ª conferência	2
<b>TOTAL DA CATEGORIA 2</b>		15

N.º Q	Respostas da categoria 3: metodologia utilizada no evento, critérios, capacitação e organização da comissão gestora do evento, regimento interno, regras, isenção, questões político partidárias e de representação, categorias ou temas ausentes	Categorias
109	não conferir ao poder público (gov. municipais e estaduais) o poder de convocação das conferências	3
139	acesso à justiça pela mulher hiposuficiente (defensorias públicas)	3
146	mais respeito ao regimento, onde a mesa deveria ser composta por pessoas imparciais ao q está sendo votado	3
191	faltou dinâmica corporal	3
229	melhorar o serviço de apoio	3
232	maior rigor no respeito à representação plural na organização e execução dos trabalhos	3
261	rever o tempo da conferência por dia	3
268	rever a metodologia da comissão organizadora	3
269	disponibilizar mais pessoal p/ atender às pessoas e aumentar as horas de trabalhar do GTs	3
300	rever a organização / promoção (critérios) das conferências municipais	3
337	organização ser menos parcial em relação ao "Lulismo" e coordenar melhor os estados	3
341	aumentar o tempo dos grupos de trabalho	3
345	ampliar período debates	3
357	metodologias de motivação	3
370	rever (aumentar tempos dos grupos de trabalho) reduzir tempo dos painéis	3
436	melhor escolha das coordenações p/ os grupos de trabalho	3

443	sociedade civil aumentar o nº de delegadas	3
476	debater mais sobre geração de renda	3
484	diminuir o nº de delegadas, aumentando a qualidade	3
492	que não coincida c/ um ano de eleições	3
495	criar o sexto grupo étnico	3
537	estabelecer com antecedência as ações pertinentes aos observadores nas plenárias	3
556	rever a escolha das coordenadoras dos grupos (a reclamação foi total)	3
557	inverter o tema sobre políticas de educação p/ o primeiro eixo, tendo em vista ser o assunto base p/ todos os demais e na discussão e votação ocorre e esvaziamento devido ao cansaço ou o horário p/ a saída das delegações	3
559	programação da conferência - menos painéis	3
576	rever critérios p/ ingressos de observadores	3
595	mais discussão com os poderes governamentais	3
618	rever a gestão dos processos de elaboração nos municípios e estados dando mais poder e representação p/ a sociedade civil	3
654	maior pontualidade no início dos trabalhos	3
655	somente ser delegadas, presidentes de assoc. de mulher	3
728	cuidar mais do processo nos municípios	3
752	rever os temas e o critério para eleição de delegadas	3
767	rever a metodologia da conferência dando mais tempo para os grupos	3
770	inclusão tema segurança pública p/ mulheres	3
784	participação da mulher na política	3
808	diminuir o nº de painéis (mesas) a fim de agilizar (ganhar tempo) o trabalho em grupo e votação final	3
820	trabalharem em oficinas - apresentando projetos de trabalhos dos movimentos e organizações de mulheres por todo o país	3
840	otimizar melhor o tempo, nos grupos de trabalho, diminuindo o nº das palestras	3
857	história, cultura, conceituação dos povos quilombolas	3
860	rever metodologia de plenária	3
891	diminuir o tempo das falas do 1º dia e aumentar o tempo no trabalho dos eixos. Tempo foi insuficiente e o cansaço prejudica com a qualidade	3
892	aumentar o tempo p/ trabalho dos eixos e diminuir falas no	3

1º dia . O tempo foi curto e o stress foi muito.	
<b>TOTAL DA CATEGORIA 3</b>	42

N.º Q	Respostas da categoria 4: comunicação, divulgação, mobilização, participação	Categorias
128	divulgação maior nos meios de comunicação e em todos os Estados	4
235	melhorar ou ampliar a mobilização da sociedade civil	4
279	divulgar e comunicar os municípios com antecedência	4
294	divulgar mais a conferência pelos grupos populares etc...	4
553	maior divulgação, mais bases; municípios	4
<b>TOTAL DA CATEGORIA 4</b>		5

N.º Q	Respostas da categoria 5: nenhuma, não sabe	Categorias
298	Nenhuma	5
312		5
397		5
478	Nenhuma, está ótima	5
570	Nenhuma	5
604	Nenhuma	5
612	Nenhuma	5
862	Nenhuma	5
<b>TOTAL DA CATEGORIA 5</b>		8